

1
RGA 907

A U T U N Ç A O

Os vinte e um (21) dias do mês de agosto do ano de milovecentos e sessente e sete (1967), em cumprimento d despachos exarados pelo Sr. Presidente da Comissão dInquérito Administrativo designada pela Portaria n154, de 24.07.67, do Senhor Ministro do Interior, auei os seguintes documentos, que passarão a constituir as fls. 2 a 14 dos autos: CÓPIA DA PORTARIA QUE INAURA DO PROCESSO; RECORTE DO DIÁRIO OFICIAL QUE PUBLICOU A PORTARIA Nº 154/67; RESOLUÇÃO Nº --- 142/65 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; PORTARIA Nº 1/CI, DE 21.08.67; ATA DA INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS.

Alcides Almeida Nobre
Secretário

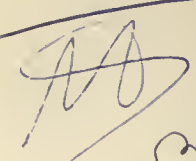

10
Fosterland
11

de

das Ver

RESOLVE

R16 de Jacobus, 00-021

3



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO nº 142, DE 28 DE JULHO
 DE 1967 0 pág. 7973)

MINISTÉRIO DO INTERIOR

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 17 DE JULHO
 DE 1967

O Ministro de Estado, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964, e art. 6.º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964, resolve:

N.º 128 — Designar dos serviços do Gabinete deste Ministério em Brasília, a partir de 1.º de agosto próximo, o Oficial Administrativo Dinarte dos Santos, pertencente ao quadro de pessoal da Companhia Vale do Rio Doce. — *Afonso Augusto de Albuquerque Lima.*

PORTARIAS DE 24 DE JULHO
 DE 1967

O Ministro de Estado do Interior, usando da competência delegada pelo Decreto nº 60.740, de 23 de maio de 1967, e tendo em vista Parecer do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, constante do processo número 3.827, de 1965, do Gabinete do então Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, resolve:

N.º 152 — Aposentar, de acordo com os arts. 176, e item III e 178, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Maria Prado, no cargo de Dactilógrafo classe B, nível 9, do Grupo Ocupacional AF-503, do Quadro de Pessoal da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA.

O Ministro de Estado, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964, e art. 6.º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964, resolve:

N.º 153 — Designar Hugo Cantanhede Mota para exercer as funções de Chefe da Seção de Direitos e Deveres do Serviço do Pessoal do Núcleo Central, da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração.

O Ministro de Estado, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964, e art. 6.º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964, e nos termos do artigo 218 do Estatuto dos Juizes Públicos Civis da União, resolve:

N.º 154 — Designar, de acordo com o art. 219 e § 1.º do mesmo Estatuto, J. Acier de Figueiredo Correia Paes, de 3.ª Categoria, Juiz de Direito de Paula Pessoa Técnico de Administração, AF.601.20-A e Ulysses Vieira Lima, Técnico de Contabilidade, P. 701.13-A, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as responsabilidades que teriam ocorrido no Serviço de Proteção aos Índios, apontadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Resolução nº 14, de 1965, da Câmara dos Deputados, constante do proc. nº 2.841-67, do Ministério. — *Afonso Augusto de Albuquerque Lima.*

O Ministro de Estado dos Negócios do Interior, usando da atribuição que lhe confere o art. 24 do Decreto número 60.091, de 18 de janeiro de 1967, e tendo em vista despacho do Senhor Presidente da República, exarado em 9 de novembro de 1966, na Exposição de Motivos nº GB-202, de 24 de outubro de 1966, do Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, publicada no Diário Oficial de 9 de novembro de 1966, resolve:

N.º 156 — Determinar a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964 e no art. 7.º da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965 e na conformidade do disposto no Regulamento constante do Decreto nº 60.091, de 18 de janeiro de 1967, aos funcionários abaixo relacionados:

Grat.

Autue-le
Em 27.08.67

[Handwritten signature]
Pres. CI



4
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO

Nº 142, de 1965

Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as seguintes conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios:

I — foram, realmente, constatadas graves irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios sendo, portanto, procedentes as denúncias constantes da Resolução nº 1 de 1963, que deu origem à CPI;

II — dessas irregularidades resultaram sérios prejuízos ao índio, quanto à sua integração à comunidade nacional, e ao seu patrimônio;

III — ficou evidenciada a prática de delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena;

IV — ficou positivado, ainda, o abandono sob o aspecto social em que se encontra o índio e a precária ou quase nula assistência médico-sanitária, educacional e técnico-agrícola por parte do SPI, através dos diferentes postos, em contraste com o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas visitadas;

V — constatou-se que a decadência da instituição se deve também, à deficiência de pessoal especializado para atender aos encargos do Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 2º. Será enviada ao Procurador-Geral da República para os devidos efeitos, cópia, devidamente au-

tenticada, dos documentos e depoimentos, através dos quais ficaram positivadas irregularidades e delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena.

Art. 3º. Será encaminhada ao Poder Executivo cópia do Relatório Final da Comissão, sugerindo entre outras, sejam adotadas as providências abaixo para melhor funcionamento da entidade destinada a proteger os indígenas:

a) que se reformule a organização administrativa do Serviço de Proteção aos Índios;

b) — que seja dada nova orientação ao uso da renda indígena, no que se referir à sua arrecadação e aplicação;

c) que haja fiscalização sobre o emprego das dotações orçamentárias obedecendo à planificação estabelecida previamente;

d) que os Postos Indígenas somente sejam instalados em locais previamente escolhidos, com observância das condições ecológicas locais;

e) que as Inspetorias e os Postos do SPI sejam chefiados por cidadãos com formação profissional consentânea às atividades do Serviço;

f) que a direção do SPI seja exercida por pessoa altamente credenciada, com instrução de nível superior, de notória competência e ilibada reputação;

g) que seja reformulada a remuneração do pessoal e respectivo Quadro do SPI por demais precários, presentemente;

h) que se legalize e demarque a posse ou reservas de terras destinadas aos índios;

i) que se apliquem normas visando a preservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena;

j) que se coíba, por todos os meios legais, a exploração do trabalho do índio;

l) que se proceda ao registro contábil do patrimônio indígena, das verbas federais, bem como da renda proveniente de qualquer atividade desenvolvida nos postos instalados pelo Serviço;

m) que se mantenha serviço de inspeção adequado aos Postos Indígenas;

n) que se firmem convênios, sempre que possível e necessário, com Missões Religiosas que exerçam trabalhos de catequese e aldeamento dos índios, dentro de critérios que vise à educação à saúde e à integração definitiva do elemento indígena à comunidade nacional;

o) que se estabeleçam diretrizes técnicas aos trabalhos dos índios no caminho da erra e no criatório;

p) que sejam adotadas, pelas autoridades competentes, medidas que visem a regularização do Estado Civil do índio, depois de alfabetizado;

q) que o SPI mantenha entendimentos com as Missões Religiosas e com os Comandos Militares que operam nas regiões onde se localizam os aldeamentos indígenas;

r) que sejam incentivados os serviços de ensino primário, de enfermagem e rádio-comunicações;

s) que turmas médico-dentárias e técnico-agrícolas visitem, periodicamente, os Postos do SPI;

t) que não sejam alienados, arrendados, ou de qualquer modo onerados, os bens patrimoniais indígenas, sem prévia observância das formalidades legais;

u) que sejam estabelecidos convênios entre o SPI e os Museus Nacionais "Goeldi", e outros, para estudos de etnologia, antropologia, fisiologia, folclore, etc.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 13 de julho de 1965. — *Bilac Pinto*, Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 65 — 1964

Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios

(Da C P I criada pela Resolução nº 1/63)

A Câmara dos Deputados decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as seguintes conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios:

I — foram, realmente, constatadas graves irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, sendo, portanto, procedentes as denúncias constantes da Resolução nº 1-63, que deu origem à CPI;

II — dessas irregularidades resultaram sérios prejuízos ao índio, quanto à sua integração à comunidade nacional, e ao seu patrimônio;

III — ficou evidenciada a prática de delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena;

IV — ficou positivado, ainda o abandono, sob o aspecto social, em que se encontra o índio e a precária ou quase nula assistência médico-sanitária, educacional e técnico-agrícola por parte do SPI, através dos diferentes postos, em contraste com o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas visitadas;

V — constatou-se que a decadência da instituição se deve, também, a deficiência de pessoal especializado para atender aos encargos do Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 2.º Será enviada ao Procurador-Geral da República, para os de-

vidos efeitos, cópia, devidamente autenticada, dos documentos e depoimentos, através dos quais ficaram positivadas irregularidades e delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena.

Art. 3.º Será encaminhada ao Poder Executivo cópia do Relatório Final da Comissão, sugerindo, entre outras, sejam adotadas as providências abaixo, para melhor funcionamento da entidade destinada a proteger os indígenas:

a) que se reformule a organização administrativa do Serviço de Proteção aos Índios;

b) que seja dada nova orientação ao uso da renda indígena, no que se referir à sua arrecadação e aplicação;

c) que haja fiscalização sobre o emprego das dotações orçamentárias obedecendo à planificação estabelecida previamente;

d) que os Postos Indígenas somente sejam instalados em locais previamente escolhidos, com observância das condições ecológicas locais;

e) que as Inspetorias e os Postos do SPI sejam chefiados por cidadãos com formação profissional consentânea às atividades do Serviço;

f) que a direção do SPI seja exercida por pessoa altamente credenciada, com instrução de nível superior,

de notória competência e ilibada reputação;

g) que sej reformulada a remuneração do pessoal e respectivo Quadro do SPI, por demais precários, presentemente;

h) que se legalize e demarque a posse ou reservas de terras destinadas aos índios;

i) que se apliquem normas visando a preservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena;

j) que se coíba, por todos os meios legais, a exploração do trabalho do índio;

k) que se proceda ao registro contábil do patrimônio indígena, das verbas federais, bem como da renda proveniente de qualquer atividade desenvolvida nos postos instalados pelo Serviço;

m) que se mantenha serviço de inspeção adequado aos Postos Indígenas;

n) que se firmem convênios, sempre que possível e necessário, com Missões Religiosas que exerçam trabalho de catequese e aldeamento dos índios, dentro de critérios que visem à educação, à saúde e à integração definitiva do elemento indígena à comunidade nacional;

o) que se estabeleçam diretrizes técnicas aos trabalhos dos índios no amanhã da terra e no riatório;

p) que sejam adotadas, pelas autoridades competentes, medidas que visem à regularização do Estado Civil do índio, depois de alfabetizado;

q) que o SPI mantenha entendimentos com as Missões Religiosas e com os Comandos Militares que operam nas regiões onde se localizam os aldeamentos indígenas;

r) que sejam incentivados os serviços de ensino primário, de enfermagem e rádio-comunicações;

s) que turmas médico-dentárias e técnico-agrícolas visitem, periodicamente, os Postos do SPI;

t) que não sejam alienados, arrendados, ou de qualquer modo onerados, os bens patrimoniais indígenas, sem prévia observância das formalidades legais;

u) que sejam estabelecidos convênios entre o SPI e os Museus Nacionais "Goeldi", e outros, para estudos de etnologia, antropologia, fisiologia, folclore, etc.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, re-

voçadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 1963. — Deputado Valério Maranhães, Presidente. — Deputado Celso Amaral, Relator.

COMISSÃO PALAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PARECER DO RELATOR

1. O intenso trabalho desenvolvido por esta Comissão, criada pela Resolução nº 1 de 28 de março de 1963, durante todo o tempo de suas atividades, teve o elevado propósito de conduzir ao bom termo os encargos de sua responsabilidade. Não se apoucou, apenas, a investigar o procedimento administrativo dos serviços de proteção aos índios, em seus diversos aspectos. Mas, base das gravíssimas irregularidades, constatadas por depoimentos e peças documentais de valor incontestável, tomou o cuidado especial de apreciar o problema do índio, como contingente humano em toda a sua extensão. Vive o índio em choques constantes com a expansão natural de uma civilização cujos princípios econômicos ameaçam de morte os primitivos sistemas da selva.

2. São inúmeros em nossa história os vultos que levantaram suas vozes em defesa do silvícola brasileiro. Vamos encontrar a figura ímpar do Marechal Rondon, em sua tarefa gigantesca de estender, pelos invios sertões brasileiros, os fios telegráficos, no afã de, encurtando as distâncias, garantir a unidade nacional. Pressentiu ele, de há muito a magnitude do problema. O Governo Federal, compreendendo-se da importância social e humana daquele grave problema buscou-lhe a solução criando o Serviço de Proteção aos Índios, em julho de 1910. Em novembro de 1939 foi criado ainda, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Em junho de 1943, foi organizada a Expedição Rondon-Xingu, embrião da Fundação Brasil Central, a qual foi instituída em outubro do mesmo ano. Em abril de 1961 criou ainda, o Governo Federal, no Estado de Mato Grosso, o Parque Nacional do Xingu.

3. Como se percebe, um grande número de organizações existe para cuidar de um mesmo problema. Da mesma espécie são os objetivos de todas elas, partilhando responsabilidades, mas existindo, no entanto, em cada uma, diferentes propósitos. O Serviço

-X-

6
RFB

de Proteção aos Índios, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Parque Nacional do Xingu respondem, oficialmente, por graves mistérios do problema indígena que deveriam, por isso mesmo, trabalhar harmonicamente, dentro de uma mesma mira, o que deploravelmente não ocorre.

A Fundação Brasil Central tem como objecto "o desenvolvimento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, inclusive as dos rios Araguaia, Xingu e Tapajós, cabendo-lhe especialmente estabelecer núcleos habitacionais, com os complementares loteamentos agrícolas ao longo das estradas de penetração abertas ou em construção, na mesma área ou em quaisquer outros pontos em que julgar conveniente." Tal declaração impulsiona normal de nosso sistema social, teve como fim a ocupação do solo, buscando expandir as zonas e regiões nossas atividades econômicas, em profundo detrimento — queiram ou não que se diga — da família indígena. A penetração do progresso, rumo à selva, na ânsia da exploração de recursos naturais, ganhando os sertões, nenhum benefício trouxe, até hoje — e necessário é que se diga — aos nossos irmãos silvícolas, aos brasileiros genuínos. E o censo, através de suas estatísticas, tem revelado a tragédia apontando o desaparecimento de considerável número de tribos e registrando grupos tribais esparsos, que vivem resistindo ao impacto de um mundo estranho e hostil. Vêm tais grupos escapando aos efeitos sinistros da arma e quase sempre de uma política administrativa. Esses grupos tribais e outras tribos que ainda não desapareceram tiveram, até hoje, a felicidade de não entrar em contacto com a nossa civilização.

4. A exposição de motivos apresentada por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, visando à criação do Serviço de Proteção aos Índios, realçava a bravura indígena, em luta incômita e permanente, durante séculos pela defesa desesperada de seu território. Espoliações, massacres e escravidão não conseguiram dominar a fibra do selvagem brasileiro não obstante sua incrível inferioridade na arte de pelejar. Essa dignidade, traduzindo inequívoca coragem e autêntico senso de patriotismo, arrebatou a simpatia e a compreensão humana de grandes homens de nossa

história, formando decisiva influência para a conquista legal da Proteção aos direitos dos índios.

5. O índio passou de espoliado a escravo; de escravo passou a liberto, confortado pela catequese mas sem meios de subsistência; de liberto e catequizado ao protegido de nossos dias. Proteção inadequada, manjada, de acordo com os propósitos daqueles que dirigem os órgãos oficiais que deveriam dar ao silvícola total e completa proteção.

6. É irrefutável a percepção de que a conduta oficial, face ao índio, através de suas instituições especializadas, tem sido inconsequente e, na realidade, cruel. Torna-se inevitável e patente a necessidade da formulação de uma nova política oficial de proteção ao índio, a ser adotada pelo Governo Federal.

7. Os resultados apresentados pelo Serviço de Proteção aos Índios, em mais de meio século de atividades, não compensam, de forma alguma, o heróico sacrifício de abnegados servidores, de ontem e de hoje, nem atendem ao respeitável desiderato público de integrar o índio ao nosso meio social.

Desencanto para os obstinados servidores!

Infelicidade para os originários habitantes do Brasil!

8. É dever fundamental desta Comissão, no entanto, afirmar e particularizar, sem qualquer refúgio, que os desmandos e irregularidades, praticados por passadas administrações do Serviço de Proteção aos Índios, muitos de ordem delituosa e neste inquerito, apurados teriam comprometido irremediavelmente, qualquer política indigenista, por mais justa que fosse. O Serviço de Proteção aos Índios lida com dois sistemas de contabilidade. Um, formado por dotações orçamentárias, constantes da lei de Meios, cuja aplicação é controlada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, através das respectivas prestações de contas. Outra, constituído pelo movimento exercido sobre os bens pertencentes ao Patrimônio Indígena, de cuja gestão é responsável o seu diretor, o qual, por sua vez, presta contas, anualmente, ao Sr. Ministro da Agricultura.

9. As irregularidades praticadas pelo Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, ex-diretor daquele serviço,

atingiram a todos os ângulos da administração. A repartição foi sacudida por uma verdadeira onda de desmandos, sendo que até crimes de morte e delitos contra a Fazenda Nacional e contra o Patrimônio Indígena, tiveram curso livre e destacado.

10. Vamos aos fatos:

Crime contra a Fazenda Nacional, praticado pelo funcionário Josias Ferreira de Macedo, sobre emprêgo de verba:

Verba — 1.0.00 — Custeio.

Consignação — 1.6.00 — Encargos Diversos.

Subconsignação — 1.6.12 — Expedições científicas; caracterização de fronteiras, no valor de Cr\$ 1.200.000.00.

11. O adiantamento foi recebido pela funcionária Maria de Lourdes Castro Maia, e que, pela Ordem de Serviço nº 35 de 27 de dezembro de 1962, do Sr. Diretor, supriu o Sr. Josias Ferreira de Macedo, pelo total. O Sr. Josias Ferreira de Macedo não aplicou a importância, depositando-a no Banco Moreira Sales, em conta corrente sua, particular, com vencimento de juros. O imprescindível recolhimento não foi feito, no prazo legal, como também, a respectiva prestação de contas.

12. A dotação estava destinada a uma expedição científica, no Arariquera, que não se verificou, por determinação do Sr. Diretor face à absoluta exiguidade de tempo. Mas, o Sr. Diretor não se preocupou em acompanhar o curso irregular e doçoso, praticado pelo Sr. Josias Ferreira de Macedo, em relação à verba. Tudo desconhecida, e nenhuma providência saneadora tomou a respeito, mesmo depois de haver tomado ciência, de modo surpreendente, perante esta Comissão.

13. O Sr. Josias Ferreira de Macedo, feriu os dispositivos do artigo 47, do Decreto-Lei nº 2.766, de 20 de maio de 1940, disciplinando o depósito de adiantamentos, no Banco do Brasil S.A. Infringiu, também, preceitos do Código de Contabilidade, em seus artigos 878 sobre prazo de prestação de contas, e 888, que caracteriza o crime de alcance, sujeito às penas da lei, como no caso presente,

enquadrado na letra "e" do referido artigo.

14. Venda de uma camioneta Rural Willys, pertencente à Inspetoria de Campo Grande, pelo Sr. José Fernando da Cruz, sem obediência a qualquer preceito legal ao Sr. Naim Dibo, pela importância de Cr\$ 700.000.00 (setecentos mil cruzeiros), mas, a comprovação do negócio — segundo fotocópia do recibo, fornecida à Comissão Ministerial de Inquérito, pelo funcionário José Mongenot Filho, foi feita na importância de Cr\$ 300.000.00 (trezentos mil cruzeiros). O veículo, sendo do Patrimônio Indígena, como era, caberia ser alienado, por ditame de austeridade administrativa dentro do espírito do artigo 840 do Código de Contabilidade Pública, ajustável, perfeitamente, ao caso. Houve, portanto, com a conduta do Sr. José Fernando da Cruz, desprêso absoluto pelo referido artigo, como também pelo artigo 738, § 1º, letra "c", do mesmo Código. Essa trapaceira correu livremente sem a percepção administrativa do Sr. Diretor mesmo em visitas constantes de inspeção àquela unidade de Serviço. Nenhuma medida foi tomada por ele, no sentido de apurar responsabilidades, para punição dos culpados, como lhe compete, por imposição de preceito legal.

15. Ousadia incrível tiveram os promotores da compra de um caminhão usado, do Posto Vanuire, situado em São Paulo, por dotação orçamentária específica:

Verba — 4 0.00 — Investimentos.

Consignação 4.2.00 — Equipamentos e Instalações.

Subconsignação 4.2.04 — Autocaminhões, autobombas; camionetas de carga auto-socorro, no valor de Cr\$ 2.400.000,00.

Para melhores esclarecimentos transcrevo relatório fornecido e assinado, pelo encarregado do Posto Indígena Vanuire no Estado de São Paulo, Senhor Itamar Zwicher Simões, relatório esse que chamo a atenção pela gravidade dos fatos que nele são expostos:

Em maio de 1962, o Posto Indígena Vanuire do qual sou Encarregado, adquiriu um caminhão Chevrolet da firma Martins e Machado S.A., estabelecida em Bauru. Referida aquisição foi autorizada pelo Sr. Diretor do S.P.I., embora se

eximi-se este de qualquer responsabilidade, o mesmo acontecendo com o S.P.I.

"Valendo-se de meu crédito pessoal, fiz a aquisição compra, sendo o seu avaliado sendo que todos os documentos foram passados em nome do S.P.I.

De acordo com a autorização da compra do caminhão ora referido, havia um item que exigia que o mesmo deveria prestar serviços a outros Postos quando se fizesse necessário, o que acabei justo, desde que, quando a serviço de outra unidade as despesas de combustível fossem pagas pelo beneficiado.

Em fins de agosto do mesmo ano, de acordo com ordens recebidas do Sr. Chefe da S.E., Josias de Macedo, a quem estava subordinado o Posto Indígena V.A.NUIRE, como todos os do Estado de São Paulo, foi referido caminhão enviado ao R. de Janeiro a fim de transportar uma carga destinada a I.R.5, em Campo Grande (saiu o caminhão com 3.400 quilômetros, aproximadamente, portanto com o motor ainda em amacamento).

Tão logo chegamos a Mato Grosso, recebemos a notícia de que o caminhão deveria ficar uns dias prestando serviços de transporte para a I.R. 5, na construção de casas do Posto Zuriti. Regressei ao meu Posto, deixando o caminhão entregue ao seu motorista.

Em fins de outubro, como o referido veículo não regressasse, fui a Campo Grande buscá-lo, quando então o chefe da unidade, usando de argumentos que me convenceram, persuadiu-me a ceder-lhe o caminhão pela mesma quantia pela qual fora adquirido, afirmando que pagaria a diferença que surgisse quando da aquisição de outro.

Feita a cessão, recebi do Senhor Chefe da I.R.S., José Fernando da Cruz, um cheque de Cr\$ 1.950.000,00 (um milhão e cinqüenta mil cruzeiros), cheque esse do Banco do Brasil — carimbo de Fundo Público Federal —; diante disso jamais poderia julgar que referido cheque carecesse de provisão de fundos.

Devo esclarecer, Senhor Deputado, que o caminhão que, digo, o caminhão lhe foi entregue devidamente equipado, ou seja, com carroceria, macaco e encerado, tudo avaliado em Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

De regresso a Tupã, compareci à Firma Autopan S. A., onde apresentei o cheque recebido — isso em fins do mês de outubro — para com o mesmo adquirir um outro caminhão para substituir o cedido a I.R.S.

Diante do alto conceito, quanto e maneira de agir — largamente conhecidos na cidade de Iupã — não encontrei qualquer dificuldade em que o cheque fosse aceito como entrada na aquisição do veículo. Fui a São Paulo e retirei o segundo caminhão, diretamente da Fábrica, também faturado em nome do S.P.I., mas já pelo preço de Cr\$ 2.290.000,00.

Abismado e revoltado fiquei quando, em fins de dezembro, a firma Autopan S. A. enviou um seu funcionário ao Posto, a fim de avisar-me que o cheque do Sr. José Fernando Cruz não havia sido devolvido, por duas vezes, por falta de pagamento e que a firma iria protestá-lo diante da situação criada pela levandade de um funcionário; para que tal não ocorresse, solicitei à firma que aguardasse mais alguns dias enquanto me dirigiria a Campo Grande a fim de conseguir a cobertura do cheque.

Fernando Cruz achava-se em viagem pelos Postos, acompanhado do Sr. Diretor do S.P.I. Cel. Moacir Ribeiro Coelho, fui encontrá-los no P.I. Taunay onde falei pessoalmente com o Sr. Diretor, ficando prometido por ele que na "próxima semana" sairia a verba e que eu fosse ao R. de Janeiro onde me seria paga a importância do cheque e mais a duplicata que venceria em 3-1-63. Isso tudo, com a aquiescência do chefe da I.R.5.

Fui ao R. de Janeiro atendendo a ordem de serviço para receber adiantamentos no Tesouro Nacional, onde aproveitei a oportunidade para receber a importância a mim devida. Mais uma vez fui iludido na minha boa fé! Quando falei ao Sr. Fernando sobre a importância, ele disse-me que já a havia entregue ao chefe da S.E., Josias de Macedo, d'zo. Josias de Macedo, que interveio disse-me ser verdade e que dia 26 remeteria para Tupã, por intermédio do Banco Brasileiro de Descontos, a meu pedido.

Certo de serem verdadeiras as afirmativas de quem eu tinha em grande conta, por ser um Chefe de Seção, maior foi o meu esanto quando no dia 8 de janeiro, após várias idas ao Banco a fim de saber se já havia sido recebida a importância, resolvi tele-

7
JF
S.P.I.

fonar ao Chefe da S.E., em verdadeiro desespero de causa. Sr. Deputado, mais uma vez grande foi o meu espanto, ao saber que nenhuma importância fora recebida do Sr. Fernando. Nesse momento, caíram por terra todas as minhas ilusões de que lidava com homens e funcionários de bem pois, sendo o meu lema, apesar da modesta função que ocupo dentro do S.P.I., há 20 anos, a HONESTIDADE e zelo pelo meu nome e pelo da Repartição a quem pertengo, infelizmente tão desmoralizada e desacreditada em todo o Brasil.

Sómente após muita luta, consegui, digo, conseguiu a firma receber o cheque e isso já em fins de fevereiro. Uma demora, portanto, de quatro meses, aproximadamente.

Quanto à viagem feita pela Kombi, também do P.I. VANUIRE, ao Rio de Janeiro, tenho a esclarecer o seguinte:

Recebi ordem do Sr. Cel. Moacir Coelho, para que me locomovesse para o Rio de Janeiro com a Kombi, a fim de retirar na firma Sincanto — se não me engano, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas —, o motor do seu carro (Simca) e o transportasse para São Paulo, a fim de entregá-lo em uma firma estabelecida à Rua do Iôdromo (em S. Paulo), para que referido motor sofresse os necessários reparos, uma vez que o mesmo estava com garantia e tão logo estivesse pronto, eu o levasse novamente ao Rio de Janeiro e o entregasse na mesma firma de onde o retirara.

As ordens do Sr. Diretor foram cumpridas à risca, conforme suas ordens verbais e telefonemas diretamente de Brasília, e com um documento para que me fosse entregue o motor documento esse dirigido às firmas. Esse documento me foi entregue pelo Sr. Josias em seu Gabinete no Museu do Índio no Rio de Janeiro.

Ai então, Senhor Deputado, as informações por V. Ex^a solicitadas.

Concluídas minhas considerações, ou melhor, minha defesa, quero lhe afirmar com toda a sinceridade que não serão com injustiças, de colegas e chefes, que desisti de trabalhar com honestidade e zelar pelo meu nome e pelo da Repartição a que pertengo. Dedicar-me-ei ao índio como o tenho feito até esta data, oferecendo-lhe assistência, orientação, trabalho, energia e tudo mais de quanto carecerem. Felizmente o índio do Pôsto VANUIRE leva vida relativamente boa: reside em casas de madeira serrada, cobertas com telhas francesas, casas higiênicas tem seus rádios, suas máquinas de costura, seus animais de trabalho, e, além de tudo, são benquistos, não só nas imediações do Pôsto como também nas cidades adjacentes, e tudo isso graças a este funcionário que também felizmente, goza de grandes amizades, reputação ilibada e crédito limitado na praça de Tupã, graças ao que se pode fazer o que já se fez até hoje no Pôsto Indígena de VANUIRE, sem solicitar e sem RECEBER verbas do S.P.I.

Tudo o que temos alcançado e foi com o lucro do trabalho da própria terra que, graças a Deus nos dá adiantado à nossa honestidade, tudo aquilo que temos conseguido e que poderá ser constatado a qualquer momento".

16. O adiantamento foi recebido pelo funcionário João Nazareth, que supriu o Sr. João Bezerra de Melo, por força da Ordem de Serviço nº 50, de 31 de dezembro de 1962 do Senhor Diretor. Não obstante, a compra não foi feita pelo Sr. João Bezerra de Melo, e sim pelo funcionário Tamar Zwischen Simões, Encarregado do Pôsto Indígena Vanuire.

17. Tem-se o caso, ainda, da impropriedade na aplicação da verba específica:

Verba	1.0.00 — Custeio
Consignação	1.6.00 — Encargos Diversos
Subconsignação	1.6.23 — Diversos

Para prosseguimento de trabalhos de fixação e de aldeamento de silvícolas na fronteira do Peru — Município de Sena Madureira — Estado do Acre, no valor de Cr\$ 2.000.000.00.

18. Recebeu o adiantamento, o funcionário Ely de Carvalho Fernandes Távora, que supriu o Sr. Coriolano de Mendonça, em obediência à Ordem de Serviço nº 43, de 27 de dezembro de 1962, do Sr. Diretor, pelo total.

A verba, como se vê, era específica, mas teve sua aplicação desviada de sua finalidade, conforme se verifica pela respectiva prestação de contas,

feita em 30 de julho d'êste ano. E, em Sena Madureira, não aparece qualquer funcionário do Serviço de Proteção aos Índios.

Com tal procedimento torna-se flagrante a inflação do art. 296, do Código de Contabilidade Pública.

19. Houve incongruência de toda natureza. É interessante focalizar o problema das requisições de passagem, a favor de estranhos, como também feita por estranhos:

	Cr\$
— Requisição nº 43/BR, de 2-12-62, assinada pelo Diretor, a favor de missionários de Jacutinga, Processo SPI-3.598-63	20.144,00
— Requisição nº 44/BR, de 2-12-62, assinada pelo Diretor, a favor de missionários de Jacutinga, Processo SPI-3.598-63	5.036,00
— Requisição nº 48, Empenho nº 106-62, a favor de missionários, Processo SPI-1.202-63	3.776,00
— Requisições nº 33, 41, 42 e 47 Empenho nº 106-62, a favor de missionários, Processo SPI-1.081-63	36.625,00
— Requisição nº 49/BR, Empenho nº 113-62, a favor de missionários, Processo SPI-562-63	11.984,00
— Requisições nº 37 e 38, Empenho nº 110-62, a favor de missionários, Processo SPI-725-63	16.863,00
— Requisição nº 127, de 24-12-62, assinada por Jurandyr Marcos da Fonseca, estranho ao SPI, a favor de Genésio Pinheiro Carguçu, também estranho ao SPI, Processo SPI-3.598-63	3.558,00
— Requisição nº 120, de 10-12-62, assinada por Jurandyr Marcos da Fonseca, estranho ao SPI, a favor de Eunice Cunha Argeoni, Processo SPI-3.598-63	679,00
— Requisição nº 125, de 23-12-62, assinada por Jurandyr Marcos da Fonseca, estranho ao SPI, a favor de David de Oliveira, Processo SPI-3.598-63	848,00
— Requisição nº 106, de 7-12-62, assinada por Maria de Lourdes Maia, a favor de Jurandyr Marcos da Fonseca, Processo SPI-3.598-63	848,00
— Requisição nº 108, de 10-12-62, assinada por Maria de Lourdes Maia, a favor de Edilson Gutierrez, Processo SPI-3.598-63	1.189,00
— Requisição nº 126, de 23-12-62, assinada por Jurandyr Marcos da Fonseca, estranho ao SPI, a favor de Genésio Canguçu e Miguel João, Processo SPI-3.598-63	1.322,00
— Requisição nº 122, de 19-12-62, assinada por Jurandyr Marcos da Fonseca a favor de pessoas das Missões Novas Tribos, Processo SPI-3.598-63	780,00

Essas requisições irregulares subtraíram dos Cofres Públicas, a importância de Cr\$ 103.652,00 (cento e três mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros).

20. As Ordens de Serviço, aproveitadas algumas vezes, como escapatória de falhas praticadas, assinalam, também, coisas bem extravagantes. A Ordem de Serviço nº 148, de 8.11.62, por exemplo faz a designação do Sr. Jurandyr Marcos da Fonseca, dando-o como funcionário (quando não o é), para seguir com destino a São Paulo a fim de representar a Diretoria, na Primeira Feira de Arte Popular, segundo o Boletim Interno nº Serviço, de nº 155 datada de 14 de novembro de 1962, foi emitida, designando uma comissão de funcionários, mero 57, página 77. Outra Ordem de

para conferir e transportar ao Pósto "Getúlio Vargas" no Bananal, o gado comprado ao Sr. Milborges Lopes da Silva, por verba orçamentária do exercício de 1961, cuja prestação de contas já havia sido preparada e remetida ao Egrégio Tribunal de Contas da União. Cabia no caso, por conseguinte a apuração de responsabilidades e não a encampação, ou endosso da irregularidade, como houve, oficialmente e do que não mais se pode eximir a Diretoria.

21. Na área do Patrimônio Indígena, é que as arbitrariedades alcançaram proporções gigantescas. As ren-

das desse Patrimônio, que pertence ao índio, em suas terras e regiões, deram-se de atividade exercidas sobre a pecuária, a agricultura, a indústria extrativa, algumas indústrias rudimentares bem assim, arrendamento de terras. Os negócios com arrendamentos de pastagem, em Mato Grosso, produziram sem-las bem expressivas. A penetração de pecuaristas na Reserva dos Kadiucos, jurisdição da 5ª Inspeção Regional, sediada em Campo Grande verificou-se por força de transbordamento do Rio Paraguai, no ano de 1959 considerado, na época, como calamidade pública. Como já permanecessem procurarem, junto ao S.P.I., legalizar a situação, o que conseguiram, mediante contrato, estabelecendo a taxa de 3% sobre o gado em pasto num montante de 400 cabeças em área aproximada de 3.000 hectares. Foram firmados 61 contratos, assinalando-se casos em que a ocupação é maior, e o número de gado também maior o que foge aos termos do convênio. Além desses fazendeiros, há outros tantos, sem contrato, alguns pagando, outros nada pagam.

22. Para essa Inspeção, o Sr. Diretor, Tenente-Coronel Mécyr Ribeiro Coelho nomeou como Chefe, o Sr. José Fernando da Cruz. E querem saber quem é o Sr. José Fernando da Cruz? É um homem acusado de crime de morte cometido no Alto Tapajós em um dos Postos da 2ª Inspeção Regional, no ano de 1957 ou 1958. Acusado de outro crime de morte, cometido no Pólo "Engenheiro Mariano de Oliveira", no Município de Maxacalis e pertencente a 4ª Inspeção Regional, no ano de 1960. No exercício de 1961, há um relatório do Inspetor Rubal Flávio Viana, sobre a devastação praticada por esse "moço", no Pólo de Maxacalis, cujo processo teve destino ignorado. Acusado de mais outro crime de morte ocorrido na Reserva dos Kadiucos, no ano de 1962 já, como Chefe daquela unidade regional. Autor de uma venda de 50 vacas à escolha feita por sua conta, na Ilha do Bananal ao Sr. Antônio Bitar por Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), em que recebeu do mesmo senhor, por conta, a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), no dia 22 de dezembro de 1960 sem que, até hoje, fizesse a entrega do gado (processo SPI 69-61). Em Rondônia, com a propalada e falsa pacificação dos índios Pakaas No-

vas, cometeu uma série de chantagens, procurando envolver nomes dos mais respeitáveis. Naquela região, esteve preso algumas vezes, e há queixa-crime na polícia, contra o mesmo, a respeito de apropriação indébita, de objetos pertencentes ao Frei Arruda e à Prelazia. Houve inquerito administrativo por parte do SPI cuja comissão não funcionou regularmente não dando curso às investigações, o que obteve rara e sintomática homologação do Sr. Ex-Diretor, Tenente-Coronel Mécyr Ribeiro Coelho. E o Sr. José Fernando da Cruz foi premiado, com a chefia da 5ª Inspeção Regional, onde encontrou campo muito vasto para suas manobras fraudulentas.

Num espaço inferior a sete meses, promoveu a cobrança de arrendamentos, em dinheiro num total aproximado de dez a doze milhões de cruzeiros. Fez três comissões, a pecuaristas (Ivo Mota Baldonaro Pena Ferraz e outros), para colocação de 1.200 rézes dentro da Reserva, por Cr\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros), sob documento precário. Vendeu, sem concorrência pública ou administrativa e mesmo sem tomada de preço, várias partidas de gado, num global de 1.500 cabeças sem que se pudesse identificar seu valor comercial, com fundamento em uma Ordem de Serviço, de nº 113-A, assinada pelo Diretor, em data de 16 de agosto de 1962. Vendeu uma camioneta Rural Willys, do Patrimônio indígena, da maneira em que já foi descrita, em período anterior deste Relatório. Comprou dois jeeps, uma camioneta F 100, uma camioneta Chevrolet, cabine dupla, dando um jeep como parte do pagamento; e um caminhão por sinal, do próprio Serviço, no Estação de São Paulo. Essa última transação não passa de flagrante trapaceira. O veículo pertencia ao Patrimônio Indígena, de um Posto de São Paulo, e, como tal, não poderia ser vendido para o mesmo Patrimônio, entre funcionários, destinado a serviço em outra unidade. E é preciso que se realce aqui para vergonha de uma administração, a ausência absoluta de contabilidade sobre essas operações de características bem deprimentes. Há, a respeito do caminhão, uma particularidade astuciosa: a extração de um cheque sem fundo, de responsabilidade do Sr. José Fernando da Cruz, na importância de Cr\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinqüenta

mil cruzeiros), resgatado, posteriormente, em consequência da venda de gado, na gestão do Sr. Alípio de Carvalho, em Campo Grande. Nem mesmo os processos de prestação de contas, referentes a esse movimento de rendas relevantes, foram organizados, ao menos, como tentativa de mascarar tamanha sonegação.

Com referência ao pagamento do cheque de responsabilidade do Sr. José Fernando Cruz, cheque esse sem fundo, transcrevo carta recebida do Sr. Alípio de Carvalho sobre o assunto:

"Exmo. Sr. Deputado Celso Amaral
M.D. Relator da CPI, para o S.P.I.
Brasília — DF

Atendendo à solicitação de V. Ex^a, referente à venda de gado na sede da 5ª Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, destinada inclusive ao pagamento parcial de um caminhão, adquirido para aquela Repartição pelo Sr. José Fernando da Cruz, seu ex-chefe, relato como se processou dita operação:

Ao chegar à sede da citada Inspeção para assumir a sua chefia, encontrei os Srs. Francisco Furtado Soares de Meireles e Nilo Oliveira Veloso, respectivamente, Presidente e Membro de uma Comissão de Inquérito, designada pelo Sr. Diretor do S.P.I., na época, no momento em que se dispunham a assinar o recibo da venda do gado, cujo ajuste de preço já havia sido acordado entre eles e o Sr. Durval Barbosa, fazendeiro na região.

Afirmou-me o Sr. Francisco Furtado Soares de Meireles, que se encontrava na sede da Repartição, desde cedo, o cidadão Sr. Nelson Silfannil, funcionário da firma Autopan S.A., de Tupã, São Paulo, portando um cheque sem fundos emitido pelo ex-titular da Inspeção e na qualidade de chefe, com a ameaça de protesto ou de encaminhamento à Polícia, ameaça esta comprovada em minha presença.

Com o intuito de evitar o escândalo que envolvesse o nome da Repartição, deliberamos, na qualidade de Presidente da C.I. e de Diretor-Substituto efetuar como efetuara, a venda do gado.

Com a assunção do novo titular, transferia então, ao mesmo o recibo já datilografado pela funcionária D. Maria de Lourdes Castro Maia, no momento presente, para a devida assinatura, o que foi por mim feito.

Ai está, Sr. Relator da C.P.I., como se processou a operação da qual participei tão-somente como responsável pela assinatura do recibo, com o consequente resgate daquele compromisso.

Espero do elevado espírito de justiça de V. Ex^a, sejam levados em consideração estes esclarecimentos que justificam perfeitamente a minha atuação e boa intenção no caso.

Atenciosa e respeitosamente, subcrevo. — Alípio de Carvalho, Chefe da 5ª I.R."

Estiveram em poder do Sr. José Fernando da Cruz grandes somas de dinheiro. Dez a doze milhões de cruzeiros, de arrendamentos; um nove milhões de cruzeiros, de dotações orçamentárias; mais outros milhões de cruzeiros não identificados, como resultado das vendas de gado. Pois bem! Mesmo assim, o débito deixado pelo Sr. José Fernando da Cruz na Inspeção de Campo Grande, ascende a milhões de cruzeiros. O resultado não poderia ser diferente. A Inspeção de Campo Grande, visitada frequentemente pelo Sr. ex-Diretor, Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, estava reservada a uma experiência nunca cogitada em toda a vida do SPI: preparava-se, no Pólo Indígena Buriti, a autodeterminação dos índios Terencs. E o Sr. José Fernando da Cruz, muito prodígio nos gastos com dinheiro público isento de qualquer ação fiscalizadora por parte da Direção Central não teve mãos a medir, custeando publicidade no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), além do financiamento da caravana de caciques com destino certo a Brasília, passando por São Paulo e Rio de Janeiro, para solicitar das autoridades, através de "misra encomendada", a permanência do Sr. ex-diretor.

Os índios, como era natural, foram ludibriados em sua boafe, e criminosamente explorados em seus bens. Da retumbante e tão alardeada experiência da "autodeterminação", serviram-se os aventureiros, armados em prerrogativas de autoridade.

Não parou aí, sua atuação abusiva e discricionária. Precisava praticar mais um crime, um crime fantástico, marcando com funerais e luto, sua dançantesca gestão na Inspeção de Campo Grande. Preparou-se, então. Comprou armas e munições na Casa Nasser. No armas para caça ou pes-

9
[Handwritten signature]

ca. Foram armas de defesa, e que serviram, perfeitamente, a seus planos. Articulou e instruiu os índios para um atentado sangrento. Os índios, a quem cabe ao SPI, cuidar com dignidade, por imperativo de sua finalidade, foram tratados como criminosos, e, sob instruções do Sr. José Fernando da Cruz atacaram residências de posseiros, localizadas em zona cujo direito de propriedade continua discutível. Tinham "ordem do chefe para matar Maninho, Primitivo e Walter". Saquearam, queimaram as casas e só tiveram condições de matar Primitivo Couto, pois os outros não foram encontrados. Os prejuízos foram enormes, e até o gado sequestrado. O corpo de Primitivo Couto foi mutilado, por perversidade, ou necessidade de levar provas ao mandante da obra macabra. Das armas apreendidas, dias depois, dois revólveres ficaram, indubitavelmente, em poder do Sr. Du Castel Gutierrez, funcionário do SPI, e não mais voltaram às mãos dos respectivos donos. Foi instaurado inquérito policial na região, cujo resultado se encontra em suspenso, conforme declaração do Sr. Chefe de Polícia de Campo Grande. Porém, por parte do Sr. ex-Diretor, Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, nenhuma medida moralizadora, no sentido de apurar responsabilidades, foi tomada. Pelo contrário, o Sr. José Fernando da Cruz só saiu da Inspetoria de Campo Grande por imposição das circunstâncias. Sua conduta provocou uma sequência de tumultos tão grandes, e cada vez mais graves, que se viu obrigado a deixar a região no que, prontamente, mereceu a prestigiosa aquiescência do Sr. ex-Diretor Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho. Perdeu apenas a chefia de Campo Grande. A significativa influência junto ao Diretor não perdeu nem foi abatida. E o testemunho dessa íntima amizade foi a sua imediata nomeação para chefiar a Inspetoria do Amazonas. Seus desatinos no Norte terão lugar mais adiante. Quanto ao Sr. Alísio de Carvalho foi nomeado para a chefia de Campo Grande, em substituição ao Sr. José Fernando da Cruz.

O Sr. Alísio de Carvalho conseguiu contornar a agitação entre arrendatários, provocada pelo funesto incidente. Obteve êxito também harmonizando a parte administrativa, em relação ao pessoal. A cobrança de arrendamentos, na 5ª Inspetoria, que

deveria ser em gado era feita em dinheiro, de maneira bem singular. Os animais eram avaliados pelo próprio arrendatário ao sabor de suas conveniências, e transformados em dinheiro, para quitação dos forcos. A rigor na prática, esse tipo de "acerto" não passa de operação de compra e venda, burlando todos os princípios de legalidade. Preço dado pelo comprador, Preço dado pelo comprador, para resgate de compromissos e acerto pelo vendedor, desempenhando o papel de cobrador de compromissos. Portanto, sem concorrência sem tomada de preço e sem, ao menos, consulta à Carteira Agrícola do Banco do Brasil S.A. Acresce, ainda, que o produto desses "acertos", da forma que foi aplicado, não admite prestação de contas hábil (e que não ocorreu, até agora), pois, constitui chocante desrespeito à Lei Delegada número 8, de 11 de outubro de 1962, em seu artigo 5º, que manda reconhecer ao Banco do Brasil S.A., em conta especial do Fundo Federal Agropecuario, todas as receitas procedentes de quaisquer fontes bem como os demais recursos previstos no artigo anterior.

Há ainda, a venda de gado, para liquidação do cheque sem fundo, de veículos mercadejados "entre amigos", e pertencente ao Patrimônio Indígena, do Posto Vanuíre, já comentado neste Relatório, em capítulo anterior. O cheque, ao que parece, foi negociado, pois, meu cobrador, indo a Campo Grande, cobrá-lo, fê-lo sob serias ameaças. Outra configuração de desacato às mesmas prescrições da Lei Delegada nº 8.

A Inspetoria Regional de Campo Grande era o império da ilegalidade, dentro do SPI. Servia, outrossim, para cobertura normal de irregularidades praticadas pelo próprio Diretor. Cabe aqui, a revelação de atitude bem pitoresca, do Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, sobre o "estouro" da verba de passagens, muito divulgado, entre outras falhas gritantes do SPI, por órgãos de nossa imprensa. Diante de tal situação, irremediável e ilegítima, procurou, assustado, livrar-se da culpa, pagando, por verba de fonte ignorada, passagens excedentes, num global de mais de um milhão de cruzetiros, como se vê:

	Cr\$
SPI. 3.943-62, fatura 16.918 da VASP	24.971,50
SPI. 4.834-62, fatura 3.675-SP da REAL	7,65 80
SPI. 5.044-62, fatura 19.78 da VASP	4.141,50
SPI. 5.127-62, fatura 17.752 da VASP	12.581,30
SPI. 5.123-62, fatura 19.304 da VASP	15.200,00
SPI. 5.124-62, fatura 18.961 da VASP	30.798,20
SPI. 5.125-62, fatura 18.692 da VASP	15.300,00
SPI. 5.126-62, fatura 19.306 da VASP	15.300,00
SPI. 5.128-62, fatura 14.316 da VASP	12.127,50
SPI. 5.129-62, fatura 18.277 da VASP	15.300,00
SPI. 5.234-62, fatura 13.236-8 - VARIG	32.364,00
SPI. 5.664-62, fatura 22.613 da VASP	18.300,00
SPI. 5.665-62, fatura 22.614 da VASP	36.600,00
SPI. 5.667-62, fatura 20.063 da VASP	36.468,00
SPI. 5.688-62, fatura 22.414 da VASP	18.300,00
SPI. 171-63, fatura 23.160 da VASP	10.370,20
SPI. 172-63, fatura 23.694 da VASP	18.300,00
SPI. 174-63, fatura 23.101 da VASP	55.235,00
SPI. 175-63, fatura 23.115 da VASP	4.925,30
SPI. 176-63, fatura 23.162 da VASP	36.600,00
SPI. 177-63, fatura 23.162 da VASP	34.115,40
SPI. 178-63, fatura 23.162 da VASP	30.095,00
SPI. 179-63, fatura 23.151 da VASP	35.818,20
SPI. 180-63, fatura 23.169 da VASP	30.195,00
SPI. 181-63, fatura 23.168 da VASP	27.937,80
SPI. 182-63, fatura 23.496 da VASP	18.300,00
SPI. 183-63, fatura 23.437 da VASP	12.782,60
SPI. 184-63, fatura 23.457 da VASP	18.300,00
SPI. 186-63, fatura 23.182 da VASP	39.054,00
SPI. 187-63, fatura 23.601 da VASP	28.314,00
SPI. 206-63, fatura 3.595-SP da VARIG	29.971,50
SPI. 671-63, fatura 24.19 da VASP	10.986,00
SPI. 672-63, fatura 24.190 da VASP	10.986,00
SPI. 674-63, fatura 24.181 da VASP	9.150,00
SPI. 675-63, fatura 24.181 da VASP	18.300,00
SPI. 676-63, fatura 24.186 da VASP	18.300,00
SPI. 677-63, fatura 24.192 da VASP	20.704,50
SPI. 678-63, fatura 24.242 da VASP	44.055,00
SPI. 679-63, fatura 24.242 da VASP	14.586,00
SPI. 681-63, fatura 24.242 da VASP	14.586,00
SPI. 682-63, fatura 24.200 da VASP	11.613,00
SPI. 682-63, fatura 24.200 da VASP	11.613,00
SPI. 684-63, fatura 24.198 da VASP	34.996,50
SPI. 684-63, fatura 24.191 da VASP	34.996,50
SPI. 685-63, fatura 24.192 da VASP	34.996,50
SPI. 686-63, fatura 24.192 da VASP	34.996,50
SPI. 688-63, fatura 24.182 da VASP	2.267,10
SPI. 689-63, fatura 24.182 da VASP	29.854,60

O Diretor em pessoa pagou as contas. Os recibos não esclarecem qual o funcionário que pagou nem faz menção à respectiva verba, como é exigido.

Na Inspeção do Amazonas, já também, registro de irregularidades. O Sr. Manoel Moreira de Araujo, ex-chefe da Inspeção, responde pela falsificação de recibos, referentes a compra de folhas de alumínio, assinado por Elias Ferreira da Silva, em nome de Lauro de tal, no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Assinou um outro, no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), de

uma empreitada para formação de lavoura, no Posto "Barbosa Rodrigues", com nome estranho, cujo dinheiro foi fruto de venda de cada, no mesmo Posto. Há um outro recibo, no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), assinado por um tal Luiz Soares da Costa, como se tivesse para a reforma do Posto em questão. E, ainda, o recibo sobre trabalhos efetuados na lancha "Major Chauvin"

10
[Handwritten signature]

alterado, para aumento de seu valor, assinado por José Cabral dos Santos. Os recibos assinados por Elias Ferreira da Silva, toram a mando do Senhor Manuel Moreira de Araújo, sob a alegação de que os próprios eram analfabetos, segundo declarações do mesmo (Sr. Elias Ferreira da Silva), em depoimento.

Qualquer que tenha sido a fonte dos dinheiros manuseados nessas operações, o esbulho está caracterizado, e o responsável, ou responsáveis, sujeitos às penas da lei.

O Sr. José Fernando da Cruz não chegou a administrar a Inspeção do Amazonas, na prática, por mais de um mês. Contudo, em tão pouco tempo, com sua conhecida prodigalidade, conseguiu "legar" aquela unidade regional, um débito surpreendente, de mais de um milhão de cruzeiros. Deixou, por outro lado, a Fazenda São Marcos, sem jeep, veículo único, ali, que prestava serviços inestimáveis, transferindo-o para a Inspeção, já muito bem servida por uma camioneta Rural Willys.

Como era de esperar, o Sr. José Fernando da Cruz não poderia faltar ao crime de perjúrio. Em depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito, negou conhecer a ex-Deputada Tereza Delta, o que não passa de deslavada mentira, constatada por declarações de depoentes, como o Senhor Jostias Ferreira de Maceo, seu íntimo, e a própria Senhora Tereza Delta, que forneceu a esta Comissão, como prova, os telegramas 241, 252 e 264, datados respectivamente de 20, 23 e 30 de agosto do ano passado, procedentes de Campo Grande.

Grande fazenda tem o SPI no Pósto "Getúlio Vargas", situado na Ilha do Bananal. O apreciável rebanho deveria pertencer aos índios Karajá. Na verdade, tem servido a certos corifeus do Serviço de Proteção aos Índios. O gado vive sem registro necessário, sem instalações adequadas, quase à solta, o que vem permitindo bons negócios clandestinos. Os índios Karajá arrastam uma vida de miséria. Se não fôsse sua cerâmica, se não contassem com seus artefatos para vender aos visitantes da formosa Ilha, já teriam desaparecido, de certo como tantas outras tribos. Em parte, como compensação, o Sr. Luiz Guedes de Amorim, colocado no Pósto "Getúlio Vargas", como Encarregado, fez pro-

gressos extraordinários, em seu benefício. As vantagens são tão boas que, agora mesmo, o Sr. Luiz Guedes de Amorim ganhou uma questão com o Governo Federal, retornando ao antigo lugar, de Oficial de Administração, nível 16, em outra repartição, e reluta em deixar a Ilha, preferindo enfrentar os labores de Capataz Rural, atraído que está, pelo rebanho dos índios Karajá.

Ao lado das negociações feitas por sua conta, na venda de gado, em que o Sr. Diretor, Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, põe o timbre oficial, Mandou fornecer ao Sr. Luiz Guedes de Amorim, a importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), a título de adiantamento, em processo regular, para reposição posterior, com o produto de venda de gado, na Ilha do Bananal. Ao invés de resgate, o Sr. Luiz Guedes de Amorim apresentou uma prestação de contas, para só constar a quebra de compromissos, bem definidos em despacho do Sr. Diretor, o que se encontra em silêncio, até hoje. Houve autorização para venda de dez cabeças, porém, mediante argumentação do Sr. Luiz Guedes de Amorim a autorização passou para oitenta cabeças. Com os efeitos do trabalho desta Comissão, o Sr. Diretor quis precaver-se, mandando sustar a operação. Cud u tarde. A venda já havia sido feita. O Sr. Luiz Guedes de Amorim tanto tem de rápido em negócios lucrativos, como de ausente e impassível, no que diz respeito a seus deveres de assistir ao índio. Diante do fato consumado, o Sr. Diretor requisiou o processo, e, na intimidade de seu gabinete, arrancou a folha onde se continha o despacho, substituindo-a por outra, com despacho de sua conveniência. Em seguida, dando curso a camuflagem, nomeou uma comissão de funcionários "seus", para sindicarem a ocorrência, no que resultou em suspensão de trinta dias, para o Senhor Luiz Guedes de Amorim.

Tudo foi bem articulado e executado, pois, os personagens curvavam-se aos caprichos do Sr. Diretor, com receio de perder sua graça, o que significaria punição certa. Porém, o último ato da comédia restabeleceu a verdade. O Sr. Francisco Furtado Soares de Meireles, conhecido de todos os pormenores, em seguida, assinou uma Portaria, pondo sem efeito a penalidade do Sr. Luiz Guedes de Amorim.

rim, de modo bastante estranho, fugindo a princípios requeridos para tal procedimento.

O Sr. Francisco Furtado Soares de Meireles, chefe da Seção de Orientação e Assistência, e Diretor-Substituto, recebeu, quando Chefe da 8ª Inspectoria Regional, com sede em Goiânia, a importância de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para trabalhos de pacificação, entre os índios Canoeiros, no Estado de Goiás. Como recebeu, também, a importância de Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros), para atender a necessidades imediatas dos índios Pacaás Novos. Da última importância, prestou contas, cuja aplicação seria muito recomendável, trabalho de investigação local, para melhor aquilatar sua retidão. Quanto à importância destinada aos índios Canoeiros, sua aplicação fictícia sabido que é, por todos, que o Sr. Francisco Furtado Soares de Meireles, na Inspectoria de Goiânia, só se deu ao trabalho de visitar o Posto "Getúlio Vargas" na Ilha de Bananal. O dinheiro foi gasto, e a prestação de contas ainda vazando pelos escalões da Diretoria sem que, até hoje, tenha sido aprovada. Mais um esbulho ao Patrimônio Indígena, e um crime inominável, contra os pobres índios Canoeiros, o que, vez por outra, reagem como podem, cobrando a proteção e a assistência prometidas pelo Governo Federal por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios.

Em tudo onde houvesse dinheiro, os vilões tiravam proveito. Na venda de gado, em São Marcos, ao Governo do Território, a importância foi liberada para aplicação local, porém, nove o corte respectivo na dotação orçamentária "Assistência ao Índio" em relação à distribuição feita pela Diretoria. Os índios do Amazonas tinham de pagar um tributo de sacrifício, pela animosidade pessoal, existente entre o Sr. Diretor e o então Chefe daquela Inspectoria.

Houve uma venda de novilhas, da Ilha do Bananal, em que o processo teve curso na Diretoria, com pronunciamento da Seção competente. O Senhor Iridiano Amarinho de Oliveira, na época, Chefe da 8ª Inspectoria Regional, promoveu a venda, com a Inspectoria Regional de Fomento Animal, no valor de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), cujo cheque foi dep-

sitado no Banco do Brasil S. A., em conta do Patrimônio Indígena. O Senhor Diretor requistou o processo, e não quis se conformar com o procedimento havido. Baixou expediente, nomeou uma Comissão de inquérito para apurar responsabilidades. Por outro ângulo, aceitou, pacificamente, o depósito no Banco do Brasil S. A., e o que é mais interessante, fez emprego do dinheiro.

As primeiras vendas de gado, na gestão do Sr. Diretor, Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, foram realizadas mediante formalidades legais. É preciso que se realize uma particularidade. A determinação oficial para essas operações, em Campo Grande e Cuiabá, foi de autoria de seu substituto, na oportunidade, Senhor Lourival da Mota Junior. O resultado, montando, quase, a sete milhões de cruzeiros, estaria reservado, em sua grande parte, a atender a necessidades inadiáveis dos índios Pacaás Novos vítimas de uma verdadeira emboscada, sob a fachada de pacificação. Esse dinheiro, tirado do Patrimônio Indígena, serviu para sustentar a Diretoria, no exercício de 1962, face a desídia de providências sobre verbas orçamentárias e, também, para contemplar "amigos". O Sr. Francisco Furtado Soares de Meireles recebeu, para atender aos indígenas de Rondônia, a importância de Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros); depois, Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para pacificação dos Canoeiros. O Senhor Josias Ferreira de Macedo recebeu, para pagamento de dividas e encargos da Seção de Estudos, no Rio de Janeiro, a importância de Cr\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil cruzeiros); e, posteriormente, a importância de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para empreendimentos econômicos nos Postos Indígenas do Litoral de São Paulo, cujas prestações de conta estão pendentes. O Senhor José Fernando da Cruz recebeu a importância de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para atividades de sua Inspectoria, em Campo Grande, não tendo feito reposição, nem prestação de contas dessa quantia.

O Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho acompanhou o Sr. José Fernando da Cruz, no crime de perfúrio. Revelou, perante esta Comissão, que o Sr. Gildo Furtado Soares de Meireles era pessoa de seu escasso conhe-

Handwritten signature and initials in the top right corner.

cimento, e não exercia qualquer função no SPI. Os fatos, comprovados por documentos oficiais, desmentem o Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho.

O Sr. Clido Meireles exercia a função de "Assessor de Assuntos de Terras do SPI", e, nessa qualidade, tomou parte em importante reunião, em Campo Grande, conforme se verifica pelo Boletim Interno nº 56, página 1, correspondente aos meses de junho e agosto de 1962. No último Boletim Interno do exercício de 1962, de nº 57, encontra-se, também, ampla e circunstanciada exposição feita pelo Sr. Clido Meireles, sobre problemas indígenas, cessando sua colaboração, com a oferta do "Estatuto do Grupo Tribal Terenos" de Buriti, ao Senhor Diretor do SPI, Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho.

O Concurso desenvolvido pelo Senhor Clido Meireles, em estudos, viagens de pesquisa e outras atividades, não atendia a propósitos meramente filantrópicos, o que é muito natural. Sua função era remunerada, e tudo az acreditar, na base de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) mensais, como se pode observar:

Processo SPI 2.368-62, entregue ao Sr. Clido Meireles, para viagem	18.000,00
Processo SPI 3.122-62, entregue ao Sr. Clido Meireles, como provento	40.000,00
Processo SPI 3.137-62, entregue ao Sr. Clido Meireles, para viagem	18.755,00
Processo SPI 3.688-62, entregue ao Sr. Clido Meireles, como provento	40.000,00
Processo SPI 3.689-62, entregue ao Sr. Clido Meireles, para viagem	18.840,20
Processo SPI 4.001-62, entregue ao Sr. Clido Meireles, como provento	40.000,00
Processo SPI 5.389-62, entregue ao Sr. Clido Meireles para viagem	20.000,00
Processo SPI 5.736-63, entregue ao Sr. Clido Meireles, como provento	80.000,00

Com a solicitação de esclarecimentos, por parte da Contabilidade da Seção competente, esses processos encaminharam rumo misterioso, não mais retornando aqueles documentos, para o fim de registro definitivo.

Transcrevo a carta datada de 15 de agosto de 1963 do Sr. Benedito Pimentel (Chefe da Seção Adminis.ativa do S.P.I.) na qual relata como eram usadas certas verbas do S.P.I. Peço atenção para esse relato no qual aparece o Sr. Clido Meireles (desconhecido no S.P.I.) conforme declaração do Senhor Diretor:

"Brasília, 15 de agosto de 1963
 Ilmo. Sr. Deputado Celso Amara — Nesta.

Em resposta a carta de V.S., solicitando-me esclarecimentos sobre possíveis irregularidades ocorridas no S.P.I. que não ao meu conhecimento e que não constaram do meu depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, com esta exponho o seguinte.

Quanto ao primeiro item, no for-necimento da importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), no dia 23 de dezembro de 1962, pelo servidor José Fernando da Cruz, ao então Diretor, Ten. Coronel Moacyr Ribeiro Coelho posso apenas afirmar ter ouvido ao Sr. Clido Meireles essa narativa da entrega da mencionada importância e que foi efetuada em sua presença. Importância essa que foi apanhada pelo referido Sr. Fernando na casa do Sr. Josias Ferreira de Macedo.

O Sr. Clido ao me contar essa passagem disse não ter contado o dinheiro que o Sr. Fernando afirmou ser de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil e uzeiros). O mesmo Senhor Clido Meireles afirmou-me ainda que posteriormente o Sr. José Fernando da Cruz disse que o dinheiro era proveniente do suplenento a ele feito pelo servidor Sr. João Carneiro de Souza para compra de animais que não efetuou e que se destinava ao então novo Chefe de Intendência, Inspetor Alísio de Carvalho para proceder a referida aquisição.

No que diz respeito ao segundo item, de ter o Ten. Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, recebido do Sr. Inspetor Alísio de Carvalho, certa importância para pagamento de passagens aéreas, desconheço esse detalhe sabendo apenas, por ouvir dizer, sem ter uma fonte segura, de que as passagens pagas, como de fato foram, proveio de dinheiro levantado de uma firma do Rio de Janeiro, a Importadora de Ferragens Municipal Limitada.

Referentemente ao item terceiro, sób e se o Sr. Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, autorizou venda de gado para pagamento de passagens e parte de um caminhão adquirido pelo Sr. José Fernando da Cruz, para a Inspetoria, posso afirmar não ter sido autorizado, tanto de aquele inspetor, Anísio de Carvalho, em conversa comigo, disse que somente procedia a venda de qualquer partita de gado ou receber importâncias de arrendamentos adiantados, com autorização expressa do Sr. Diretor. Não me disse ser para pagamento de passagens, e sim, de parte devida pelo caminhão e para pagar dividas deixadas pelo seu antecessor. Não sendo autorizado regressou para Campo Grande me dizendo que não responsabilizava e nem fazia qualquer transação sem a devida autorização.

O item quarto que indaga se conhece alguma transação do Senhor Ten. Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, com a firma Importadora de Ferragens Mundial Ltda., de importância de aproximadamente Dois milhões de cruzeiros, para terreno de 1 ha sua propriedade na Ilha de Fernando, cuja importância seria paga pela 5ª Inspetoria Regional, respondendo desconhecer essa transação, ouvindo apenas comentário na repartição e troca dessa conversa com os servidores Luiz Araújo, Walter Prado e Boanerges Fagundes Oliveira, e outros servidores.

Sr. Deputado, todas as irregularidades atribuídas à administração do Sr. Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, melhor as conhece essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou e ouviu algumas dezenas de servidores, dentre estes o signatário desta. As irregularidades portuárias existentes, não partiram, não foram facultadas e nem tiveram a aquiescência e convivência do signatário desta que sempre me estava qualque a o que pudesse envolver em responsabilidade para a administração do S.P.I. alertava o Senhor Diretor, que algumas das vezes, voltava atrás.

São estas, Senhor Deputado, as respostas que posso dar a carta de V. S. sób e os itens n mesma citados.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S. protestos de estima e consideração. — *Benedito Pinheiro*.

O Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho nunca usou os dispositivos do artigo 217. da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, contra os funcionários de sua equipe diretora, para apuração de responsabilidade, sobre fatos graves e delituosos, como lhe compete por oigatoriedade legítima, ao próprio artigo. Todavia, ali devia, até pela imprensa, a inspeção de mais de vinte inquéritos administrativos e sindicâncias contra funcionários outros, e acerca de sucessos, onde não nouvesse a participação de seus pupilos, sob a agravante da aplicação deturpada, sem garantia de ampla defesa, e menos preço pelo artigo 222 da citada lei.

O outro bom negócio feito na 5ª Inspetoria, foi a compra de uma Kurra Willys de propriedade de um funcionário do SPI, Sr. Jose Mohgendt Filho e paga com a venda de 130 tourinhos de propriedade do Patrimônio Indígena. Os negócios eram feitos entre funcionários de SPI; verdadeiramente absurdo.

Temos que ressaltar, ainda, que foram dados como desaparecidos, os seguintes processos:

SPI — 1.543-56

SPI — 4.687-57

SPI — 753-57

SPI — 5.974-57

Aos responsáveis pelo extravio de tais processos devem ser aplicadas as penas disciplinares cabíveis.

Foi-nos relatado, por Padre Salesiano, encarregado de Missão na fronteira Brasil-Colômbia, que a falta de braços nos seringais colombianos, para lá são levados nossos indígenas, os quais são obrigados a trabalhar, em verdadeiro regime escravagista, durante 5 ou mais anos enquanto suas famílias ficam entregues aos cuidados dos missionários salesianos. Há necessidade de que o Itamarati, tomando conhecimento do assunto, adote as providências de direito a fim de coibir a repetição da prática de tais atos.

Eis, em linhas gerais, o resultado do trabalho desenvolvido por esta Comissão.

Procuramos desempenhar-nos, dentro das possibilidades que nos foram oferecidas, das árduas tarefas que nos foram impostas. Dejo deixar claro que nosso trabalho não atingiu a lóca as zonas silvícolas do país. A exiguidade de tempo as distâncias enormes, as investigações por vezes de-

12
[Handwritten signature]

moradas, não nos permitiram abrangere mais número de zonas indígenas. Pensamos, à vista de tal fato que o prazo de duração desta Comissão deveria ser prorrogado, a fim de que possa a Sâmara, através dos Deputados que para tanto foram designados conhecer o problema do índio brasileiro em toda a sua extensão.

O que apuramos e procuramos relatar demonstre a nocividade da administração do SPI. Prevaricação. Dissidência. Má fé. Desumanidade. Estes e outros plôres foram os crimes cometidos por funcionários desonestos (19) ressaltando a má vontade de diversos funcionários declararem a verdade, procurando esconder os fatos a esta Comissão. (20) Lastima esta Comissão a maneira com que a Administração do SPI na gestão do Coronel Moacyr Ribeiro Coelho ter conseguido esconder a principal testemunha dos fatos ocorridos em Mato Grosso, ou seja massacre de um branco e venda de diversas cabeças de gado sem explicação do emprego do dinheiro dessa venda. Esse testemunha chama-se Ducastel Gutierrez, funcionário da 3ª Inspeção e na ocasião que a CPI foi a Mato Grosso para ouvi-lo, o Sr. Diretor Moacyr Ribeiro Coelho transferiu o referido funcionário para Manaus, Estado do Amazonas. E na ocasião que a CPI seguiu para Manaus também para ouvi-lo foi transferido para o Paraná.

Devem os responsáveis pelos delitos e contravenções apurados serem levados à oara dos Tribunais.

Devem ser chamados à responsabilidade de acordo com a lei, para que a imunidade não sirva de estímulo ao vício, nem provoque desacato à virtude.

Pronhamos assim que esta Comissão conclua superindo o encaminhamento ao Ministério Público, dos fatos apurados a fim de que o mesmo nêles baseado possa oferecer denúncia contra os seguintes funcionários:

Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho (Ex-Diretor)

+ Incúria administrativa;
Conivência ou omissão injustificável quanto ao esbulho do Patrimônio Indígena e do Patrimônio Nacional;

Infração da Lei n.º 2.550 de 25 de julho de 1955, em seu art. 64; bem

assim, do art. 250, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952;

Perjúrio.

Jose Fernando da Cruz

Esbulho do Patrimônio Indígena;
Cheque sem fundo (art. 238 do Código Penal).
Indigitado por homicídio (art. 121, do Código Penal);

Abuso de autoridade;
Perjúrio.

+ **Josias Ferreira de Macedo**

Lesão do Patrimônio Nacional (artigo 47 do Decreto-lei nº 2.206, de 20 de maio de 1940). E também arts 878 e 888, letra e, do Código de Contabilidade Pública;

Dissipação do Patrimônio Indígena.

Coriolano Mendonça

Desvio de aplicação de verba orçamentária (art. 296 do Código de Contabilidade Pública).

Mimoa Moreira de Araujo

Adulteração de recibos em prestação de contas de Patrimônio Indígena.

Respondem por ilicitudes encontradas sujeitos a ação administrativa

+ **Francisco Furtado Soares Marques**

Organizar, dentro dos requisitos regulamentares, a prestação de contas referente ao suprimento da Renda Indígena, destinado à pacificação dos índios Canoeiros.

Seja-nos permitido, finalmente, ressaltar a imensa ajuda prestada pela FAB a esta Comissão, sem a qual acreditamos não poderíamos ter executado sequer 10% das investigações levadas a efeito.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1963. — Celso Amaral, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios em reunião realizada em 2 de setembro de 1963 presentes os Srs. Valério Magalhães, Wilson Martins, Celso Amaral, Rachid Mamoud, Antônio Brezolin e Sussumu Hirata resolveu opinar, por unanimidade, pela aprovação do Relatório do Sr. Celso Amaral e adotar o Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1963. — Valério Magalhães, Presidente. — Celso Amaral, Relator.

13
17
24

Autucl
Ar 21.08.67

F. C. I.

PORTARIA Nº 1/CI - 154

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria nº 154, datada de 24.07.67, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior,

RESOLVE, em conformidade com o disposto do artigo 219, parágrafo 2º, do Estatuto dos Funcionários Civis da União, designar o escrevente datilógrafo - nível 7, Max Luiz Almeida Nóbrega, matrícula nº 2.112.259, lotado na Divisão Financeira do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para exercer as funções de Secretário da mesma Comissão.

Brasília-DF, 21 de agosto de 1967


Presidente da Comissão

14
998

ATA DA INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 154, DE 24 DE JULHO DE 1967, DO SENHOR MINISTRO DO INTERIOR.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, às nove horas, na sala sem número do saguão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, situado no edifício da Autarquia, no Setor das Autarquias, aí presentes os senhores Procurador JADER DE FIGUEIREDO CORREIA, Técnico de Administração FRANCISCO DE PAULA PESSOA e Técnico de Contabilidade UDMAR VIEIRA LIMA, respectivamente, Presidente e Vogais da Comissão de Inquérito designada pela portaria número cento e cinquenta e quatro, de vinte e quatro de julho de mil novecentos e sessenta e sete, do Senhor Ministro do Interior, tiveram início os trabalhos de apuração dos fatos mencionados no ofício número cento e dezessete, digo, cento e dezesseis barra SAP barra sessenta e sete, de onze de abril de mil novecentos e sessenta e sete do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, protocolado sob número dois mil oitocentos e quarenta e um, de catorze de março de mil novecentos e sessenta e sete.

Decidiu-se, inicialmente: colher elementos dos autos do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que deu origem à Resolução número cento e quarenta e dois barra sessenta e cinco daquela Comissão Parlamentar; solicitar material ao Setor de Material do Gabinete, em Brasília; comunicar ao Chefe da Comissão Especial de Brasília a nomeação do servidor Max Luiz Almeida Nobrega para secretário desta Comissão; solicitar ao Senhor Chefe do Gabinete do Senhor Ministro do Interior a apresentação dos membros desta Comissão à Divisão de Orçamento do Ministério da Agricultura, a fim de proceder, naquela Repartição, a levantamento contábil; oficiar ao Senhor Chefe do Gabinete do Senhor Ministro do Interior, solicitando providências que ensejem o bom e rápido cumprimento da tarefa cometida a esta Comissão; oficiar ao Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, solicitando o fornecimento de informações e elementos diversos e realizar as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos. Do que, eu, Max Luiz Almeida Nobrega, Max Luiz Almeida Nobrega, para constar, na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente que vai por todos assinada.

Presidente Jader de Figueiredo Correia Vogal Francisco de Paula Pessoa

Vogal Udmar Vieira Lima

Secret Max Luiz Almeida Nobrega

ATA DA INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA
PELA PORTARIA Nº 154, DE 24 DE JULHO DE 1967, DO SENHOR MINISTRO DO
INTERIOR.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, às nove horas da manhã, na sala sem número do sa-
guão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, situado no
edifício térreo da Autarquia, no Setor das Autarquias, aí presen-
tes os senhores procurador Jáder de Figueiredo Correia, Técnico de
Administração Francisco de Paula Pessoa e Técnico de Contabilidade
Udmar Vieira Lima, respectivamente, presidente e vogais da Comis-
são de Inquérito designada pela Portaria número cento e cinquenta/
e quatro, de vinte e quatro de julho de mil novecentos e sessenta
e sete, do senhor Ministro do Interior, tiveram início os traba-
lhos à apuração dos fatos mencionados no ofício número cento e de-
zesseis barra SAP barra sessenta e sete, de onze de abril de mil
novecentos e sessenta e sete do S^{en}hor Ministro Extraordinário pa-
ra Assuntos do Gabinete Civil, protocolizado sob número dois mil
oitocentos e quarenta e um, de quatorze de março de mil novecen-
tos e sessenta e sete.

Diciu-se, inicialmente, tomar conhecimento dos autos /
do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que deu origem à
resolução número cento e quarenta e dois barra sessenta e cinco /
daquela Comissão Parlamentar e realizar, após, as diligências ne-
cessárias ao esclarecimento dos fatos. Do que, eu, Max Luiz Almeida Nóbrega,
Max Luiz Almeida Nóbrega, para cons-
tar, na qualidade de secretário da Comissão, lavrei a presente, /
que vai por todos assinado.

Autue-se
em 27.08.67
Pro. CI

Presidente

Vogal

Vogal

Secretário

Jáder Correia
Udmar Vieira Lima
Max Luiz Almeida Nóbrega

J U N T A D A

15

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete juntei, por ordem do sr. Presidente da Comissão, os seguintes documentos aos autos dêste inquérito: ofício s/n, solicitando fornecimento de material; cópia do ofício nº 1/CI-154/67, comunicando a designação de secretário; cópias dos ofícios nrs. 2/CI-154/67 e 3/CI-154/67, ao Gabinete do sr. Ministro do Interior; cópias dos ofícios nrs. 4/CI-154/67 e 5/CI-154/67, ao Diretor do SPI e fotocópias de várias peças do Processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que passaram a constituir as folhas de números 16 a 793 (volumes 1º, 2º, 3º e parte do 4º, dos autos dêste Processo. De que, para constar, lavrei, na qualidade de Secretário da Comissão de Inquérito, o presente termo.-----

Max Luiz Almeida Nóbrega

Max Luiz Almeida Nóbrega



N.º: 9111

16
16/08/67
- ARQUIVO DO EMITENTE

De: Presidente da Comissão de Inq./SPI

Em: 21 de agosto de 1967

Para: Setor de Material do Gabinete, em Brasília

Assunto: Solicita fornecimento de material.

Senhor Encarregado,

Solicito a Vossa Senhoria no sentido de fornecer
a esta Comissão o seguinte material:

1.000 (mil) folhas de papel p/ foto-copiadora

Atenciosamente,

Ademir Carneiro



17
#128

N.º: 1/CI-154

Em, 21 de agosto de 1967

- ARQUIVO DO EMITENTE

De: Presidente da Comissão de Inquérito instituída pela Port. 154-67, do
Senhor Ministro do Interior Em:

Para: Senhor Chefe da Comissão Especial de Brasília

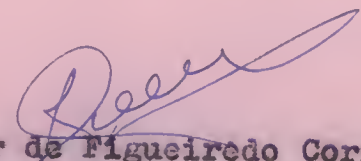
Assunto: dispensa de ponto de servidor

Senhor Chefe

Comunico-vos, para os devidos fins, que a Presidência desta Comissão de Inquérito Administrativo, resolveu pela Portaria nº 1/CI - 154, designar o servidor Max Luiz Almeida Nóbrega, para exercer as funções de Secretário da referida Comissão.

Face do exposto, o servidor em causa deverá ser isento de / ponto em virtude de seus trabalhos externos, em regime de tempo integral.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vos a Senhora meus protestos de elevada estima e consideração.


Jádere de Figueiredo Correa
Presidente

Max LAN-UVL/Max LAN.--



N.º: 2/CI - 154

Brasília, 23.08.67

De: Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria 154/67

ARQUIVO DO EMITENTE

Para: Senhor Chefe do Gabinete do Ministro do Interior

Assunto: Solicitação (faz)

Senhor Chefe

Para efeito de levantamento contábil dos créditos orçamentários e extra-orçamentários, inclusive de recursos concedidos a título de auxílio para entidades nacionais e estrangeiras ao S.P.I. / durante os exercícios de 1962 a 1963, esta Comissão solicita seja apresentada à Divisão de Orçamento do Ministério de Agricultura.

No aguardo das providências cabíveis, auxiliadoras dos nossos trabalhos, firmo-me

Atenciosamente

Jader de Figueiredo Correa
JADER DE FIGUEIREDO CORREA
Presidente da C.I.

JFC/M.LAN.-

Of. nº 3/CI-154

Em, 23 de agosto de 1967

Do: Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Port.154-67

Ao: Senhor Chefe do Gabinete do Ministro do Interior

Assunto: Considerações (faz)

Senhor Chefe

De acôrdo com os entendimentos, pessoais, mantido com Vossa Senhoria e com o Ilustríssimo Senhor Secretário Geral dêsse Ministério, voltamos a nos dirigir a Vossa Senhoria no sentido de que nos sejam concedidas, tão rápido quanto possível, as facilidades para o bom e rápido cumprimento da nossa tarefa.

Deseja a Comissão seja posto a sua disposição um avião com um mínimo de 4(quatro) lugares úteis, para que, os seus membros possam alcançar cidades ou Pôstos que não disponham de linhas regulares de aviação comercial.

Igualmente será necessário o fornecimento de passagens aéreas para outras cidades, indicadas nas requisições que a Comissão apresentará.

Para maior facilidade sugerimos, data vênia, possam ser concedidas pelo Senhor Chefe da Secretaria, permanentemente em Brasília, com o fim de abreviar os prazos de aquisição, solicitamos, igualmente, seja dirigido officio ao S.P.I. determinando, até 2ª ordem, sustar na Administração Central, Inspetorias e Pôrtos, quaisquer transações de aquisição ou venda de materiais e bens, principalmente naquilo que disser respeito ao Patrimônio Indígena.

Nêste último tópico se inclui a venda de madeira, mate, castanha-do-pará, e principalmente gado e arrendamento de pastagens.

Será conveniente, também, a sustação de movimentação de pessoal, salvo os casos de regresso ao órgão de lotação ou devidamente autorizadas pelo Gabinete dêsse Ministério.

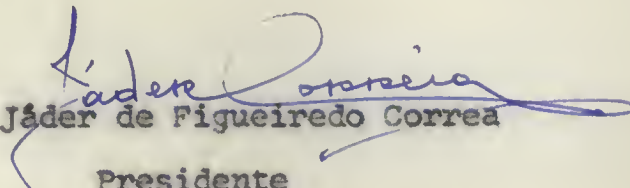
Tendo em vista o vulto das irregularidades que envolvem grupos ou pessoas de considerável influência e poder nas regiões a serem visitadas, solicitamos as necessárias garantias, inclusive fornecimento de portes de arma pela Polícia Federal, para o necessário resguardo dos membros da Comissão que nos horramos em presidir.

JF

Of. 3/CI-154(F81ha 2)

Com respeito e consideração somos, pela Comissão,

atenciosamente


Jáder de Figueiredo Correa
Presidente

JFC/Max LAN.-

Brasília, 23 de agosto de 1967

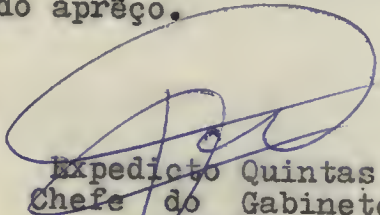
2.1
A7
Senhor Subchefe do Gabinete,

Apresento a Vossa Senhoria os Procuradores Jader de Figueiredo Corrêa e Francisco de Paula Pessoa, e o Contador Uđmar Vieira Lima, respectivamente Presidente e Vogais da Comissão de Inquérito Administrativo constituído pelo Senhor Ministro do Interior, pela Portaria nº 154/67, para apurar possíveis irregularidades ocorridas no Serviço de Proteção aos Índios.

2. Referida Comissão, para elucidação das ocorrências, necessita proceder levantamento contábil dos créditos orçamentários e extra-orçamentários do S.P.I., inclusive de recursos concedidos a título de auxílio por entidades nacionais ou estrangeiras ao citado Órgão, durante os exercícios de 1962 e 1963.

3. Considerando a vinculação, à época, do S.P.I. a essa Secretaria de Estado, permito-me encarecer a Vossa Senhoria que sejam franqueados à mencionada Comissão os elementos porventura existentes na Divisão de Orçamento desse Ministério da Agricultura.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada, apresento a Vossa Senhoria, ao ensejo, os meus protestos de elevada consideração e distinguido apreço.



Expedito Quintas
Chefe do Gabinete
em Brasília

A Sua Senhoria
o Senhor Doutor Oscar de Aguiar Rosa
Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura
N E S T A
JBCM/masr.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

OF.nº 4/CI-154/67

Brasília-DF.

Em, 24 de agosto de 1967

Do: Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela
Portaria 154/67

Ao: Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Solicito os bons ofícios de V.S. no sentido
de remeter a esta Comissão de Inquérito os elementos seguintes:

- 1- Relatórios do S.P.I. correspondentes aos anos de 1961 a 1964.
- 2- Boletins Internos publicados em 1962 e 1963.
- 3- Informar se foi efetivada a reforma administrativa projetada durante a gestão do Diretor Moacir Ribeiro Coelho.
- 4- Informar os ocupantes de cargos de chefia, assessoria ou assistência, mesmo não gratificados ou comissionados, nos diversos setores e órgãos do S.P.I. de 1961 a esta data.

Instalados que estamos no edifício sede do
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Setor das Autarquias-Sul, blocos 9/10, aguardo as certas providências e sou,

pela Comissão

atenciosamente

[Handwritten signature: Jáder de Figueiredo Correia]
Jáder de Figueiredo Correia
Presidente

23

OF.Nº 5/CI-154/67

Brasília-DF.

Em, 24 de agosto de 1967

Do: Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela
Portaria 154/67

Ao: Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Rogo a gentileza de determinar seja informado a esta Comissão, com a possível urgência, o que abaixo se pede:

- 1- Nome e cargo dos servidores que, desde 1961 até o momento, foram ou são responsáveis por bens e dinheiros públicos, informando o número, valor e nome da companhia seguradora que emitiu apólice de seguro fidelidade, ou fiança prestada.
- 2- Forma de transferência de crédito ou recursos (suprimentos ou adiantamentos).
- 3- Comprovação de contas ou tomadas de contas de bens materiais.
- 4- Forma de recolhimentos e rendas.
- 5- Se existe e se está atualizada a contabilidade dêsse S. P.I. e se a mesma engloba as operações atinentes ao patrimônio indígenas, indicando se adota o sistema centralizado ou não.
- 6- Em caso negativo, se estão sendo procedidos normalmente os balanços, tomadas de contas e inspeções periódicas.

Nessa expectativa, sou

cordialmente
Jáder de Figueiredo Correia
Presidente

ATA DA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DO SUL DE M. GROSSO

Aos cinco dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, às 10 horas, na sede social à rua 13 de Maio, número 617, reuniu-se a Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso sob a presidência do consócio Dolor Ferreira de Andrade, funcionando como secretário ad-hoc o consócio Danilo Pereira Corrêa. Para tomar parte na Mesa, foram convidados os senhores Senador Filinto Müller, Deputado Federal Edison de Brito Garcia, Deputado Estadual Paulo Leite de Sousa, Dr. Arthur d'Avila Filho, presidente da "Associação Rural de Campo Grande", Eustórgio de Andrade Brito, presidente da "Associação Rural de Aquilauana", Assis Brasil Corrêa, presidente da Associação dos Criadores do Sul de M. Grosso e os representantes da imprensa local. Declarada aberta a sessão, em seguida, o Sr. Dolor Ferreira de Andrade fez uma explanação sobre os fins da primeira reunião, visando que o assunto a tratar seria a situação dos pecuaristas, arrendatários de terras adjacentes ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Índios do Município de Porto Murtinho, nesta cidade. Foi então usado o pulcra o senhor Aires Leiria Pereira, para relatar fatos graves recentemente ocorridos entre os índios e criadores locais, referindo-se ao dano sofrido na sua fazenda, embora parte da área reservada à colação indígena, obrigando seus empregados a abandonar as terras de sua legítima propriedade. Nessa altura, o senhor Presidente reportou-se à reunião havida na sede da associação dos proprietários de imóveis, no dia 20 de agosto próximo passado, convocada pelo Senhor Fernandes Cruz, chefe da inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, com sede nesta cidade, onde foi debatida a questão do arrendamento de terras da reserva indígena. Nessa ocasião, houve um perfeito entendimento

to entre as partes interessadas, sobretudo ficando assentada a continuidade dos arrendamentos de terras, já que diversos criadores tinham contrato escrito, pelo prazo de seis anos, ainda não vencido, e outros se obrigavam a fazê-lo com o Serviço de Proteção aos Índios, de modo a regularizarem sua situação. Falou, a seguir, o Senador Filinto Muller para dizer que até aqui não tinha perfeito conhecimento de causa, não obstante ter vagas informações sobre o assunto, e agora, se mostrava surpreso com a narração de fatos que ali se passam e que estão merecer a atenção dos poderes públicos. Pedindo a palavra, o Deputado Edison Garcia explicou a existência de um litígio entre o S.P.I. e os proprietários de terras na gleba denominada Nabileque, em virtude de uma linha divisória fazendo sentir que o Estado há diversos anos havia expedido títulos dessas terras, que faziam parte da antiga gleba do Fomento Argentino. Dessa confusão de limites, começaram a surgir os primeiros conflitos entre indígenas e criadores. Para maior esclarecimento dos fatos, o senhor Leôncio de Souza Brito trouxe ao conhecimento do Senador Filinto Muller o contrato escrito, que mantém com o S.P.I. e recibos dos pagamentos feitos, inclusive correspondentes ao ano entrante de 1963. Na verdade, alguns pecuaristas ainda não assinaram contrato, mas estão prontos a fazê-lo, porque muitos têm pago arrendamento, sem contrato escrito, todos na base de 3% da lotação, nunca inferior a 400 cabeças, produzindo uma grande renda ao S.P.I., que tem ainda o direito de ficar com todas as benfeitorias no fim do contrato. Até então, as terras eram brutas, sem benfeitorias e sem qualquer renda em favor dos indígenas. Hoje, ali existem umas 50 a 60 mil cabeças de gado vacum, pertencentes aos diversos arrendatários, que não podem ser dali retiradas por falta de pastagem na região. A gleba indígena tem a área de 374 mil hectares e possui cerca de 1.500 cabeças de gado vacum, portanto, havendo terra de sobra inclusive possui uma invernada de 20 mil hectares fechada, sem ocupa-la. A seguir, o senhor Barval Barbosa referiu-se à propaganda que a Inspetoria do S.P.I. vem fa-

zendo injustamente contra os arrendatários, que sempre mantiveram boas relações com os indígenas, não havendo nenhum fato concreto que possa merecer censura contra os ocupantes, porque se houvesse não mereceria a solidariedade dos demais arrendatários, que desejam é trabalhar. Em seguida, o major Benedito Couto, delegado especial do Sul do Estado, relatou a diligência, que fez àquela região, onde os índios assassinaram de modo bárbaro o pecuarista Primitivo Andréa Couto, no dia 28 de novembro do ano passado. Verificou a existência de índios armados, com revólveres, alguns velhos mosquetões e machetes, deixando de desarmá-los porque não havia levado escolta para esse fim. Achou prudente manter certa tolerância, mas se receber ordem superior está pronto a fazer diligência ali. A morte do pecuarista Primitivo Andréa Couto se deu em terras do sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, que possui título do Estado, mas que se situam na linha divisória litigiosa. O fato alarmou todos os habitantes da região, com a retirada de famílias, e logo a seguir, os índios atacaram a fazenda do criador Aires Leiria Pereira, como já foi dito. E continuam as ameaças contra outros pecuaristas, que clamam por garantia. O arrendamento das terras dos índios teve início, em 1955, em virtude da enchente do rio Paraguai, que alagou toda a zona ribeirinha, pelo que explicou o senhor Janes Monteiro Leite. Após a evasão das águas, uns voltaram para as terras do Nabileque e outros entraram em entendimento com o S.P.I., ali permanecendo. Em 1959, com outra grande enchente, houve o retorno dos criadores, deixando novamente o Nabileque e passando para a gleba indígena, até o momento, não como invasores e sim como arrendatários. Disse ainda, o sr. Janes Monteiro Leite que ha uma luta interna muito grave no S.P.I. e a Inspetoria faz confusão dos fatos no desejo de obrigar a retirada dos atuais arrendatários e permitir a entrada de outros, que oferecem bom dinheiro pelas posses existentes, que custaram dois, três e quatro milhões de cruzeiros. Além disso pagaram trinta mil cruzeiros ao advogado Dr. Salvador Ronscisvale, cada um, no ato da assinatura dos contra-

tes, em número de 62, salve engano. Essa luta entre funcionários do S.P.I., tempos atrás, resultou na morte de um, fato que se passou dentro da própria repartição, nesta cidade. Por sugestão de Amador Filinto Muller, ficou decidido que se deveriam levar êsses fatos ao conhecimento de senhor General Comandante da 9ª R.Militar, dizendo ainda que êle iria tratar do assunto junto à direção do S.P.I., no Rio, para evitar a repetição de fatos lamentáveis. E nada mais havendo, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente Ata que vai devidamente assinada pelo presidente e pelo secretário da Mesa, achando-se presentes 44 pessoas, que assinaram o livro competente. Confere com o original Dalva Brun Batós Aux. da Secretaria.

VISTO

A. T. de Andrade
Presidente

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRTOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSIGNATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 59,00	Semestre	Cr\$ 89,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos de vossa preferência a emissão de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

-- Os suplementos às edições dos órgãos citados serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,30

João Pereira M. S.
 José Carmo
 Antônio Daltro
 Antônio Badur
 João Albuquerque
 Thamy Nogueira
 José Fortes
 João, do Carmo
 Hamilton Pinho
 Paulo Nogueira
 Manoel de Rózario
 Raimundo Nogueira
 Valério Magalhães
 Nelson Reis
 Orlando Sant'Anna
 John Coury
 Antônio de Barros
 Wilson Chedid — 2-4-63.
 Mário Covas — 2-4-63.
 Estácio Nunes — 2-4-63.
 Fernando Gomes — 2-4-63.
 Helder Pinheiro — 2-4-63.
 Sérgio Maciel — 2-4-63.
 Ary de Vianna — 4-4-63.
 Orlando Rangel — 4-4-63.
 Paulo Mascarenhas — 5-4-63.
 Sérgio Moreira — 5-4-63.
 Ricardo Monteiro — 5-4-63.
 Manoel Maciel — 10-4-63.
 Antônio Teixeira — 17-4-63.
 Antônio de Oliveira — 18-4-63.
 Antônio Oliveira — 18-4-63.
 Cayulo e Almeida — 1-4-63.

GRANDE INVENTE

Filho Alvaro C. de S. 1900. 1901. 1902. 1903. 1904. 1905. 1906. 1907. 1908. 1909. 1910. 1911. 1912. 1913. 1914. 1915. 1916. 1917. 1918. 1919. 1920. 1921. 1922. 1923. 1924. 1925. 1926. 1927. 1928. 1929. 1930. 1931. 1932. 1933. 1934. 1935. 1936. 1937. 1938. 1939. 1940. 1941. 1942. 1943. 1944. 1945. 1946. 1947. 1948. 1949. 1950. 1951. 1952. 1953. 1954. 1955. 1956. 1957. 1958. 1959. 1960. 1961. 1962. 1963. 1964. 1965. 1966. 1967. 1968. 1969. 1970. 1971. 1972. 1973. 1974. 1975. 1976. 1977. 1978. 1979. 1980. 1981. 1982. 1983. 1984. 1985. 1986. 1987. 1988. 1989. 1990. 1991. 1992. 1993. 1994. 1995. 1996. 1997. 1998. 1999. 2000. 2001. 2002. 2003. 2004. 2005. 2006. 2007. 2008. 2009. 2010. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020. 2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040. 2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060. 2061. 2062. 2063. 2064. 2065. 2066. 2067. 2068. 2069. 2070. 2071. 2072. 2073. 2074. 2075. 2076. 2077. 2078. 2079. 2080. 2081. 2082. 2083. 2084. 2085. 2086. 2087. 2088. 2089. 2090. 2091. 2092. 2093. 2094. 2095. 2096. 2097. 2098. 2099. 2100. 2101. 2102. 2103. 2104. 2105. 2106. 2107. 2108. 2109. 2110. 2111. 2112. 2113. 2114. 2115. 2116. 2117. 2118. 2119. 2120. 2121. 2122. 2123. 2124. 2125. 2126. 2127. 2128. 2129. 2130. 2131. 2132. 2133. 2134. 2135. 2136. 2137. 2138. 2139. 2140. 2141. 2142. 2143. 2144. 2145. 2146. 2147. 2148. 2149. 2150. 2151. 2152. 2153. 2154. 2155. 2156. 2157. 2158. 2159. 2160. 2161. 2162. 2163. 2164. 2165. 2166. 2167. 2168. 2169. 2170. 2171. 2172. 2173. 2174. 2175. 2176. 2177. 2178. 2179. 2180. 2181. 2182. 2183. 2184. 2185. 2186. 2187. 2188. 2189. 2190. 2191. 2192. 2193. 2194. 2195. 2196. 2197. 2198. 2199. 2200. 2201. 2202. 2203. 2204. 2205. 2206. 2207. 2208. 2209. 2210. 2211. 2212. 2213. 2214. 2215. 2216. 2217. 2218. 2219. 2220. 2221. 2222. 2223. 2224. 2225. 2226. 2227. 2228. 2229. 2230. 2231. 2232. 2233. 2234. 2235. 2236. 2237. 2238. 2239. 2240. 2241. 2242. 2243. 2244. 2245. 2246. 2247. 2248. 2249. 2250. 2251. 2252. 2253. 2254. 2255. 2256. 2257. 2258. 2259. 2260. 2261. 2262. 2263. 2264. 2265. 2266. 2267. 2268. 2269. 2270. 2271. 2272. 2273. 2274. 2275. 2276. 2277. 2278. 2279. 2280. 2281. 2282. 2283. 2284. 2285. 2286. 2287. 2288. 2289. 2290. 2291. 2292. 2293. 2294. 2295. 2296. 2297. 2298. 2299. 2300. 2301. 2302. 2303. 2304. 2305. 2306. 2307. 2308. 2309. 2310. 2311. 2312. 2313. 2314. 2315. 2316. 2317. 2318. 2319. 2320. 2321. 2322. 2323. 2324. 2325. 2326. 2327. 2328. 2329. 2330. 2331. 2332. 2333. 2334. 2335. 2336. 2337. 2338. 2339. 2340. 2341. 2342. 2343. 2344. 2345. 2346. 2347. 2348. 2349. 2350. 2351. 2352. 2353. 2354. 2355. 2356. 2357. 2358. 2359. 2360. 2361. 2362. 2363. 2364. 2365. 2366. 2367. 2368. 2369. 2370. 2371. 2372. 2373. 2374. 2375. 2376. 2377. 2378. 2379. 2380. 2381. 2382. 2383. 2384. 2385. 2386. 2387. 2388. 2389. 2390. 2391. 2392. 2393. 2394. 2395. 2396. 2397. 2398. 2399. 2400. 2401. 2402. 2403. 2404. 2405. 2406. 2407. 2408. 2409. 2410. 2411. 2412. 2413. 2414. 2415. 2416. 2417. 2418. 2419. 2420. 2421. 2422. 2423. 2424. 2425. 2426. 2427. 2428. 2429. 2430. 2431. 2432. 2433. 2434. 2435. 2436. 2437. 2438. 2439. 2440. 2441. 2442. 2443. 2444. 2445. 2446. 2447. 2448. 2449. 2450. 2451. 2452. 2453. 2454. 2455. 2456. 2457. 2458. 2459. 2460. 2461. 2462. 2463. 2464. 2465. 2466. 2467. 2468. 2469. 2470. 2471. 2472. 2473. 2474. 2475. 2476. 2477. 2478. 2479. 2480. 2481. 2482. 2483. 2484. 2485. 2486. 2487. 2488. 2489. 2490. 2491. 2492. 2493. 2494. 2495. 2496. 2497. 2498. 2499. 2500. 2501. 2502. 2503. 2504. 2505. 2506. 2507. 2508. 2509. 2510. 2511. 2512. 2513. 2514. 2515. 2516. 2517. 2518. 2519. 2520. 2521. 2522. 2523. 2524. 2525. 2526. 2527. 2528. 2529. 2530. 2531. 2532. 2533. 2534. 2535. 2536. 2537. 2538. 2539. 2540. 2541. 2542. 2543. 2544. 2545. 2546. 2547. 2548. 2549. 2550. 2551. 2552. 2553. 2554. 2555. 2556. 2557. 2558. 2559. 2560. 2561. 2562. 2563. 2564. 2565. 2566. 2567. 2568. 2569. 2570. 2571. 2572. 2573. 2574. 2575. 2576. 2577. 2578. 2579. 2580

Fernando Colli
Carmine Samperi
Oswaldo Lima Filho
Dasso Coimbra
Gil Veloso
Miguel de Almeida
Unirio Machado
Carlos de Brito Velho

Teodoro Basso
 Ivan Lutz
 Zaira Nunes
 Ary Alcântara
 Aroldo Carvalho
 Editor: Mac Favors
 Adão Oliveira
 Lauro Lemos
 Wilson Martins
 Souza Carlos
 Mário Gomes
 Mario Melo
 José Simey
 Costa Ivo
 Diana Américo
 Amaral Paulo
 Flávia Souza
 Nêra Menezes
 Garcia Paulo
 Renato Cardoso
 Edison Garcia
 Aurino Viana
 Roberto Viana
 Stelio Marinho
 Antônio Almeida
 Cec. Pereira
 José Carlos Gomes
 Orla Rangel
 Carlos Paulo

Domingos Alencar
Ivo de Azevedo
Teresa Bentes
Antonio Brito
Alfredo Brito
Antonio Brito
Valente Mendes
Carmen Rêgo
Alberto Reis
Rafael da Silva
José da Silva
Antonio Gomes
João Pereira
Mário Mota
Machado Rolando
Ferdinando Ribeiro
Pedro Braga
Antônio Badur
Lourival Bastos
Geraldo Macquie

Benjamin Farah
Adylio Vianna
Acidelly Filho
Palva Muniz
Simão da Cunha
Waldyr Simões
Muniz Falcão
Adolfo Oliveira
Mário Tamborindeguy
Lydio Beroi
Adriac Bernardes
Osm. Regis
Celestino Filho
Eivaldo Pinto
Athê Cury
Otávio Brizolla
Lamartine Távora
Flaviano Rocio
Oscar Carleal
Dionu Cardoso
Pablo Macarini
Augusto Daleiro
Jost Esteves
Branco Ramos
João Herculino
Lauro Cruz

Ylmo de Carvalho
 Jaciara Tuma
 João Voiga
 Humberto Lucena
 Horiceno Paixão
 Bento Gonçalves
 Fernandes Machado
 Madaleno Nobre
 Emanuel Waisemann
 Oswaldo Lima Filho
 Costa Cavalcanti
 Arnaldo Nogueira
 Dielma Passos
 Antônio Carvalho
 Wilson Chediac
 Francisco Pereira
 Antônio Netto
 Francisco Padilha
 Milton Datta
 Antônio Trichez
 Bruno da Silveira
 Fernando Gomes
 Gabriel Hermes
 Antônio Feliciano
 Cunha Bueno
 Sérgio Moura

[illegible]

...do mesmo pariamen
...a e a digna consi
...preferen
...do pariamen, o De
...mundo, para
...da se
...19.
...abri

5 - ... do P...
... de E...
... e ...
... f...
... 17 de ab...
1980 - Fernando Cabral

8014
Ar
P

LEI Nº 1.572, DE 18 DE MARÇO DE 1952.

"DISPÕE SOBRE AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que a COMISSÃO NACIONAL DECRETAL E
FUSIONADA DE COMISSÃO DE INQUÉRITO:

Art. 1º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas na forma do Artigo 53 da Constituição Federal, terão competência nas pesquisas e destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem a sua formação.

Parágrafo único - A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados.

Art. 2º - No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros do Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, ouvir as indicações, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar a publicação pública e autárquica, inquirir e documentar e transportar-se ao lugar onde se fizer necessário a sua presença.

Art. 3º - Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Parágrafo único - No caso de não comparecimento do testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao Juiz criminal da localidade em que reside ou se encontrar, na forma do Artigo 218 do Código de Processo Penal.

Art. 4º - Constitui crime:

I - Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça, ou assédio, o regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena - a do Art. 329 do Código Penal.

31/18
7/12
8/10

.2.

Art. 60 - A Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por PROJETO DE LEI.

§ 1º - Se for o diverso o objeto do inquérito, a Comissão dirá, em separado, a favor de um, podendo fazê-lo em mais de uma sessão de investigação dos fatos.

§ 2º - A inculpação da Comissão Parlamentar de Inquérito terminará com a sessão legislativa, se não tiver sido outorgada, e se a Câmara de respectiva Câmara, por maioria de 2/3, contra a Legislação em curso.

Art. 61 - O processo de inculpação dos inquéritos obedecerá ao que prescrever esta Lei, no que lhes for aplicável, da FORMA DA PROSECUÇÃO CRIMINAL.

Art. 62 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1955; 1919
642 da República.

- 4) GETULIO VARGAS
- FRANCISCO MAGALHÃES
- RICARDO GUILHERME
- NESTOR DE OLIVEIRA
- JOSÉ CARLOS DE FORTES
- RODRIGO ALVES
- ANTONIO CARLOS LIMA
- JOSÉ DE OLIVEIRA
- JOÃO DE OLIVEIRA
- JOÃO DE OLIVEIRA
- JOÃO DE OLIVEIRA



32
19
mu

LEGISLAÇÃO SOBRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

- Decreto 2.700, de 12/2/1934. - Transfere do Ministério do Trabalho para o da Guerra o Serviço de Proteção aos Índios.
D.O. 14/7/1934
Ret. 28/7/1934
Ret. 31/7/1934
Ret. 17/8/1934
- Decreto 73, de 4/1/1935. - Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, o que se refere o Decreto nº 2.700/1934.
L.B. vol. 1º/1936
D.O.
- Decreto-lei 1.725, de 3/11/1939 - Substitui no Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios.
D.O. 6/11/1939
- Decreto-lei 1.725, de 22/11/1939 - Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios.
D.O. 22/11/1939
- Decreto-lei 1.385, de 15/12/1939 - Organiza o Serviço de Proteção aos Índios
D.O. 18/12/1939
Ret. 31/1/1940
- Decreto-lei 2.209, de 20/5/1940 - Cria a função gratificada de secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios
D.O. 22/5/1940
- Decreto-lei 2.313, de 27/6/1940 - Dispõe sobre a aplicação dos créditos concedidos ao Serviço de Proteção aos Índios (Revogado pelo Decreto 2.583)
D.O. 29/6/1940
- Decreto-lei 2.313, de 10/7/1940 - ^{substitui} ~~extingue~~ o exercício da função gratificada a que se refere o Decreto-lei 2.209/1940
D.O. 12.7/1940
- Decreto 6.000, de 1/8/1940 - Aprova nova tabela numérica para o pessoal exerce-
ntes no Serviço-mens lista do Conselho Nacional de Proteção aos Índios
D.O. 7/8/1940



CÂMARA DOS DEPUTADOS

33
20
me

- Decreto-lei 2.583, de 1/9/1940 - Dis põe sobre a aplicação dos créditos concedidos ao Serviço de Proteção aos Índios.
D.O. 17/9/1949
- Decreto 10.652, de 16/10/1942 - Aprova o Regimento de Serviços de Proteção aos Índios
D.O. 20/10/1942
- Decreto 17.622, de 24/1/1945 - Modifica o Decreto 10.652/1942
D.O. 29/1/1945
- Decreto 14.144, de 31/12/1945 - Fundaç ão Brasil Central - Providência a fim de ser cedida ao Serviço de Proteção aos Índios a área 62km a Km 68
D.O. 31/12/1945-pag.19.383
- Ordem de Serviço nº 25/1946 - Respeito à vida, à liberdade e à propriedade do Índio, etc.
D.O. 12/3/1946-pag.3.596
- Lei 1.626, de 17/1/1952 - Estende à todos os chefes e servidores dos postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos Índios não aldeados os benefícios do Decreto-lei 5.801/1943, que considera de interesse militar a expedição Bonco-dor-Xingú.
D.O. 21/6/1952
- Lei 1.182, de 27/2/1957 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$1.965.747,20, destinado à atender ao pagamento dos débitos contraídos pela 1ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.
D.O. 27/2/1957
- Decreto 15.102, de 26/12/1958 - Aprova, pelo Ministério da Agricultura, o Crédito especial de Cr\$1.965.747,20, destinado à atender ao pagamento dos débitos contraídos pela 1ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.
D.O. 26/12/1958,

6-

7-

purser:

Indústria e Comércio, estradas de acordo com as deliberações dos
Estados e Municipais; a) para fins de regularização fundiária
quanto as posses das terras atualmente ocupadas pelas fazendas;
b) para que fossem confirmadas as concessões de terras feitas
de acordo com a Lei de 21 de setembro de 1908, e para que
fossem criadas as comissões de regularização de terras, com
funções semelhantes às previstas no artigo 1º da
Lei de 21 de setembro de 1908.

Logo que forem criadas as comissões de regularização de terras,
não cessará a regularização e concessão de terras por parte das
terras devolvidas, quer viram as mesmas das fazendas.

8-
de abril de 1908, sobre a regularização fundiária, por
Mendes Júnior.

As terras devolvidas das fazendas, que foram
concedidas em virtude da Lei de 21 de setembro de 1908,
devem ser regularizadas, e para isso é necessário que
sejam criadas as comissões de regularização de terras,
com funções semelhantes às previstas no artigo 1º da
Lei de 21 de setembro de 1908. As comissões de regularização
de terras, que foram criadas em virtude da Lei de 21 de
setembro de 1908, devem ser regularizadas, e para isso é
necessário que sejam criadas as comissões de regularização
de terras, com funções semelhantes às previstas no artigo 1º
da Lei de 21 de setembro de 1908.

Logo que forem criadas as comissões de regularização de terras,
não cessará a regularização e concessão de terras por parte das
terras devolvidas, quer viram as mesmas das fazendas.
Logo que forem criadas as comissões de regularização de terras,
não cessará a regularização e concessão de terras por parte das
terras devolvidas, quer viram as mesmas das fazendas.
Logo que forem criadas as comissões de regularização de terras,
não cessará a regularização e concessão de terras por parte das
terras devolvidas, quer viram as mesmas das fazendas.

..... - 6 -
os nossos protestos de consideração e alto respeito.

Atenciosamente,

(Ass.) Gen. Div. E/3 José Luiz de Almeida

Deputado do Acre

33
Fm

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR
IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS IN-
DÍOS.

Brasília, 24 de abril de 1963.

Ofício nº 3/63

Senhor Diretor:

LIDO EM ATA DA 3.ª REUNIÃO
REALIZADA EM 25.4.63

Comunicamos a V.Sa. que a Câmara dos Deputados, pela Reso-
lução 1/63, houve por bem constituir esta Comissão, cujos membros são o
signatário do presente e mais os Senhores Wilson Martins - Vice-Presi-
dente, Celso Amaral - Relator, Edgard Pereira, Antônio Brezolin, Hashid
Hamed - Suplente, Nazendo Monteiro - Suplente e Luiz Bronsardo - Suplen-
te, com o fim de apurar irregularidades nesse Serviço, principalmente no
que concerne ao arrendamento de terras, à receita arrecadada e sua apli-
cação, à assistência prestada ao Índio e às providências determinadas
às Comissões de Sindicância criadas pelo Poder Executivo.


Assim sendo, solicitamos preliminarmente a V.Sa., sejam
prestadas a este órgão sindicante, com a máxima brevidade, as informa-
ções abaixo:

- 1.) quantos postos indígenas foram criados e qual a sua loca-
lização;
- 2.) desses postos, quantos estão funcionando normalmente;
- 3.) em quantas Inspetorias foram distribuídos esses postos, e
quais são elas, mencionando-se os respectivos chefes, no
momento;
- 4.) se existem postos paralizados, quais as providências para
que entrem em funcionamento;

A Sua Senhoria o Senhor Coronel Meneyr Ribeiro Coelho
DD. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
FM/lcp:-

- 34
ma
- 5.) quais as rendas de que dispõe o SPI, para o presente exercício e quais as dotações orçamentárias propriamente ditas;
 - 6.) quais foram as dotações da União nos últimos cinco anos especificando-se dentro das possibilidades, as despesas realizadas com dotações nas diversas Unidades da Federação, dentro do quinquênio;
 - 7.) em quanto montou, por posto, neste quinquênio a arrecadação do SPI;
 - 8.) qual a origem dessas arrecadações, quem as autorizou e por que ato;
 - 9.) quais as áreas territoriais e próprias do SPI que estão sob regime de arrendamento, com especificação dos respectivos locais;
 - 10.) qual a estimativa, presentemente, do rebanho bovino e equino das Fazendas Nacionais do SPI, inclusive a Fazenda de S. Marcos, no Território do Rio Branco;
 - 11.) em particular à Fazenda S. Marcos, a quanto montava esse rebanho nos anos de 1960, 1961 e 1962;
 - 12.) qual a categoria funcional dos que dirigem as Inspetorias e Postos indígenas, bem assim, se é Técnico o administrador da Fazenda Nacional de S. Marcos;
 - 13.) qual a área territorial total do SPI em todo o país e, de lá, a que realmente está ocupada por índios.

Aguardando pronta resposta ao presente ofício, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe protestos de elevado apreço.


VALÉRIO MARANHÃES

Presidente

- 1 - A Seção de Administração está sem chefe efetivo, há mais de sessenta dias;
- 2 - A Sexta Inspetoria Regional, com sede em Cuiabá, está sem chefe efetivo, há vários meses;
- 3 - A aplicação da verba orçamentária "Assistência ao Índio", não obedeceu ao plano aprovado pelo Ministro da Agricultura; DG e SOR
- 4 - Distorção, na aplicação de verbas específicas, para desenvolvimento econômico, consignadas no orçamento de 1962, nas 1a., 2a., 3a., 4a., 6a., 8a. e 9a. Inspetorias; DG, SOR e IR
- 5 - Quantidade enorme de processos baixados em diligência, pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, completamente, paralizalos, há mais de sessenta dias; DG e SA.
- 6 - O débito das Inspetorias, no exercício de 1962, ascendia a R\$22.595.314,30, conforme Boletim Interno nº 57, página 11;
- 7 - Atuação de Pessoal Temporário, sem regularização e liberação da verba específica (Boletim Interno nº 57, página 12), o que deu margem a reclamações dos interessados, na face da mesma, depois de alguns meses de trabalho, sem qualquer recompensa; DG e SA
- 8 - Decisão para pagamento do débito da 4a. Inspetoria Regional, por verba específica a ser liberada, em 1962, o que contraria disposições do Código de Contabilidade, uma vez que o resgate de compromissos atrasados, se faz através de "Exercícios Findos", ou "Restos a Pagar"; DG, SA e IR. 4
- 9 - Requisição de passagens ferroviárias, em favor de pessoas estranhas ao Serviço, conforme processos SPL-1.202/63, 1.081/63, 0.562/63 e 0.729/63; DG
- 10 - Adiantamentos feitos pela Renda Indígena, na importância aproximada de dois milhões de cruzelros, para reposição oportuna, o que não se verificou, com exceção, apenas, da Inspetoria de Cuiabá, que resgatou seu compromisso; DG, SOR e IR
- 11 - Participação do Sr. Cildo Furtado Soares de Mello, elemento demitido, por inquérito administrativo, a bem do serviço público, comprovada com sua presença, numa reunião, na qualidade de "assessor de assuntos de terra de SPI", com pecuaristas de Campo Grande, de acordo com o Boletim Interno nº 56, página 1; DG e SA
- 12 - Expedição da Ordem de Serviço Interna nº 113, de 16/08/62, sobre venda de gado, em Mato Grosso, cuja operação foi realizada, sem que, até hoje, tenha chegado a Diretoria, a respectiva prestação de contas; IR

Em reunião de 25/4/63

13 - Caracterização de serviço prestado ao SPI, pelo Sr. Gildo Meireles, remunerado, ou com certas vantagens financeiras, face à apresentação e oferecimento ao Diretor, do Estatuto do Grupo Tribal Tereno do Buriti, conforme consta do Boletim Interno nº 57, páginas 55 e 62;

D G

14 - Comprovação, ainda, de vantagens concedidas ao Sr. Gildo Meireles, com pagamento, ou melhor, fornecimento de dinheiro, para custeio de viagem a Mato Grosso, conforme processo SPI-3.689/62;

D G

15 - Em que consistem as construções do Posto Indígena Buriti, uma vez que não houve plano regular, transitado na Diretoria, em suas dependências competentes. Não se sabe como estão sendo financiadas, nem em quanto estão orçadas, e sua inauguração já foi adiada por várias vezes;

D G e IR

16 - Compra de uma caminhonete Chevrolet "Pio-up", sem verba orçamentária e sem que se comprove, até aqui, ter sido financiada pela Renda Indígena;

D G e 9

17 - Falta de prestação de contas da Renda Indígena, da Quinta Inspeção Regional, de Campo Grande, sobre o exercício de 1962, referente à gestão atual da Diretoria;

IR

18 - Se as viagens do Diretor, obedecendo ao circuito Brasília-Rio-São Paulo-Campo Grande, têm oferecido resultados práticos ao Serviço, devidamente comprovados, através de processos regulares;

D G

19 - Mantém o Sr. Benedito Fimentel, como Chefe Substituto da Seção de Administração, que não tem titular efetivo, quando o referido funcionário responde, ainda, por graves irregularidades praticadas no Posto Indígena "Capitão Iakri", conforme processo SPI-4.259/61, formado pelo relatório dos funcionários Mito Cliveira Veloso e Sebastião Lucena da Silva;

D G e Ben Fimentel


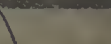

20 - Fazer o levantamento do débito da Quinta Inspeção Regional, que, segundo revelações de elementos da Diretoria, ascende a trinta milhões de cruzeiros, em várias praças do país;

21 - Concessão de autorização, em favor de missionários americanos, para trabalhar em regiões interditadas pelo Conselho de Segurança Nacional, dando margem a uma ação de impedimento, por parte do General Comandante da Guarnição Federal de Manaus, conforme processo SPI-4.163/62;

D G e SOA

22 - Designação do Sr. Jurandyr Marcos da Fonseca, dando-o como funcionário, quando não o é, para seguir com destino a São Paulo, a fim de representar a Diretoria, na Primeira Feira de Arte Popular, conforme Ordem de Serviço nº 148, de 08/11/62, publicada no Boletim Interno nº 57, página 77;

D G

~~

~~

S C H

24 - Houve financiamento, para atividades de pacificação dos índios "Canoeiros", no Estado de Goiás, sem que se tenha qualquer notícia, de providências a respeito;

FFS. n. c. r. i. m.

25 - Compra vultosa de medicamentos, no Rio de Janeiro, sem regular tomada de preço;

DG & DA

26 - Levantamento dos bens adquiridos pelo Diretor, durante sua gestão, em virtude de frequentes afirmações, de que o mesmo comprara um automóvel SIMCA, 3 Andorinhas, nôvo 0 Km, em São Paulo, adquirira um apartamento no Rio de Janeiro (Rua 2 de Dezembro, segundo consta), e estaria em ~~demarches~~ demarches para compra de outro, além de estar concluindo as obras de uma casa, de sua propriedade, no "Jardim Guanabara", Ilha do Governador, onde estaria trabalhando um funcionário, Carlos Barreto de Souza, mestre de obras do Serviço;

27 - Venda de bovinos, em Campo Grande, pelo Sr. Alísio de Carvalho, para resgate de um cheque sem fundo, do Sr. José Fernando da Cruz, seu antecessor, na chefia da Quinta Inspeção, relacionado com a compra de um veículo.

Alexis e Fernando

Franklin

44
45
46

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Brasília, 26 de abril de 1963.

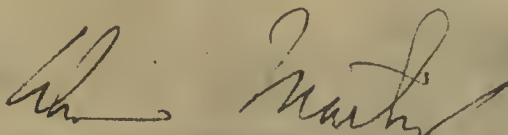
Ofício nº 4/63

LIDO EM ATA DA 4.ª REUNIÃO
REALIZADA EM 7.5.1963

Senhor Diretor

Solicitamos sua presença perante esta Comissão Parla-
mentar de Inquérito às 15 horas do dia 7 de maio próximo (sala da Co-
missão de Saúde, da Câmara dos Deputados), a fim de prestar-nos escla-
recimentos sobre problemas relacionados com as investigações deste ór-
gão.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protes-
tos de elevado apêgo.



WILSON MARTINS

Vice-Presidente no exercício da
Presidência

A Sua Senhoria, o Senhor Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
DD. Diretor de Serviço de Proteção aos Índios
YM/bm.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Of. nº 311

Em 7 de maio de 1963

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Ao Exmº Deputado Valério Magalhães - DD. Presidente da C.P.I.

Assunto : Presta informação (of. 3/63)

Senhor Deputado:

Em atendimento ao ofício nº 3/63, de 24 de abril p. passado, em que V.Exª, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, solicita sejam prestadas a êsse órgão sindicante informações sobre êste Serviço, tenho o prazer de informar o que se segue:

- 1). quantos Postos Indígenas foram criados e qual a sua localização ?
R). Até a presente data conta o Serviço de Proteção aos Índios com 105 Postos Indígenas, distribuídos pelas seguintes unidades da Federação:

Estado de São Paulo

Pôsto Indígena Rio Branco
Pôsto Indígena José de Anchieta
Pôsto Indígena Carvalno Pinto
Pôsto Indígena Vanuire
Pôsto Indígena Capitão Kenkrá
Pôsto Indígena Capitão Iakri

Estado de Minas Gerais

Pôsto Indígena Engeneiro Mariano de Oliveira

Território Federal do Rio Branco

Pôsto Indígena São Marcos

Estado do Amazonas

Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues
Pôsto Indígena Lobo d'Almada
Pôsto Indígena Ajuricaba
Pôsto Indígena Jatapu
Pôsto Indígena Uaupés
Pôsto Indígena Ticunas
Pôsto Indígena Camanau
Pôsto Indígena Manoel Miranda

Estado do Pará

Pôsto Indígena Tembê
 Pôsto Indígena Mundurucu
 Pôsto Indígena Kokraimoro
 Pôsto Indígena Uaçá
 Pôsto Indígena Pedro Dantas
 Pôsto Indígena Borotire
 Pôsto Indígena Nilo Peçanha
 Pôsto Indígena Las Casas
 Pôsto Indígena Trocará
 Pôsto Indígena Caiabi
 Pôsto Indígena Pucuruí
 Pôsto Indígena Gavião
 Pôsto Indígena Juscelino Kubtschek
 Pôsto Indígena Francisco Meireles

Território do Amapá

Pôsto Indígena Luiz Horta

Estado do Maranhão

Pôsto Indígena Gonçalves Dias
 Pôsto Indígena Manoel Rabelo
 Pôsto Indígena Capitão Uirá
 Pôsto Indígena Araribóia
 Pôsto Indígena Barra do Corda

Estado da Paraíba

Pôsto Indígena Nísia Brasileira

Estado de Pernambuco

Pôsto Indígena Dantas Barreto
 Pôsto Indígena Pancaru
 Pôsto Indígena Padre Nelson Carvalho
 Pôsto Indígena Tucuru

Estado de Alagoas

Pôsto Indígena Irineu dos Santos
 Pôsto Indígena Padre Alfredo Dâmaso

Estado da Bahia

Pôsto Indígena Felipe Camarão
 Pôsto Indígena Kiriri
 Pôsto Indígena Caramuru

Estado de Mato Grosso

Pôsto Indígena Taunay
 Pôsto Indígena Cacnoeirinha
 Pôsto Indígena Ipegue
 Pôsto Indígena Lalima

49
 - 2 -

Estado de Mato Grosso (cont.)

Pôsto Indígena Capitão Vitorino
 Pôsto Indígena Alves de Barros
 Pôsto Indígena Nalique
 Pôsto Indígena São João
 Pôsto Indígena Buriti
 Pôsto Indígena Francisco Horta
 Pôsto Indígena José Bonifácio
 Pôsto Indígena Benjamin Constant
 Pôsto Indígena Simões Lopes
 Pôsto Indígena Marechal Rondon
 Pôsto Indígena José Bezerra
 Pôsto Indígena General Gomes Carneiro
 Pôsto Indígena Galdino Pimentel
 Pôsto Indígena Piebaga
 Pôsto Indígena General Couto Magalhães
 Pôsto Indígena Major Libâneo Coloizorocê
 Pôsto Indígena Pirineus de Souza
 Pôsto Indígena Fraternidade Indígena
 Pôsto Indígena Dr. Barbosa de Farias

Estado do Paraná

Pôsto Indígena Coronel José de Carvalho
 Pôsto Indígena Barão de Antonina
 Pôsto Indígena Xavier da Silva
 Pôsto Indígena Dr. C. Cavalcante
 Pôsto Indígena Telemaco Borba
 Pôsto Indígena Capitão Gregório Kaekchot
 Pôsto Indígena Boa Vista
 Pôsto Indígena Interventor Manoel Ribas
 Pôsto Indígena José Maria de Paula
 Pôsto Indígena Cacique Capanema
 Pôsto Indígena Fioravante Esperança
 Pôsto Indígena Selistre Campos

Estado de Santa Catarina

Pôsto Indígena Duque de Caxias

Estado do Rio Grande do Sul

Pôsto Indígena Cacique Doble
 Pôsto Indígena Paulino de Almeida
 Pôsto Indígena Nonoai
 Pôsto Indígena Guarita

Estado de Goiás

Pôsto Indígena Heloisa Torres
 Pôsto Indígena Pimentel Barbosa

Estado de Goiás (Cont.)

Pôsto Indígena Getúlio Vargas
 Pôsto Indígena Damiana da Cunha
 Pôsto Indígena Pedro Ludovico
 Pôsto Indígena Tocantínia
 Pôsto Indígena Rio do Sono
 Pôsto Indígena Antonio Estigarribia
 Pôsto Indígena Apinagés
 Pôsto Indígena Capitão Vasconcelos

Território Federal de Rondônia

Pôsto Indígena Major Amarante
 Pôsto Indígena Tenente Lira
 Pôsto Indígena Dr. Tanajura
 Pôsto Indígena Ricardo Franco
 Pôsto Indígena Okaia
 Pôsto Indígena Rodolfo Miranda

- 2). Dêsses Postos, quantos estão funcionando normalmente?
 R). Os Postos Indígenas acima relacionados estão em funcionamento, muito embora alguns dêles funcionem precariamente.
 3). Em quantas Inspetorias foram distribuídos êsses Postos, e quais são elas, mencionando-se os respectivos chefes, no momento.
 R). 9 Inspetorias Regionais supervisionam os Postos Indígenas, sendo que os 7 (sete Postos abaixo acham-se subordinados diretamente à Diretoria:

No Estado de São Paulo

Pôsto Indígena Rio Branco
 Pôsto Indígena José de Anchieta
 Pôsto Indígena Carvalho Pinto
 Pôsto Indígena Vanuire
 Pôsto Indígena Capitão Kenkrá
 Pôsto Indígena Capitão Iakri

No Estado de Minas Gerais

Pôsto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira

- b) - São as seguintes as Inspetorias Regionais e respectivos chefes:
 1ª Inspetoria - Amazonas, Acre, Rio Branco - Sede em Manaus - Chefe: José de Melo Fiuza
 2ª Inspetoria - Pará e Amapá - Sede em Belém - Chefe: João Fernandes Moreira
 3ª Inspetoria - Maranhão - Sede em São Luiz - Chefe: Olimpio Martins Cruz

- 4ª Inspeção - Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas Gerais - Sede em Recife - Chefe: Francisco Sampaio.
- 5ª Inspeção - Sul de Mato Grosso e São Paulo - Sede em Campo Grande - Chefe: Alisio de Carvalho
- 6ª Inspeção - Norte de Mato Grosso - Sede em Cuiabá - Chefe: José Batista Ferreira Filho
- 7ª Inspeção - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Sede em Curitiba - Chefe: Dival José de Souza
- 8ª Inspeção - Goiás - Sede em Goiânia - Chefe: Irio Dutra
- 9ª Inspeção - Território Federal de Rondônia - Sede em Porto Velho - Chefe: Augusto de Souza Leão.

4). Se existem Postos paralizados, quais as providências para que entrem em funcionamento?

R). Não consta a existência de Postos paralizados.

5). Quais as rendas de que dispõe o SPI, para o presente exercício e quais as dotações orçamentárias propriamente ditas?

R). São de duas naturezas as rendas de que dispõe o SPI: Renda Indígena e Verbas Orçamentárias.

A Renda Indígena, proveniente de atividades extrativas, agrícolas e arrendamentos de terras e, eventualmente, de sua pecuária. Sua avaliação antecipada é, entretanto, extremamente difícil, seja pela falta de dados informativos fornecidos pelos Postos Indígenas e Inspeções, seja pela variação que sofre a produção. Mesmo o valor dos arrendamentos, cujos levantamentos a Diretoria vem tentando realizar, não é possível estimar, de vez que tais arrendamentos, em sua maior parte, venham sendo efetuados sem conhecimento da Diretoria, que até agora permanece na ignorância da maior parte deles. Cabe considerar que a aplicação dessa renda é feita diretamente pelos Postos Indígenas e Inspeções que dela presta conta à Diretoria posteriormente.

Quanto a Verba Orçamentária: A Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 1963, consignou no seu Orçamento para o Serviço de Proteção aos Índios a importância total de Cr\$ 424.044.000,00.

Dêsse total, Cr\$ 244.320.000,00 se destina a pagamento de vencimentos, diárias, ajudas de custo, gratificações de funções, salário-família, etc., para pessoal civil lotado neste Serviço. Assim, restaria como dotação orçamentária propriamente dita, a importância de Cr\$ 179.724.000,00. Porém, deduzindo-se a importância de Cr\$ 8.000.000,00 da verba 1.6.17 - Serviço de Assistência Social para a Missão Anchieta-Diamantino, ficará o orçamento do SPI reduzido para Cr\$ 171.724.000,00.

Dêsse modo, e levando em conta o plano de contenção de despesa do governo, como medida de economia, aquele total ficará reduzido para Cr\$ 111.620.600,00, de vez que a percentagem estabelecida é de 35%. (trinta e cinco por cento).

985-1
53
- 6 -

Como se poderá verificar do orçamento, esta importância restante deverá atender, para o corrente exercício, à assistência aos índios, com mais de uma CENTENA DE POSTOS INDÍGENAS, aquisição de medicamentos, ferramentas, material de expediente, combustíveis e lubrificantes, gêneros de alimentação, matérias primas, passagens, transportes, expedições científicas e outras, manutenção de Inspetorias e Postos Indígenas, aluguéis de imóveis, aquisição de máquinas, motores, aparelhos, auto-caminhões, camionetas, tratores, equipamentos e implementos agrícolas, embarcações e material flutuante, etc. etc.

6). Quais foram as dotações da União nos últimos cinco anos especificando-se dentro das possibilidades, as despesas realizadas com dotações nas diversas Unidades da Federação, dentro do quinquênio?

R). Tomamos por base os exercícios de 1 958, 1 959, 1 960, 1961 e 1 962, que constituem o quinquênio solicitado. Convém esclarecer que, dos exercícios citados, os de 1 958, 1 959 e 1 960, pertenceram à gestão do General José Luiz Guedes e, 1 961, tendo como Diretor o Coronel Tasso Villar de Aquino, sendo apenas o exercício de 1 962, da atual Diretoria, tendo como responsável o Coronel Moacyr Ribeiro Coelho.

O exercício de 1 958, aquinhoou o Serviço de Proteção aos Índios com a dotação total de Cr\$ 76.194.200 (setenta e seis milhões, cento e noventa e quatro mil e duzentos cruzeiros) e, deduzindo-se Cr\$ 21.737.200,00 (vinte e hum milhões, setecentos e trinta e sete mil e duzentos cruzeiros) de Pessoal Civil e mais Cr\$ 36.300.000,00 (trinta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) de pessoal assalariado, admitidos na forma do Decreto-Lei nº 2.583, de 14-9-1940, restou apenas a importância de Cr\$ 18.157.000,00 (dezoito milhões, cento e cinquenta e sete mil cruzeiros), para atendimento de tôdas as demais subconsignações, constantes das Consignações 1.3.00 - Material de Consumo e de Transformação, 1.4.00 - Material Permanente, 1.5.00 - Serviços de Terceiros, 1.6.00 - Encargos Diversos, 4.1.00 - Obras e 4.2.00 - Equipamentos e Instalações.

Essa minguada importância de Cr\$ 18.157.000,00 (dezoito milhões, cento e cinquenta e sete mil cruzeiros) é responsável pela manutenção de 9 (nove) Inspetorias Regionais e UMA CENTENA de Postos Indígenas, espalhados por vários Estados da Federação, no atendimento da Assistência aos Índios, medicamentos, combustíveis, matérias primas, ferramentas, artigos de expediente, ensino e educação, material de limpeza, materiais e acessórios de viaturas, de coudelaria, gêneros de alimentação, acondicionamento e transportes, passagens, iluminação, força e luz, reparos, etc. de bens móveis, serviços clínicos e de hospitalização, telefones,

telefonemas, telegramas, etc., aluguel ou arrendamento de imóveis, expedições científicas, etc., reparos, adaptações e conservação de bens imóveis, aquisição de máquinas, motores, aparelhos, embarcações, material flutuante, dragas, etc.

Também no exercício de 1959, na administração do General José Luiz Guedes, o Orçamento da União destinou a importância de Cr\$ 85.029.200,00 (oitenta e cinco milhões, vinte e nove mil e duzentos cruzeiros), da qual, deduzindo-se a importância de Cr\$... 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para pessoal assalariado e mais Cr\$ 20.542.200,00 (vinte milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e duzentos cruzeiros) do Pessoal Civil para vencimentos, diárias, ajuda de custo, etc. sobram apenas Cr\$ 24.487.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil cruzeiros). Essa importância é para o atendimento de todas as demais despesas a cargo das Inspetorias Regionais e Postos Indígenas, no atendimento da Assistência aos Índigenas, aquisição de ferramentas, material de limpeza, combustíveis e lubrificantes, gêneros de alimentação, matérias primas, produtos químicos e farmacêuticos, animais destinados a trabalho, produção e criação, mobiliário em geral, serviços clínicos e de hospitalização, etc., inclusive com aluguéis para as sedes das Inspetorias Regionais, situadas em nove Estados da Federação. Além do mais, esta mesma parte disponível da verba, terá que atender à aquisição de Máquinas, motores e aparelhos, Autocaminhões, etc. e embarcações e material flutuante para transportes nos Postos situados nas Inspetorias do Norte do Brasil, tais como, Amazonas, Pará, Território de Rondônia, etc..

Ainda no ano de 1960, tendo como Diretor o mesmo General José Luiz Guedes, foi o orçamento do Serviço de Proteção aos Índios aumentado para o total de Cr\$ 104.388.740,00 (cento e quatro milhões, trezentos e oitenta e oitenta e oito mil e setecentos e quarenta cruzeiros). Destacaram-se para o Pessoal Civil, a importância de Cr\$ 24.252.240,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta cruzeiros) destinados ao pessoal assalariado das Inspetorias e Postos Indígenas, o que traduz o total para apenas Cr\$ 36.299.000,00 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e nove mil cruzeiros), que é a importância real para atendimento dos diversos serviços do S. P. I.. Dêsse total de Cr\$ 36.299.000,00 (trinta e seis milhões duzentos e noventa e nove mil cruzeiros): Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para medição e demarcação de terras; Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para ampliação da rede radiotelegráfica; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para o Posto Dantas Barreto, como Verba Específica; Cr\$ 1.000,00 (um milhão de cruzeiro), também como Verba Específica, pa-

09A53
55
jpn

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

para o Pôsto Pimentel Barbosa, o que reduz para Cr\$ 31.299.000,00 (trinta e hum milhões, duzentos e noventa e nove mil cruzeiros), que seriam aplicados em Assistência aos Índios, aquisição de medicamentos, ferramentas, combustíveis e lubrificantes, matérias primas, etc.

Ao iniciar o exercício de 1961, já na nova administração do Coronel Tasso Villar de Aquino, contava o Orçamento para o referido exercício com a importância de Cr\$ 128.273.740,00 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e setenta e três mil e setecentos e quarenta cruzeiros). Descontando-se a parte destinada a Pessoal Civil, Cr\$ 24.000.240,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e quarenta cruzeiros) e mais Cr\$ 43.837.500,00 (quarenta e três milhões oitocentos e trinta e sete mil e quinhentos cruzeiros), restam para atendimento dos diversos serviços a importância de Cr\$ 60.436.000,00 (sessenta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil cruzeiros). Dêsse total, o Diretor, Coronel Tasso Villar de Aquino, fez as competentes requisições de adiantamentos, que importaram em Cr\$ 49.120.000,00 (quarenta e nove milhões, cento e vinte mil cruzeiros), que foram assim distribuídos:

O Diretor, Coronel Tasso Villar de Aquino, chamou a sua responsabilidade para aplicação, duas parcelas de Cr\$ 8.382.439,00 (oito milhões, trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e nove cruzeiros), totalizando a soma de Cr\$ 16.764.878,00 (dezesseis milhões setecentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e oito cruzeiros)	16.764.878,00
O Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira, recebeu como adiantamento, da Verba 1.6.17 restante da recebida pelo Coronel Diretor, Cr\$ 4.235.122,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e vinte e dois cruzeiros)	4.235.122,00
O Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira, recebeu mais a importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, correspondente à Verba 1.6.24	2.500.000,00
O servidor Almachio Bandeira Braule Pinto, recebeu por adiantamento da Verba 4.2.01, a importância de Cr\$ 1.250.000,00 (hum milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros)	1.250.000,00
O servidor João Domingos Lamônica, recebeu para aplicação, por adiantamento, da Verba 4.2.01, a importância de Cr\$ 1.250.000,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta mil cruz.	1.250.000,00

(24) 54
710-56
- 7/15 -

O Inspetor Raimundo Dantas Carneiro, recebeu como adiantamento da Verba 1.6.24 para aplicação na 6ª Inspeção Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), de cuja importância fez suprimento ao Inspetor Alfredo José da Silva..	10.000.000,00
O Agente Dival José de Souza, recebeu como adiantamento da Verba 1.6.24, para aplicação na 2ª Inspeção Regional, em Belém, Estado do Pará, da qual fez suprimento ao Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles a importância de onze milhões de cruzeiros	11.000.000,00
O Inspetor Lourival da Mota Cabral recebeu como adiantamento a importância de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros)	800.000,00
O servidor Luiz de França Pereira de Araújo recebeu como adiantamento a importância de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).....	800.000,00
O servidor Orlando Alves Carneiro recebeu como adiantamento a importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros)..	400.000,00
E finalmente, o servidor Felício Fiori de Magalhães Costa recebeu, como adiantamento, a importância de Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros)	120.000,00

Deduzindo-se do saldo de Cr\$ 60.436.000,00 (sessenta milhões quatrocentos e trinta e seis mil cruzeiros), os adiantamentos recebidos, no total de Cr\$ 49.120.000,00 (quarenta e nove milhões, cento e vinte mil cruzeiros), o saldo restante seria de Cr\$ 11.316.000,00 (onze milhões, trezentos e dezesseis mil cruzeiros).

Do total acima, foi deduzida a importância de Cr\$ 3.079.000,00 (três milhões, setenta e nove mil cruzeiros), sendo: Aluguéis de prédios para Inspeções Regionais, Cr\$ 2.084.000,00; Passagens, etc. Cr\$ 700.000,00; Iluminação, etc. Cr\$ 100.000,00; Água, Exgôto e Lixo, Cr\$ 75.000,00 e Telefones, etc. Cr\$ 120.000,00, houve de saldo do orçamento de Cr\$ 8.237.000,00 (oito milhões, duzentos e trinta e sete mil cruzeiros), de verba não requisitada e não aplicada.

Finalmente, no ano de 1962, com a atual administração do Tenente Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, o Serviço de Proteção aos Índios seguiu nova orientação, daí, tomando medidas mais eficientes para melhor aplicação dos recursos que lhe foram desti

destinados.

O Orçamento da União para o exercício de 1962, constante da Lei nº 3.994, de 9-12-1961, consignou a importância total de Cr\$. 266.393.000,00 (duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e noventa e três mil cruzeiros). Dessa importância, se deduzirá, por força, a parcela de Cr\$ 140.999.000,00 (cento e quarenta milhões, novecentos e noventa e nove mil cruzeiros), destinada a Pessoal Civil, com vencimentos, Ajuda de Custo, diárias, salário-família, gratificação de função e gratificação adicional por tempo de Serviço, restaria apenas a importância de Cr\$ 125.394.000,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros), de Verbas Diversas, a serem movimentadas pela Diretoria, com empenhos e requisições ao Departamento Federal de Compras e Tribunal de Contas da União.

Com a transição por que passou o Governo da República nas constantes mudanças de Gabinetes, ainda no regime Parlamentarista, somente em 31 de agosto de 1962, foi grande parte das Verbas liberada. Feitas as respectivas requisições, de acordo com Planos de Trabalhos aprovados pelo Exmº Senhor Ministro da Agricultura, foram algumas pequenas parcelas perdidas pela escassez de tempo, e outras recusadas em seu registro pelo Tribunal de Contas, pela mesma razão. Assim, o total de Cr\$ 125.394.000,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros), o Tribunal de Contas da União recusou, por falta de prazo para aplicação, o registro da importância de Cr\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil cruzeiros). Ainda com a Lei nº 4.120, de 27 de agosto de 1962, foram atingidas algumas Verbas com a contenção de despesas, como medidas de economia, o que reduziu as Verbas constantes das subconsignações 4.2.01, 4.2.04 e 4.2.08, de Cr\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros), para Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões, setecentos mil cruzeiros), portanto, menos Cr\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzeiros). Também a Missão Anchieta-Diamantino, em Mato Grosso, Mesopotâmia, Xingu-Tapajós, foi beneficiada com a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ser deduzida do Orçamento do S.P.I.. Deduzindo-se as três parcelas acima, do total disponível destinado ao Serviço de Proteção aos Índios, restou um saldo de Cr\$ 105.094.000,00 (cento e cinco milhões e noventa e quatro mil cruzeiros). Do total acima de Cr\$ 105.094.000,00 (cento e cinco milhões e noventa e quatro mil cruzeiros), houve por bem esta Diretoria, obedecendo Planos de Trabalhos das Nove Inspetorias Regionais e ainda de acordo com a reunião de Inspectores realizada em setembro, em Brasília, distribuir àqueles Inspetorias, Verbas Específicas constantes da Subconsignação 1.6.23, mais a parte correspondente à Verba de Assistência aos Índios, da

56
AD
58
ma
- 11 -

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

da Subconsignação 1.6.17, da seguinte maneira:	
1ª Inspeção Regional, em Manaus, Estado do Amazonas, cuja aplicação ficou a cargo do Agente Coriolano de Mendonça	2.500.000,00
2ª Inspeção Regional, em Belém, Estado do Pará, cuja aplicação foi atribuída ao Agente João Fernandes Moreira, Chefe da Inspeção.	16.500.000,00
3ª Inspeção Regional, em São Luiz, Estado do Maranhão, cuja aplicação ficou a cargo do Agente Olimpio Martins Cruz, Chefe da Inspeção	5.000.000,00
4ª Inspeção Regional, em Recife, Estado de Pernambuco, sendo a aplicação atribuída ao Inspetor Francisco Sampaio	12.000.000,00
4ª Inspeção Regional, em Recife, Estado de Pernambuco, cuja aplicação ficou a cargo do Agente José Gabínio de Farias	2.000.000,00
5ª Inspeção Regional, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a cargo do Professor de Ensino Pré-Primário e Primário José Fernando da Cruz, então Chefe da Inspeção	8.500.000,00
6ª Inspeção Regional, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, cuja aplicação ficou a cargo do Agente José Batista Ferreira Filho, Chefe em exercício da Inspeção	4.500.000,00
7ª Inspeção Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, sendo a aplicação atribuída ao Agente Dival José de Souza, Chefe da Inspeção	6.000.000,00
8ª Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás, sendo a aplicação atribuída ao Inspetor Francisco Furtado Soares de Meireles, Chefe da Inspeção	12.000.000,00
9ª Inspeção Regional, em Porto Velho, Território de Rondônia, cuja aplicação ficou a cargo do Agente Alberico Soares Pereira, Chefe da Inspeção	3.800.000,00
9ª Inspeção Regional, em Porto Velho, Território de Rondônia, a cargo do Mestre Augusto de Souza Leão	4.000.000,00
Seção de Estandos, na cidade do Rio de Janeiro, para atendimento aos Postos do Estado de São Paulo e aquisição de medicamentos, a cargo do Agente Josias Ferreira de Macedo, então Chefe da Seção de Estudos	7.400.000,00

57
59
- 7/12 -

O Agente João Bezerra de Avelo, para aquisição de um caminhão, com a Verba 4.2.04.	2.400.000,00
O Agente Coriolano de Mendonça, para aplicar a Verba 1.6.23 - Diversos - 3) Prosseguimento de trabalhos, etc. na fronteira do Peru, município de Sena Madureira-Território do Acre	2.000.000,00
S o m a	Cr\$ 88.600.000,00

Dêste modo, supridas as Inspetorias para os diversos trabalhos, conforme demonstração acima, a importância disponível de Cr\$ 105.094.000,00 (cento e cinco milhões, noventa e quatro cruzeiros) deduzida as quotas atribuídas aos servidores acima, para os Planos aprovados pelo Exm^o Senhor Ministro da Agricultura, restou para a Diretoria a importância de Cr\$ 6.494.000,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil cruzeiros), que foram assim distribuída:

Aquisição de combustíveis e lubrificantes	1.600.000,00
Aquisição de medicamentos	400.000,00
Aquisição de ferramentas	100.000,00
Gêneros de alimentação	500.000,00
Matérias primas, etc.	750.000,00
Material de limpeza, etc.	125.000,00
Material para acondicionamento	60.000,00
Material e acessórios para viaturas, etc.	125.000,00
Material de coudelaria e uso zootécnico	80.000,00
Material para serviços de comunicações, etc.	300.000,00
Utensílios de copa, cozinha, etc.	150.000,00
Aluguel e arrendamentos de Inspetorias, etc.	2.304.000,00
S o m a	6.494.000,00

Quanto à prestação de contas, cabe considerar que, de acordo com o Decreto-Lei nº 2.583, de 14-9-940, o S.P.I. dispõe de nove meses para a competente comprovação dos adiantamentos recebidos. Como êstes adiantamentos, embora liberados em 31 de agosto só foram recebidos nos últimos dias de dezembro p. passado, conclui-se que os prazos para prestação de contas somente se exgotarão em agosto p. futuro.

Até o momento as prestações de contas já montam a cêrca de 6 (seis) milhões de cruzeiros, estando as demais dentro dos prazos legais.

7) . Em quanto montou, por Pôsto, neste quinquênio a arrecadação do S.P.I.?

R). Vide anexo nº 1

8). Qual a origem dessas arrecadações, quem as autorizou e por que ato ?

B958
60
7/13 -

R). As fontes de arrecadação do Serviço de Proteção aos Índios são provenientes de vendas de produtos extrativos, de produtos agrícolas, de gado e, finalmente, de arrendamento de terras. Fazia parte da rotina do S.P.I. a venda dos produtos referidos e arrendamentos. A atual administração autorizou a venda de gado imprestável para o desenvolvimento dos plantéis, face as dificuldades do SPI em atender aos índios. Autorizou-se, assim, a venda de gado na Fazenda de São Marcos, no Território Federal do Rio Branco; no Posto Indígena Manoel Rabelo, no Maranhão; nos Postos Indígenas Nalique e Couto de Magalhães, no Estado de Mato Grosso; e no Posto Indígena Getúlio Vargas, em Goiás. Vale ressaltar aqui, que as vendas de gado feitas na Fazenda de São Marcos e no Posto Indígena Manoel Rabelo foram em atendimento às autoridades locais, em socorro às populações de civilizados, que se encontravam em crise motivada pela falta de carne. Entretanto, em caso foram autorizadas pela atual administração, a venda de produtos extrativos, agrícolas ou arrendamentos de terras. As existentes vêm de administrações passadas, e foram em certos casos autorizadas pela Diretoria; em outras, pelas Inspetorias Regionais e, na maioria das vezes, pelos próprios Encarregados de Postos.

9). Quais as áreas territoriais e próprios do SPI que estão sob regime de arrendamento, com especificação dos respectivos locais?

R). Os arrendamentos de terras no SPI vinham, de longa data, sendo praticados irregularmente e, por isso mesmo, não existem, na Diretoria, dados que permitam sequer estimar-se o total das áreas arrendadas. Existem arrendamentos, do conhecimento da Diretoria, nas seguintes unidades da Federação:

Primeira Inspetoria Regional:

Local: Maloca (gleba indígena Maloca) área ignorada.

Quarta Inspetoria Regional:

Local: Posto Indígena General Dantas Barreto, Pernambuco, área ignorada.

Posto Indígena Pancaru, Pernambuco - área ignorada.

Posto Indígena Mísia Brasileira - Paraíba - área ignorada.

Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu - Bahia - área ignorada.

Quinta Inspetoria Regional:

Local: Reserva dos Kadiuéus - Mato Grosso - área ignorada.

Sexta Inspetoria Regional:

Local: Posto Indígena Couto de Magalhães - Mato Grosso - área ignorada.

Sétima Inspetoria Regional:

Local: Posto Indígena Xavier da Silva - Paraná - área ignorada.

Posto Indígena José Maria de Paula - Paraná - área ignorada.

Pôsto Indígena Duque de Caxias - Santa Catarina - área ignorada.
 Pôsto Indígena Guarita - Rio Grande do Sul - área ignorada.
 Pôsto Indígena Paulino de Almeida - R. G. do Sul - área ignorada.
 Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos - Paraná - área ignorada.

Oitava Inspetoria Regional:

Local: Pôsto Indígena Antonio Stigarríbia - Goiás - área ignorada.

Postos Indígenas subordinados à Diretoria:

Local: Engenheiro Mariano de Oliveira - Minas Gerais - área ignorada.

Pôsto Indígena Kenkrá - Estado de São Paulo - área ignorada.

Pôsto Indígena Capitão Iakri - Estado de São Paulo - área ignorada.

10). Qual a estimativa, presentemente, do rebanho bovino e equino das Fazendas Nacionais do SPI, inclusive a Fazenda de São Marcos, no Território do Rio Branco?

R). Postos Indígenas ligados à Diretoria:

Postos Indígenas	Rebanho bovino Cabeças	Rebanho Equino Cabeças
Vanyire.....	41	8
Jose de Anchieta	-	-
Mariano de Oliveira	34	30
Iakri.....	32	7
Capitão Kenkrá	52	8

Primeira Inspetoria Regional:

Fazenda São Marcos	2137	185
Barbosa Rodrigues	208	7

Segunda Inspetoria Regional:

Tembé	12	-
Pucyrui	-	4
Uaçã	39	15
Pedro Dantas	30	13

Terceira Inspetoria Regional:

Capitão Uirá	22	1
--------------------	----	---

Quarta Inspetoria Regional:

Xucuru	1	1
Padre Nelson	-	1
Pancarú	5	3
Kiriri	9	1
Trineu dos Santos	10	1
Dantas Barreto	58	3
Felipe Camarao	8	4
Camuru-Paraguacu	-	4
Alfredo Damaso	-	-

Quinta Inspetoria Regional:

Taunay.....	166	14
Sao João	109	5
Nalique	1410	64
Lalima	81	17
Jose Bonifacio	41	2
Ipegue	8	2
Francisco Horta	32	5
Capitao Vitorino	29	3
Cachoeirinha	33	5

Buriti	51	1
Alves de Barros	-	1

Sexta Inspetoria Regional:

Simões Lopes	1266	61
Marechal Rondon	206	-
Major Libâneo Coloizorocé ...	-	-
Gomes Carneiro	84	12
Couto de Magalhães	215	73
Galdino Pimentel	40	2
Fraternidade Indígena	62	11
Jose Bezerra	47	1
Pirineus de Souza	26	-

Sétima Inspetoria Regional:

Barão de Antonina	23	-
Boa Vista	-	2
Cacique Capanema	37	35
Cacique Doble	11	5
Cacique Gregório Kaeknot ...	3	-
Cel. Jose de Carvalho	7	1
Cel. Telemaco Borba	53	31
Dr. Carlos Cavalcanti	-	-
Dr. Selistre de Campos	-	3
Dr. Xavier da Silva	40	31
Duque de Caxias	2	-
Fioravante Esperança	11	20
Guarita	58	27
Interventor Manoel Ribas	64	-
Jose Maria de Paula	24	24
Nonoai	67	21
Paulino de Almeida	41	23

Oitava Inspetoria Regional:

Tocantínia	67	17
Rio do Sono	19	1
Pimentel Barbosa	107	36
Heloisa Torres	223	7
Getúlio Vargas	1208	39
Damiana da Cunha	105	7
Apinaje	61	1
Antonio Estigarribia	200	20

Nona Inspetoria Regional:

Ricardo Franco	61	-
Major Amarante	13	-
	<u>9.169</u>	<u>914</u>

11). Em particular à Fazenda São Marcos, a quanto montava êsse rebanho nos anos de 1 960, 1 961 e 1 962?

R). 1 960 - 1 961

Rebanho bovino	2.446
Rebanho Equino	188

1 962

Rebanho bovino	2.137
Rebanho Equino	185

12). Qual a categoria funcional dos que dirigem as Inspetorias e Postos Indígenas, bem assim, se é Técnico o administrador da Fazenda Nacional de S. Marcos?

R). O Serviço de Proteção aos Índios nunca contou em seu quadro com pessoal técnico, de vez que o Serviço é de natureza toda especial. Os seus funcionários são em geral Agentes de Proteção aos Índios e Inspetores de Índios, com longa experiência nessas atividades e, como tais, são reconhecidos, nessa qualidade, com funções específicas determinadas pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo.

Assim é que os Chefes de Inspetorias e Encarregados de Postos, que são designados pelo Diretor do SPI, de acordo com o seu Regimento, se compõem de Inspetores de Índios e Agentes de Proteção aos Índios.

A Fazenda Nacional de São Marcos, que é um Posto Indígena do SPI, nos últimos anos vinha sendo administrada por um Inspetor de Índios, o servidor Silvío dos Santos, recentemente localizado na sede da 1ª Inspetoria Regional, em Manaus, Estado do Amazonas.

13). Qual a área territorial total do SPI em todo o país e, dela a que realmente está ocupada por índios?

R). A área territorial total do Serviço de Proteção aos Índios, até presente data, é indeterminada. Isto acontece porque a sua grande maioria não foi medida e demarcada, por falta de pessoal, como agrimensor, topógrafos, etc., e também por falta de recursos financeiros.

Por outro lado, inúmeras são as tribos ainda isoladas, sem contato nenhum com a civilização; outras, mantêm um contato intermitente. Existem agrupamentos de contato permanente com a nossa sociedade e grande parte das tribos diretamente assistidas pelo SPI estão integradas na economia regional. Em relação à dimensão das glebas indígenas, a conceituação do problema está em razão da necessidade das tribos vistas segundo seu grau de aculturação com a nossa sociedade. Assim, aquelas isoladas, de contato intermitente e mesmo as de contato permanente, para sobreviverem precisam de vastas áreas de terra, a fim de poderem se deslocar constantemente, em busca da caça, pesca e colheita de frutos. É muito difícil, para este Serviço, determinar para as tribos em questão, quais seriam as glebas, do ponto de vista de dimensão, suficientes para as mesmas se manterem com tal base econômica. Mesmo assim, várias já foram determinadas com ideias para a sobrevivência de numerosas tribos nesta situação. Em relação às tribos ditas integradas na nossa economia regional, estão suas áreas de terra definidas, embora muito poucas possuam títulos definitivos, pelas razões já apresentadas aqui.

Decorrem, ainda, em relação as dificuldades para o SPI bem resolver o problema de terra para os seus tutelados, da falta

de regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal, porque, embora o aludido artigo dê direito aos índios à posse das glebas onde vivem, geralmente tem o SPI de recorrer ao judiciário para defendê-las contra terceiros.

Em suma, a tese defendida pela atual administração consiste em que, do ponto de vista econômico, as terras dos índios não pertencem exclusivamente a esta ou àquela tribo. Constituem, isso sim, um patrimônio integral e homogêneo que o SPI pode utilizar em proveito da totalidade das populações indígenas.

Tal conceito, equilibrando os recursos, impede que venham a existir índios ricos e índios famintos. Relacionamos, abaixo, as glebas indígenas e sua situação atual, embora faltem, por motivos ditos, muitas áreas de terra que, "apriori", pertencem a tribos ainda não bem identificadas.

Postos Ligados Diretamente à Diretoria do SPI

Pôsto Indígena Anchieta, situado no Estado de São Paulo, município de Peruíbe - Área: 64 alqueires ou 154,88 Ha. Situação Jurídica: Decreto nº 430128, de outubro de 1925.

Pôsto Indígena Capitão Iakri, situado no Estado de São Paulo, município de Avaí - Área: 1 920 Ha. Situação Jurídica: Reserva feita por força do Decreto nº 2371, de 28 de abril de 1923. Título Definitivo.

Pôsto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, situado em Minas Gerais, município de Maxacalis. Área: 3.332 Ha. Situação Jurídica: Definida, medida em 1 956 estando em curso a homologação do respectivo Título Definitivo.

Pôsto Indígena Vanuire, situado no Estado de São Paulo, município de Tupã - Área: 250 alqueires. Comprado por escritura pública de 4 de junho de 1 917.

Pôsto Indígena Capitão Kenkrá, situado no Estado de São Paulo, município de Braúna - Área: . Terras doadas e legalizadas, conforme consta em Cartório da Comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, em 4 de junho de 1 917.

Ainda em São Paulo, foi doada uma área de 809,2 hectares no município de Itariri, Comarca de Itanhaém, pelo então Governador Carvalho Pinto, para os índios Guaranis.

PI BARBOSA RODRIGUES

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Autaz, no Rio Autaz-Açu.

A R E A

- 4 454 hectares e 295 m2.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Adquirido por compra conforme escritura pública de definitiva, passada em 6/04/1959, no Cartório Tabelião Rocha Barros, Em Manaus - Amazonas.

PI AJURICABA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Barcelos, na confluência do Rio Demini com o Rio Totobi.

A R E A

- Ainda não demarcada, com garantia de posse, apenas pelo Artº 216, da Constituição Federal.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Sem elementos.

PI MANOEL MIRANDA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Borba, Rio Mari-Mari.

A R E A

- Ainda não demarcada.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo artº 216, da Constituição Federal.

PI LOBO D'ALMADA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Barreirinha, no Rio Andirá.

A R E A

- Ainda não demarcada.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da Constituição Federal.

PI CAMANAU

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Airão, Rio Camanau.

A R E A

- Ainda não demarcada.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da Constituição Federal.

FAZENDA SÃO MARCOS

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Territorio Federal do Rio Branco, Município de Boa Vista.

continua.....

cont.

64 - 19 -

AREA

- Terras pertencentes à União, sem dados demarcatórios.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da Constituição.

PI JATAPU

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Uruará, bacia do Rio Demini, afluente do Rio Negro.

AREA

- Ainda não demarcada.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da Constituição Federal.

PI ALALAU

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Ayrão, Bacia do Rio Alalaú.

AREA

- Ainda não demarcada.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Com Garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da Constituição Federal.

AJUDANCIA DE WAUPÉS

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Amazonas, Município de Waupés, no Rio Negro.

AREA

- Ainda não demarcada.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da Constituição Federal.

PI TICUNAS

CALIZAÇÃO

- Situado no Est. do Amazonas, Município de Benjamin Constant, Rio Ticunas.

AREA

- 10 023 hectares e 550 m2.

SITUAÇÃO JURIDICA

- Adquirida por compra, faltando a lavratura do título definitivo.

WP/mcgc.

2ª INSPETORIA REGIONAL = BELÉM - PARÁ

63
29-
67
M

PI MUNDURUCU

- Si
- LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado do Pará, Município de Itaituba, Rio Cururu afluente do Rio Tapajós.
- A R E A - 9 000 hectares.
- SITUAÇÃO JURIDICA - Reserva concedida de acôrdo com a Lei nº 305, de 21 de março de 1 945, pelo Interventor Federal Cel. Joaquim Magalhães Cardoso de Barata, publicado no Diário Oficial nº 14 915, de 27 de março de 1 945.

PI KOKRAIMORC

- LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado do Pará, Município de Altamira, Rio Xingu.
- A R E A - Ainda não demarcada.
- Situação JURIDICA - Com garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da - Constituição Federal.

PI NILO PEGANHA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado do Pará, Município de Altamira, a margem do Riosinho, Alto Xingu.
- A R E A - Uma légua quadrada, ainda não demarcada.
- S ITUAÇÃO JURIDICA - Reserva pedida em 15/10/1 957, ainda não concedida.

PI LAS CASAS

- LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado do Pará, Município de Conceição do Araguaia, a margem do Rio Pau D'Arco.
- A R E A - Ainda não demarcada.
- SITUAÇÃO JURIDICA - Com garantia de posse, apenas, pelo artº 216, da Cons tituição Federal.

PI FRANCISCO MEIRELES

- LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado do Pará, Município de Altamira, a margem do Rio Bacajá.
- A R E A - Ainda não demarcada.
- SITUAÇÃO JURIDICA - Com garantia de posse, apenas, pelo Artº 216, da - Constituição Federal.

PI UA CA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no Território Federal do "mapá, Município do Oiapoque, a margem do Rio Uaçá.

cont.

Serviço de Proteção aos Índios

2ª Inspetoria Regional - Belém - Pará

- 21 -

PI XAVIER

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Pará, Município de Itaituba, a margem do Rio Teles Pires, Alto Tapajós.

ÁREA

- 690 km² aproximados.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva concedida de acordo com o Decreto nº 231, de 9 de março de 1945, publicado Diário Oficial do Estado, de número 14 992, de 11 de março de 1945.

PI XAVIER

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Pará, Município de Altamira, a margem do Rio Fresco, foz do Rio Xingú.

ÁREA

- 3 10 km² aproximados.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva concedida de acordo com o Decreto nº 204, de 11 de março de 1945, pelo Interventor Federal Joaquim de Magalhães Carlos de Barata, publicado no Diário Oficial nº 14 915 de 17 de março de 1945.

PI XAVIER

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Pará, Município de Tucuruí, a margem do Rio Tocantins.

ÁREA

- 10 km² aproximados.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva concedida como península à área de terras no Tocantins, de acordo com o Decreto nº 232, de 9 de março de 1945, publicado no Diário Oficial nº 14 902, de 11 de março de 1945, pelo então Interventor Federal Joaquim de Magalhães Carlos de Barata.

PI XAVIER

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Território Federal do Amapá, Município de Oiapoque, a margem do Rio Oiapoque.

ÁREA

- Ainda não demarcada, terras de fronteira.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal.

cont.

2467
- 2 -
69
me

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios

2ª Inspeccoria Regional - Belém-Pará

PI 1.000

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO

CA

- Situado no Estado do Pará, Município de Ouren, Rio Guamá.
- 2 100 milômetros quadrados.
- Reserva concedida de acordo com Lei nº 307, de 21 de Março de 1907, pelo Interventor Federal Joaquim de Magalhães Cardoso Paranaíba.

PI 1.000

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO

CA

- Situado no Estado do Pará, Município de Tucuruí, a margem da Estrada de Ferro Tocantins.
- 105 milômetros quadrados.

PI 1.000

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO

CA

- Garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI 1.000

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO

CA

- Situado no Estado do Pará, Município de Tucuruí, Rio Tocantins.

- 105 milômetros quadrados.

- Garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal.

- Situado no Estado do Pará, Município de Vezzeu, a margem do Rio Turpi.

- 2 100 milômetros quadrados.

- Reserva concedida de acordo com o Decreto nº 307, de 21 de Março de 1907, pelo Interventor Federal Joaquim de Magalhães Cardoso Paranaíba.

PI KIRIRILOCALIZAÇÃO

- Situado no estado da Bahia, aldeias de Mirandela e Massacará Municípios de Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha respectivamente.

ÁREA

- Uma légua quadrada cada aldeia, ou 880 hectares cada.

SITUAÇÃO JURÍDICADICA

- Doação feita pela coroa Portuguesa no ano de 1700 e ratificada pela Lei de 4 de junho de 1703, e ainda pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI IRINEU DOS SANTOSTOSLOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado de Alagoas, Município de Palmeira dos Índios.

ÁREA

- 372 hectares 37 are 90 ca.

SITUAÇÃO JURÍDICADICA

- Adquirido por compra, com escritura lavrada no cartório Luiz Barros, pelo tabelião de 1ª OF. no livro de notas 42, FLS 113 V em 6-05-952.

PI NÍSIA BRASILEIRARALOCALIZAÇÃO

- Situado no estado da Paraíba, Município de Mamanguape, Vila Baía da Traição (litoral).

ÁREA

- 14 400 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Const. Federal.

CALOCALIZAÇÃO

- Já foi Dita, acima.

PI DANTAS BARRETOLOCALIZAÇÃO

- Situado no estado de Pernambuco, Município de Águas Belas.

ÁREA

- 14 400 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICACA

- As terras estão legalmente definida, de acordo com a carta Régia de 1876.

PI PADRE NELSONLOCALIZAÇÃO

- Situado no estado de Pernambuco, Município de Floresta, Serra de Umã.

ÁREA

- 5 400 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICACA

- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal.

C O N T I N U A

PI CAPITÃO UIRÁ

LOCALIZADO

- Situado no Estado do Maranhão, Município de Barra do Corda, distrito de Leandro.

ÁREA

- 32 500 Hectares

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Concedidas Terras devolutas, no distrito de Leandro, Município de Barra do Corda, de acordo com a discriminação e regulamentação, publicado no "Diário Oficial" de 27-04-923.

PI ARARIBOIA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Maranhão. Município de Grajaú.

ÁREA

- ainda não foi demarcada.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI GONÇALVES DIAS

LOCALIZAÇÃO

-

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Com garantia de posse, apenas pelo artigo 216 da Constituição Federal

ÁREA

- Ainda não demarcada.

PI FEN. MANOEL RA-
BELO

LOCALIZAÇÃO

- = Situado no Estado do Maranhão, Município de Barra do Corda,

ÁREA

- 1 197 282 104 m2 331, metros quadrados.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Medição e Demarcação de acordo com a carta de Sentença homologada e publicada no Diário de Justiça nº 156, de 21.06.56

AJUDÂNCIA BARRA
DO CORDA

LOCALIZAÇÃO

- Situada no estado do Maranhão, Município de Barra do Corda, Cidade do Mesmo nome.

ÁREA

- Terreno com 56,00 por 161 de fundos.

SITUAÇÃO JURÍDICA

DICA

- Adquirido por compra em 1952, registro de títulos e documentos nº 3B, as Fls. verso 10 e 11, sob o nº 81, aos 10 de setembro de 1952.

CONTINUAÇÃO

PI XUCURU

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado de Pernambuco, município de Pesqueira.

ÁREA

- 16 hectares (área particular dos índios): 5 000 hectares.

SITUAÇÃO JURÍ

DICA

- Adquirido por compra, escritura pública registrada no cartório de Imóveis de Pesqueira. Sob o nº 15 333, e Fls. 67 3 L AB livro 104, Fls. 163-V A 164-V.

PI PANCARU

LOCALIZAÇÃO

- Situado no estado de Pernambuco, Municípios de Tacaratu e Petrolândia.

ÁREA

- 7 200 hectares.

SITUAÇÃO JURÍ

DICA

- Com garantia de posse, apenas pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI PED; ALFREDO

MASO

LOCALIZAÇÃO

- Situado no estado de alagoas, município de Porto Real do Co légio, a margem do Rio S. Francisco.

ÁREA

- 50 hectares.

SITUAÇÃO JURÍ

DICA

- Com garantia de posse, apenas pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI CARAMURU E PAN

CARU

LOCALIZAÇÃO

- Situado no estado da Bahia, município de Itabuna e Canavieiras.

ÁREA

- 22 000 hectares.

SITUAÇÃO JURÍ

DICA

- Garantia de posse, apenas, pelo artigo 216 da Constituição/Federal, apesar da Lei nº 1 916 de 9 de agosto de 1 926, do Senhor Governador na época.

PI FELIPE CAMARÃO

LOCALIZAÇÃO

- Situado no estado da Bahia, município da Santo Antonio da / Gloria, a margem do Rio S. Francisco.

ÁREA

- 200 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDI

CA

- Com garantia de posse, apenas pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI BURITI

LOCALIZAÇÃO

- Situado no estado de Mato Grosso, Município de Aquidauana, Distrito de Cachoeirão.

ÁREA

2 000 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva de posse garantida por força do decreto nº 834, de 23 de dezembro de 1927, e ainda de acordo com artigo 216 da Constituição Federal.

PI TAUNAY

ÁREA

- Situado no estado de Mato Grosso, município de Aquidauana, 7 200 hectares, para atender os Postos Taunay e Ipegue .

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva garantida por força do ato nº 217, de 6 de maio de 1904, e ainda de acordo com art. 216 da Constituição Federal.

PI IPEGUE

- Situação igual ao PI TAUNAY

PI CACHOEIRINHA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no município de Miranda, estado de Mato Grosso.

ÁREA

- 3 200 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva de posse garantida por força do ato nº 217, de 6 de maio de 1904, e ainda amparado pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI ALVES DE BARROS

LOCALIZAÇÃO

- Situado no estado de Mato Grosso, município de Porto Murtinho.

ÁREA

- 373 024 hectares, para atender aos Postos Alves de Barros Nalique e S. João de Aquidavão.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA

- Reserva por decreto estadual, faltando título definitivo, recurso extraordinário apresentado em 17/11/59, de nº ... nº 44 585, contra o ato da assembléia com ganho de causa/ para o SPI, conforme acordão de 11/10/61, publicado no Diário Oficial de 12/10/61, julgado em 30 de agosto de 1961

PI NALIQUE

LOCALIZAÇÃO

- Situação idêntica ao PI Alves de Barros.

ÁREA

- Idem

S. JURIDICA

- Idem

PI SÃO JOÃO DE

AQUIDAVÃO

- Situação idêntica ao PI Nalique

LOCALIZAÇÃO

- " " " " "

ÁREA

- Idem

S. JURIDICA

- Idem

.....
5ª INSPETORIA REGIONAL- Mato Grosso - Campo Grande

ALDEIA TAGUAPERY (Serro Peron)

- LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado de Mato Grosso, município de Amambai.
 ÁREA - Sem elementos.
 SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva por decreto estadual, não possuímos título definitivo.

PI LALIMA

- localização - Situado no estado de Mato Grosso, município de Miranda.
 ÁREA - 2 000 hectares.
 SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva feita por decreto, cuja cópia não consta na repartição.

PI BEJAMIN CONSTANT

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Amambai.
 ÁREA - 3 600 hectares.
 SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva feita pelo decreto nº 684, de 20/11/925, há ainda mais quatro lotes de 2 000 hectares, cada um, reservado pelo decreto nº 855, de 14 de dezembro de 1 928, para atender os mesmos índios.

PI FRANCISCO HOR

- TA -
 LOCALIZAÇÃO - Situado no estado Mato Grosso, município de Dourado.
 ÁREA - 3 600 hectares.
 SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva feita de acordo com o decreto nº 401 de 3 de setembro de 1 917.

ALDEIA RAMADA(SASSORÓ)

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Amambai.
 SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva por decreto estadual, não possuímos título definitivo.
 ÁREA - Sem elementos.

ALDEIA PIRAJUÍ

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município Amambai.
 ÁREA - Sem elementos.
 SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva por decreto estadual, não possuímos título definitivo.

PI JOSÉ BONIFÁCIO

LOCALIZAÇÃO - Situado no Estado de Mato Grosso, Município de Dourados.

ÁREA - 3 600 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Posse garantido por força do decreto n º 684, de 20 de novembro de 1 925, e ainda pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI CAPITÃO VITÓRIA

NO

LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Nioaque.

ÁREA - 2 800 hectares

SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva feita por força do decreto n 611, de 14-12-922, e garantido pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI COSTO DE MAGALHÃES

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Santo Antonio de Leverger.
- ÁREA - 2 961 hectares e acre.
- SITUAÇÃO JURÍDI
- CA - Adquirido por compra. título definitivo expedido em 31 de fevereiro de 1 899.

PI GEN. GOMES CARNEIRO

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Santo Antonio de Leverger.
- ÁREA - 166 000 hectares.
- SITUAÇÃO JURÍDI
- CA - Medida e demarcada (documentos nos arquivos da 6ª Inspeção Regional, e com garantia de posse, pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI GALDINO PIMENTEL

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Santo Antonio de Leverger.
- ÁREA - Esta dentro da reserva do PI Gen. Gomes Carneiro.
- SITUAÇÃO JURÍDI
- CA - Idem ao Gen. Carneiro.

PI PIEBEGAS

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Santo Antonio de Leverger.
- ÁREA - Situação igual aos Postos Gen. Gomes Carneiro e Galdino Pimentel.
- SITUAÇÃO JURÍDI
- CA - Idem.

PI Pirineus de Souza

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Mato Grosso.
- ÁREA - 27 780 hectares.
- SITUAÇÃO JURÍDI
- CA - ,Título definitivo expedido pelo Governo pelo Governo do Estado em 25-1-961 arquivado na sede da IR 6 em Cuiabá.

PI BARBOSA DE FARIAS

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Rondonópolis.
- ÁREA - 9 785 hectares aldeia do Pobore, 4 706 aldeia Jarudore.
- SITUAÇÃO JURÍDI
- CA - TITULOS DEFINITIVO EXPEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE ACORDO COM AS LEIS DE Nº 664 e 683 de 18-07-945 e 6-07-51 RESPECTIVAMENTE.

PI DR: CARLOS CAVAL

CANT

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO JURÍDI

CA

- Situado no estado do Paraná, município Cândido de Abreu
- Sem elementos.
- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Consti -
tuição Federal.

PI DUQUE DE CA

IAS

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO JURÍDI

CA

- Situação no estado de Santa Catarina, município de Ibirama.
- 141.565.866,08 metros quadrados.
- Situação regularizada (reserva), amparada ainda pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI JOSE MARIA DE

PAULA

ÁREA

SITUAÇÃO JURÍDI

CA

- Situado no estado do Paraná, Município Gaarapuava.
- 17 019 hectares.

PI CACIQUE CAPANEMA

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO JURÍDI

CA

- Título definitivo.
- Situado no estado do Paraná, Município de Manguaçu.
- 7 400 hectares, divididas em duas glebas, uma com
3 300 e outra com 4 100 hectares.

PI DR. SELISTRE

CAMPOS

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Título definitivo espedido pelo governo do estado.
- Situado no estado do Paraná, Município de Xanxerê.
- 150 098 000 metros quadrados.
- Reserva feita em virtude do decreto estadual nº 7, de 18
de junho de 1 902, sem o título definitivo. A medição já
foi feita.

PI GUARITA

LOCALIZAÇÃO

ÁREA

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Situado no estado do Rio Grande do Sul, Município de Ten
Portela.
- 23 183 hectares.
- Com garantia de Posse, apenas, pelo artigo 216 da Consti
tuição Federal.

PI CEL JOSE DE

CARVALHO

ÁREA

- Situado no estado do Paraná, Município de Santa Amélia -
- () CONTINUA NA FOLHA SEGUINTE

PI SIMÕES LOPES

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Chapada dos Guimarães.
- ÁREA - 49988 hectares, 6 225M2.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Título definitivo expedido pelo governador do Estado, em / 24-1-61.

PI JOSÉ BEZERRA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, Município de Chapada dos Guimarães.
- ÁREA - 15 000 hectares.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva feita de acordo com resolução 761 de 26-7-918. Sem título definitivo, amparado ainda, pelo art. 216da Constituição Federal.

PI MAR. RONDON

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso Município de Chapada dos Guimarães.
- ÁREA - 25 000 hectares.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Reserva feita de acordo com a resolução 761 de 26-6-918, sem título definitivo, amparado ainda, pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI FRATERNIDADE
INDÍGENA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, município de Barra do Bugre.
- ÁREA - 24 625 hectares.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - RESERVA FEITA DE ACORDO COM O DECRETO LEI Nº 385, de 6-4-65 título definitivo expedido pelo Governo do estado em 22 de março de 1960.

PI MAJOR LEBÂNEO
COLOIZOROCE

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado de Mato Grosso, Município de diamantina.
- ÁREA - 10 000 hectares.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

77
79 - 32 -
[Handwritten signatures and marks]

7ª INSPETORIA REGIONAL CONTINUAÇÃO

PI JOSÉ DE CARVALHO

- LOCALIZAÇÃO - respondida.
- ÁREA - 2 420,002 m2 metros quadrados.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Escritura de promessa de doação, com garantia de posse, ainda pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI FIORAVANTE ESPERANÇA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado do Paraná, município de Palmas.
- ÁREA - não demarcada.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Regularizada pela Lei nº 22, de 28 de fevereiro de 1855, com garantia de Posse, ainda pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI BOA VISTA

- LOCALIZAÇÃO - Situada no estado do Paraná município de Laranjeiras.
- ÁREA - Não demarcada.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Com garantia de posse, apenas pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI NONOAI

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado do Rio Grande do Sul, Município de Nonoai.
- ÁREA - não demarcada.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Com garantia de posse, apenas, pelo artigo 216 da Constituição Federal.

PI BARÃO DE ANTONINA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado Paraná município de São Jerônimo da Serra.
- ÁREA - 13 426, 251 m2 metros quadrados.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Por determinação do senhor goverandor Bento Munhoz da Rocha, essa área passou a ficar sob as determinações do SM. Possuímos título de aquisição plena expedida pelo governo do estado do Paraná.

PI DR. XAVIER DA SILVA

- LOCALIZAÇÃO - Situado no estado do Paraná município de Londrina.
- ÁREA - Não Demarcada.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - Pelo decreto nº 6 de 5 de julho de 1 900, do presidente do

.....

78
- 3 -
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios

7ª Inspeção Regional - Continuação

PI DR. XAVIER DA SILVA

- Do Paraná, foi cedido como reserva para os Índios Kainang, sem título definitivo.

PI CACIQUE DORLE

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Lagoa Vermelha.

ÁREA

- 4 508 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI ANOCL RIBAS

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Paraná, Município de Iguaçu.

ÁREA

- Sem elementos

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal

PI TELÊ ACO NORBA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Paraná, Município de Ortigueira.

ÁREA

- 3 026 hectares e 72 mt.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Com escritura definitiva.

PI CACIQUE GREGÓRIO LAECHOT

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Paraná, Município de Pitanga.

ÁREA

- 36 000 hectares.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Título definitivo expedido pelo Governo do Estado.

PI PAULINO DE ALMEIDA

LOCALIZAÇÃO

- Situado no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Getúlio Vargas

ÁREA

- Não delimitada.

SITUAÇÃO JURÍDICA

- Com garantia de posse, apenas, pelo art. 216 da Constituição Federal.

PI PIMENTEL BARBOSA

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇA, RIO DAS FORTES.
- ÁREA - 11 937 HECTARES.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - MEDIDA E DEMARCADA POR FORÇA DO DECRETO Nº 903, DE 23 DE MARÇO DE 1930, E LEI Nº 948, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1956. SEM O TÍTULO DEFINITIVO.

PI INTERIO ESTILACIPIA

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE IPIACÁ.
- ÁREA - 31 211 HECTARES XXXX E 61 ARES E 5 CENTIÁRE.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - RESERVA FEITA DE ACÓRDO COM O DECRETO - LEI Nº 102, DE 5 DE ABRIL DE 1944. USANDO O ART. 6º n.º V, DO DECRETO FEDERAL Nº 1 202, DE 3 DE ABRIL DE 1939, E EXPLICITAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA; ATO BAIXADO PELO INTERVENTOR DO ESTADO DE GOIÁS.

PI PEDRO LINDINHO

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE ARAGUAINA.
- ÁREA - 3 357 HECTARES E 50 ARES.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - DEMARCADA COM TÍTULO DE DOAÇÃO EXPEDIDO.

PI APIMACÉS

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS.
- ÁREA - SEM ELE ENTOS.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI TOCANTINIA

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE PEDRO AFOONSO.
- ÁREA - NÃO DEMARCADA.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI RIO DO SENO

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE PEDRO AFOONSO.
- ÁREA - NÃO DEMARCADA.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI ALMA DA CIMA

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE GOIÁS.
- ÁREA - NÃO DEMARCADA.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI HELOISA TORRES

- LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.
- ÁREA - NÃO DEMARCADA.
- SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI SETÚLIO VARGAS

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE GOIÁS, ILHA DO BANANAL.
ÁREA - NÃO DELIMITADA.
SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A ILHA DE BANANAL PERTENCE AO GOVERNO FEDERAL.

PI CAPITÃO VASCONCELOS

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ALTO XINGÚ.
ÁREA - NÃO DELIMITADA.
SITUAÇÃO JURÍDICA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ESTA DENTRO DO PARQUE XINGÚ.

PI AJOR MARANTE

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-IRIM.

ÁREA - NÃO DEMARCADA.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI ANTONIO LIRA

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-IRIM.

ÁREA - NÃO DEMARCADA.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI P. RIBEIRO

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-IRIM.

ÁREA - NÃO DEMARCADA.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI RICARDO FRANCO

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-IRIM.

ÁREA - NÃO DEMARCADA.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PI CELIA

LOCALIZAÇÃO - SITUADO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-IRIM.

ÁREA - NÃO DEMARCADA.

SITUAÇÃO JURÍDICA

CA - COM GARANTIA DE POSSE, APENAS, PELO ARTIGO 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESERVA JÁ SOLICITADA AO SR. GOVERNADOR DO TERRITÓRIO, SPI/ 2369/61 E SPI 1 027/62, DA I.R.9.

82 84
37 -

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex^a os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Moacyr Ribeiro Coelho

Ten.Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor

Ten. Cel.

GS/

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOSEXERCÍCIO DE 1.958 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENADIRETORIASede

Juros	Cr\$	3.428,00
-------------	------	----------

PRIMEIRA INSPETORIA REGIONALSede

Arrendamentos	Cr\$	4.000,00	
Eventuais	Cr\$	36.100,00	40.100,00

Pôsto Indígena São Marcos

Pecuária	Cr\$		68.739,00
----------------	------	--	-----------

Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues

Caça e Pesca	Cr\$	55,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	91.080,00	91.135,00

Pôsto Indígena Lobo d'Almada

Caça e Pesca	Cr\$	16.621,50	
Produtos Extrativos	Cr\$	39.766,50	56.388,00

Pôsto Indígena Waupés

Produtos Extrativos	Cr\$		77.296,00
---------------------------	------	--	-----------

Pôsto Indígena Jatapu

Caça e Pesca	Cr\$	6.090,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	9.926,00	16.016,00

Pôsto Indígena Ajuricaba

Caça e Pesca	Cr\$		131.964,00
--------------------	------	--	------------

TERCEIRA INSPETORIA REGIONALPôsto Indígena Barra do Corda

Produtos Agrícolas	Cr\$		44.500,00
--------------------------	------	--	-----------

Pôsto Indígena Manoel Rabelo

Produtos Extrativos	Cr\$	540,00	
Pecuária	Cr\$	52.750,00	53.290,00

Pôsto Indígena Gonçalves Dias

Produtos Extrativos	Cr\$		30.480,00
---------------------------	------	--	-----------

Pôsto Indígena Arariboia

Produtos Agrícolas	Cr\$		5.000,00
--------------------------	------	--	----------

QUARTA INSPETORIA REGIONALPôsto Indígena General Dantas Barreto

Continua ...	Cr\$	618.336,00
--------------	------	------------

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.958 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENA

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena General Dantas Barreto

Arrendamentos Cr\$ 86.255,00

Pôsto Indígena Pancaru

Produtos Agrícolas Cr\$ 7.761,50
Arrendamentos Cr\$ 6.291,00 14.052,50

Pôsto Indígena Nísia Brasileira

Produtos Agrícolas Cr\$ 42.500,00
Produtos Industriais Cr\$ 21.610,00
Arrendamentos Cr\$ 200,00 64.310,00

Pôsto Indígena Felipe Camarão

Produtos Industriais Cr\$ 53.790,00

Pôsto Indígena Caramuru-Paraguaçu

Pecuária Cr\$ 451.000,00
Arrendamentos Cr\$ 306.654,50 757.654,50

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena José Bonifácio

Produtos Extrativos Cr\$ 441.346,40

Pôsto Indígena Iakri

Produtos Agrícolas Cr\$ 54.000,00

Pôsto Indígena Kenkrá

Arrendamentos Cr\$ 9.412,00

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Sede

Caça e Pesca Cr\$ 10.450,00
Produtos Extrativos Cr\$ 51.112,40
Pecuária Cr\$ 900.000,00 961.562,40

Pôsto Indígena Fraternidade Indígena

Produtos Agrícolas Cr\$ 15.660,00

SETIMA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Paulino de Almeida

Produtos Agrícolas Cr\$ 362.541,00

Pôsto Indígena Nonoai

Produtos Agrícolas Cr\$ 103,50

Continua Cr\$ 3.439.023,30

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.958 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

95 87
A-3
R-2

Continuação	Cr\$	3.439.023,30
<u>Pôsto Indígena Guarita</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	249.788,40
Arrendamentos	Cr\$	466.663,00
		716.451,40
<u>Pôsto Indígena Dr. Xavier da Silva</u>		
Produtos Extrativos	Cr\$	400.000,00
Arrendamentos	Cr\$	91.300,00
		491.300,00
<u>Pôsto Indígena José Maria de Paula</u>		
Arrendamentos	Cr\$	118.172,50

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

<u>Pôsto Indígena Getúlio Vargas</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	5.980,00
Produtos Industriais	Cr\$	1.400,00
Pecuária	Cr\$	924.340,00
		931.720,00
<u>Pôsto Indígena Pedro Ludovico</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	12.000,00
<u>Pôsto Indígena Antônio Estigarribia</u>		
Arrendamentos	Cr\$	3.060,00
<u>Pôsto Indígena Tocantínia</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	3.300,00
<u>Pôsto Indígena Apinajé</u>		
Produtos Extrativos	Cr\$	13.537,10

NONA INSPETORIA REGIONAL

<u>Pôsto Indígena Major Amarante</u>		
Produtos Extrativos	Cr\$	95.712,00
<u>Pôsto Indígena Dr. Tanajura</u>		
Produtos Extrativos	Cr\$	1.200,00
<u>Pôsto Indígena Ricardo Franco</u>		
Caça e Pesca	Cr\$	2.800,00
Produtos Extrativos	Cr\$	69.570,00
Produtos Industriais	Cr\$	16.100,00
		88.470,00
- Total da Receita	Cr\$	5.913.946,30

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOSEXERCÍCIO DE L.958 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENAR E S U M ODIRETORIA

Juros

3.428,00

PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	154.730,50	
Produtos Extrativos	Cr\$	218.068,50	
Pecuária	Cr\$	68.739,00	
Arrendamentos	Cr\$	4.000,00	
Eventuais	Cr\$	36.100,00	481.638,00

TERCEIRA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	49.500,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	31.020,00	
Pecuária	Cr\$	52.750,00	133.270,00

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	50.261,50	
Produtos Industriais	Cr\$	75.400,00	
Arrendamentos	Cr\$	399.400,50	
Pecuária	Cr\$	451.000,00	976.062,00

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	54.000,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	441.346,40	
Arrendamentos	Cr\$	9.412,00	504.758,40

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	10.450,00	
Produtos Agrícolas	Cr\$	15.660,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	51.112,40	
Pecuária	Cr\$	900.000,00	977.222,40

SETIMA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	612.432,90	
Produtos Extrativos	Cr\$	400.000,00	
Arrendamentos	Cr\$	676.135,50	1.688.568,40

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	21.280,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	13.537,10	
Produtos Industriais	Cr\$	1.400,00	
Arrendamentos	Cr\$	3.060,00	
Pecuária	Cr\$	924.340,00	963.617,10

Continua

5.728.564,30

MINISTERIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCICIO DE 1.958 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENA

R E S U M O

Continuação Gr\$

5.728.564,30

NONA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pessoa	Gr\$	2.800,00	
Produtos Extrativos	Gr\$	166.482,00	
Produtos Industriais	Gr\$	16.100,00	185.382,00
- Total da Receita		Gr\$	5.913.946,30

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.959 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENA

DIRETORIA

Sede

Juros Cr\$ 6.553,90

PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL

Sede

Eventuais Cr\$ 150.000,00

Pôsto Indígena São Marcos

Pecuária Cr\$ 565.201,00
Eventuais Cr\$ 5.225,00 570.426,00

Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues

Produtos Extrativos Cr\$ 1.330,00
Pecuária Cr\$ 92.850,00 94.180,00

Pôsto Indígena Lobo d'Almada

Caça e Pesca Cr\$ 8.749,00
Produtos Agrícolas Cr\$ 4.015,00
Produtos Extrativos Cr\$ 90.000,00
Produtos Industriais Cr\$ 27.040,00 129.804,00

Pôsto Indígena Jatapu

Caça e Pesca Cr\$ 31.607,50
Produtos Agrícolas Cr\$ 34.944,00
Produtos Extrativos Cr\$ 30.000,00
Pecuária Cr\$ 9.450,00
Eventuais Cr\$ 20.000,00 126.001,50

SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Pucuruí

Produtos Agrícolas Cr\$ 23.050,00
Pecuária Cr\$ 38.340,00 61.390,00

Pôsto Indígena Pedro Dantas

Caça e Pesca Cr\$ 258.230,00
Produtos Extrativos Cr\$ 28.948,00 287.178,00

Pôsto Indígena Gorotire

Produtos Extrativos Cr\$ 371.496,30

Pôsto Indígena Mãe Maria

Produtos Extrativos Cr\$ 120.000,00

Pôsto Indígena Tembé

Produtos Extrativos Cr\$ 12.830,00

Continua Cr\$ 1.929.859,70

89
91
Fu

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.959 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENA

SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL

Continuação	Cr\$	1.929.859,70
<u>Pôsto Indígena Trocará</u>		
Produtos Industriais	Cr\$	3.318,00
<u>Pôsto Indígena Gavião</u>		
Pecuária	Cr\$	35.500,00

TERCEIRA INSPETORIA REGIONAL

<u>Pôsto Indígena Barra do Corda</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	31.690,00
<u>Pôsto Indígena Gonçalves Dias</u>		
Caça e Pesca	Cr\$	2.060,00
Produtos Agrícolas	Cr\$	1.500,00
Produtos Extrativos	Cr\$	8.886,50
		12.446,50

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

<u>Pôsto Indígena General Dantas Barreto</u>		
Pecuária	Cr\$	140.000,00
Arrendamentos	Cr\$	89.549,00
		229.549,00
<u>Pôsto Indígena Pancaru</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	8.770,00
Pecuária	Cr\$	51.900,00
Arrendamentos	Cr\$	68.736,00
		129.406,00
<u>Pôsto Indígena Nísia Brasileira</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	12.000,00
Produtos Industriais	Cr\$	10.500,00
		22.500,00
<u>Pôsto Indígena Caramuru-Paraguaçu</u>		
Arrendamentos	Cr\$	301.755,00

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

<u>Pôsto Indígena Buriti</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	19.920,00
<u>Pôsto Indígena Iakri</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	212.578,70
Produtos Extrativos	Cr\$	16.860,00
Arrendamentos	Cr\$	59.500,00
		288.938,70
<u>Pôsto Indígena Kenkrá</u>		
Produtos Agrícolas	Cr\$	20.510,00
Continua	Cr\$	3.025.392,90

PERÍODO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDÍOS

EXERCÍCIO DE 1.959 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 3.025.392,90

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Fraternidade Indígena

Produtos Agrícolas	Cr\$	40.600,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	81.000,00	
Eventuais	Cr\$	2.000,00	123.600,00

Pôsto Indígena Couto Magalhães

Pecuária	Cr\$		241.000,00
----------------	------	--	------------

SETIMA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Paulino de Almeida

Produtos Agrícolas	Cr\$	269.519,70	
Eventuais	Cr\$	425.000,00	694.519,70

Pôsto Indígena Nonoai

Produtos Agrícolas	Cr\$		108.353,00
--------------------------	------	--	------------

Pôsto Indígena Guarita

Produtos Agrícolas	Cr\$	370.172,60	
Pecuária	Cr\$	4.400,00	
Arrendamentos	Cr\$	310.000,00	684.572,60

Pôsto Indígena Dr. Xavier da Silva

Produtos Extrativos	Cr\$	407.298,20	
Arrendamentos	Cr\$	40.600,00	447.898,20

Pôsto Indígena José Maria de Paula

Produtos Extrativos	Cr\$	180.400,00	
Arrendamentos	Cr\$	158.455,00	338.855,00

Pôsto Indígena Duque de Caxias

Arrendamentos	Cr\$		80.500,00
---------------------	------	--	-----------

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Getúlio Vargas

Pecuária	Cr\$		372.455,00
----------------	------	--	------------

Pôsto Indígena Tocantínia

Produtos Agrícolas	Cr\$		1.420,00
--------------------------	------	--	----------

Pôsto Indígena Apinajé

Produtos Extrativos	Cr\$		94.608,00
---------------------------	------	--	-----------

Continua	Cr\$		6.213.174,40
----------------	------	--	--------------

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.959 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 6.213.174,40

NONA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Major Amarante

Produtos Extrativos Cr\$ 86.105,00

Pôsto Indígena Dr. Tanajura

Produtos Extrativos Cr\$ 7.500,00

Pôsto Indígena Ricardo Franco

Caça e Pesca	Cr\$	14.000,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	99.200,00	113.200,00

- Total da Receita Cr\$ 6.419.979,40

92 94
JH Jm
BFB

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.959 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

R E S U M O

DIRETORIA

Juros Cr\$ 6.553,90

PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	40.356,50	
Produtos Agrícolas	Cr\$	38.959,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	121.330,00	
Produtos Industriais	Cr\$	27.040,00	
Pecuária	Cr\$	667.501,00	
Eventuais	Cr\$	175.225,00	1.070.411,50

SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	258.230,00	
Produtos Agrícolas	Cr\$	23.050,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	533.274,30	
Produtos Industriais	Cr\$	3.318,00	
Pecuária	Cr\$	73.840,00	891.712,30

TERCEIRA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	2.060,00	
Produtos Agrícolas	Cr\$	33.190,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	8.886,50	44.136,50

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	20.770,00	
Produtos Industriais	Cr\$	10.500,00	
Pecuária	Cr\$	191.900,00	
Arrendamentos	Cr\$	460.040,00	683.210,00

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	253.008,70	
Produtos Extrativos	Cr\$	16.860,00	
Arrendamentos	Cr\$	59.500,00	329.368,70

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	40.600,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	81.000,00	
Pecuária	Cr\$	241.000,00	
Eventuais	Cr\$	2.000,00	364.600,00

Continua Cr\$ 3.389.992,90

93 95
93 95
93 95

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.959 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 3.389.992,90

SETIMA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	748.045,30	
Produtos Extrativos	Cr\$	587.698,20	
Pecuária	Cr\$	4.400,00	
Arrendamentos	Cr\$	589.555,00	
Eventuais	Cr\$	425.000,00	2.354.698,50

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	1.420,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	94.608,00	
Pecuária	Cr\$	372.455,00	468.483,00

NONA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	14.000,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	192.805,00	206.805,00
- Total da Receita	Cr\$		6.419.979,40

94

96
For

INDIGENA

1.

2.8

2.8

95 97
2
98
99

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.960 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENA

Continuação Cr\$ 2.845.549,90

SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Uaçá

Pecuária Cr\$ 30.000,00

Pôsto Indígena Kokraimôro

Produtos Extrativos Cr\$ 173.938,60

TERCEIRA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Barra do Corda

Produtos Agrícolas	Cr\$	4.521,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	2.520,00	
Eventuais	Cr\$	14.961,00	22.002,00

Pôsto Indígena Gonçalves Dias

Produtos Extrativos	Cr\$	2.417,00	
Produtos Industriais	Cr\$	2.400,00	4.817,00

Pôsto Indígena Arariboia

Produtos Agrícolas Cr\$ 6.000,00

Pôsto Indígena Manoel Rabelo

Produtos Agrícolas	Cr\$	3.200,00	
Produtos Origem Animal	Cr\$	150,00	
Pecuária	Cr\$	130.000,00	133.350,00

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Pancaru

Produtos Agrícolas Cr\$ 600,00

Pôsto Indígena Nísia Brasileira

Produtos Agrícolas	Cr\$	29.500,00	
Produtos Industriais	Cr\$	15.000,00	
Arrendamentos	Cr\$	17.000,00	
Eventuais	Cr\$	6.000,00	67.500,00

Pôsto Indígena Caramuru-Paraguaçu

Arrendamentos Cr\$ 323.257,50

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Iakri

Produtos Industriais Cr\$ 21.150,00

Continua Cr\$ 3.628.165,00

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

EXERCÍCIO DE 1.960 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 3.628.165,00

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Kenkrá

Produtos Agrícolas Cr\$ 74.685,00

Pôsto Indígena José Bonifácio

Produtos Extrativos Cr\$ 292.494,00

Pôsto Indígena Nalique

Pecuária Cr\$ 3.084.000,00

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Fraternidade Indígena

Eventuais Cr\$ 580.000,00

Pôsto Indígena Couto Magalhães

Pecuária Cr\$ 1.404.000,00

Pôsto Indígena Simões Lopes

Pecuária Cr\$ 1.640.000,00

SETIMA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Paulino de Almeida

Produtos Agrícolas Cr\$ 604.529,00

Pôsto Indígena Nonoai

Produtos Agrícolas Cr\$ 82.500,00

Eventuais Cr\$ 115.050,00 197.550,00

Pôsto Indígena Guarita

Produtos Agrícolas Cr\$ 817.311,00

Arrendamentos Cr\$ 56.500,00 873.811,00

Pôsto Indígena Dr. Xavier da Silva

Arrendamentos Cr\$ 36.000,00

Pôsto Indígena José Maria de Paula

Arrendamentos Cr\$ 149.347,50

Pôsto Indígena Manoel Ribas

Pecuária Cr\$ 325.000,00

Pôsto Indígena Duque de Caxias

Arrendamentos Cr\$ 84.000,00

Continua Cr\$ 12.973.581,50

97 99
4 m

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.960 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 12.973.581,50

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Getúlio Vargas

Caça e Pesca	Cr\$ 2.000,00	
Pecuária	Cr\$ 35.785,00	37.785,00

Pôsto Indígena Tocantínia

Caça e Pesca	Cr\$ 4.000,00	
Produtos Extrativos	Cr\$ 15.000,00	19.000,00

Pôsto Indígena Apinajé

Produtos Agrícolas	Cr\$ 2.140,00	
Produtos Extrativos	Cr\$ 126.775,00	
Produtos Industriais	Cr\$ 2.550,00	131.465,00

Pôsto Indígena Antônio Estigarribia

Arrendamentos	Cr\$	9.155,00
---------------------	------	----------

Pôsto Indígena Pedro Ludovico

Produtos Agrícolas	Cr\$	10.800,00
--------------------------	------	-----------

Pôsto Indígena Capitão Vasconcelos

Produtos Agrícolas	Cr\$ 14.500,00	
Eventuais	Cr\$ 11.680,00	26.180,00

NONA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Ricardo Franco

Produtos Extrativos	Cr\$	132.005,00
---------------------------	------	------------

- Total da Receita	Cr\$	13.339.971,50
--------------------------	------	---------------

98
100
Jm

R E C E I T A

PIRATÁRI

Sede Central

Turmas 30.839,60

P. I. Antropologia

..... 443.520,00

P. I. Linguística

..... 72.500,00

P. I. História e Geografia

Sede Central

Atividades 15.000,00

P. I. Antropologia

Atividades 45.000,00

Atividades Extrativas 17.500,00

Atividades Pesca 7.500,00

70.000,00

P. I. História e Geografia

Atividades Extrativas 48.900,00

P. I. Linguística

Atividades 119.000,00

P. I. História e Geografia

Atividades 19.835,00

Atividades Agrícolas 14.000,00

Atividades 10.000,00

43.835,00

P. I. Linguística

Atividades Agrícolas 50.000,00

P. I. Outras Marcas

Atividades 2.207.240,00

Atividades 3.100.734,60

Continuação

99
3.100,834,60
101
99/10

F. I. Extr. Agrícola

Extr. Agrícola 326.130,00

F. I. Agrícola

Extr. Agrícola 7.950,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola	18.300,00	
Extr. Agrícola	20.900,00	
Extr. Agrícola	1.750,00	20.450,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola 15.000,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola	21.400,00	
Extr. Agrícola	32.500,00	
Extr. Agrícola	1.360,00	26.060,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola	6.000,00	
Extr. Agrícola	129.875,00	
Extr. Agrícola	1.050,00	26.925,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola 70.000,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola 21.160,00

F. I. Geral

Extr. Agrícola 259.206,00

Extr. Agrícola

315.613,60

Continuação 2

100 102
4.815.613,60
B. 10

P. I. Hísis Brasileira

Produtos Industriais 15.000,00
Produtos Agrícolas 142.300,00

157.300,00

P. I. General Dantas Barreto

Arrendamentos 250.000,00

250.000,00

QUINTA INSCRIÇÃO REGIONAL

Reserva dos Kodinos

Arrendamentos 769.970,00
Pecúria 4.125.000,00

4.894.970,00

SEXTA INSCRIÇÃO REGIONAL

P. I. Santo Marçal

Pecuária 2.750.000,00

2.750.000,00

P. I. Gelsina Parentel

Produtos Agrícolas 34.450,00

34.450,00

SEPTIMA INSCRIÇÃO REGIONAL

P. I. Xavier da Silva

Arrendamentos 30.000,00

30.000,00

P. I. José Maria de Paula

Arrendamentos 266.220,00

266.220,00

P. I. Duque de Caxias

Arrendamentos 169.750,00
Produtos Agrícolas 199.250,00

369.000,00

P. I. Guarita

Produtos Agrícolas 1.499.040,00

1.499.040,00

P. I. Paulino de Almeida

Produtos Agrícolas 919.170,00

919.170,00

Continua 15.985.768,60

15.985.768,60

101
 103
 72

Continuação 3

15.985.768,60

P. I. Dr. Celistre de Campos

Produtos Agrícolas 3

352.778,00

CITAVIA IMPERIAL REGIONAL

P. I. Getúlio Vargas

Pecuária 3 600,000,00

Produtos de Origem Animal 307.190,00

907.190,00

P. I. Adolpho

Produtos Extrativos 3 111.031,00

Pecuária 30.000,00

141.031,00

P. I. Dário de Souza

Produtos Agrícolas 2

2.600,00

P. I. Antônio de Almeida

Produtos Extrativos 3 5.150,00

Produtos de Origem Animal 3 23.000,00

28.150,00

NOVA IMPERIAL REGIONAL

P. I. Rio de Janeiro

Produtos Extrativos 3

736.255,00

P. I. Terence Dora

Produtos Extrativos 3

90.380,00

P. I. Walter Amaral

Produtos Extrativos 3

48.400,00

P. I. Camilão

Produtos Extrativos 3

29.400,00

P. I. Ocasio

Produtos Extrativos 3

14.165,00

Total da Região 3

13.366.167,60

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES
NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
DEPOENTE: Deputado Edison Garcia
REUNIÃO: 25-4-1963 (matutina)

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 1963 perante a Comissão Parla-
mentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção
aos Índios compareceu o Senhor Deputado Edison Garcia, que prestou o se-
guinte depoimento: O SR PRESIDENTE - Está aberta a sessão. A Sra. Secre-
tária fará a leitura da ata. (Lida a ata, é aprovada sem impugnações e
em seguida assinada) (Leitura do expediente). O SR PRESIDENTE - Esgota-
do o expediente, passamos à finalidade desta reunião de hoje, que é a
de iniciarmos as inquirições, de acôrdo com a convocação feita. O autor
do requerimento de convocação, o nobre Deputado Edison Garcia, acha-se
presente. Tratando-se de um representante do povo nesta Casa, o legi-
mento nos dá credencial para dispensar de S.Ex^a o compromisso formal de
dizer a verdade. Daí porque vou passar a palavra ao Depoente, nosso co-
lega. Parece-me interessante seguirmos a orientação de primeiro ouvir-
mos sua exposição; anotariamos, naturalmente, os pontos principais, ca-
pitais, mediante os quais a Comissão deva requerer de S.Ex^a maiores es-
clarecimentos. Ao final de sua exposição, entrariamos no debate. Não
sei se os nobres componentes desta Comissão estariam de acôrdo com essa
orientação. O SR ANTÔNIO BRIZOLIN - Inteiramente, Sr. Presidente. O SR
RELATOR - Não tenho objeções. O SR PRESIDENTE - Neste caso, com muito
prazer passo a palavra ao nobre colega Edison Garcia. O SR DEPOENTE -
Sr. Presidente, é com muita satisfação que atendo, neste instante, à con-
vocação de V.Ex^a para prestar os esclarecimentos que deva fazer nesta
primeira reunião, prôpriamente dita, desta Comissão Parlamentar de In-
quérito que tive a honra de requerer com o concurso de cerca de 139 Srs.
Deputados. Já me sinto bastante satisfeito com as providências tomadas
por V. Ex^{as}., as quais me chegaram ao conhecimento através da leitura
que se fêz do expediente. Louvo a boa vontade com que esta Comissão se
está havendo para esclarecer definitivamente tôda essa questão. Não é
de hoje que se acusa o Serviço de Proteção aos Índios. As providências
que teria de solicitar, se membro desta Comissão fôsse, seriam justa-
mente essas que V. Ex^{as}. já tiveram oportunidade de providenciar. A ini-
ciativa desta CPI foi provocada por uma série de irregularidades nota-
das por mim no meu Estado, o Mato Grosso, e criou corpo no meu espírito
diante das publicações feitas nos jornais desta Capital e anexadas por
mim ao requerimento, de entrevistas do Sr. Coronel Moacir Ribeiro Coe-
lho, Diretor-Geral do SPI. S.S^a anunciava em manchetes que 23 comissões
de sindicância e inquérito apuram irregularidades no SPI. E referindo-
se aos diversos casos de irregularidades, diz o Coronel Moacir que há

1103
103
M. R. S.

realmente no Serviço muita "safadeza", mas que S.Sa está empenhado em esclarecer êsses casos, a fim de moralizar a administração do SPI. Essas declarações nós lemos nas entrevistas cujos recortes anexeï ao processo. Diz mais S.Sa que a crise por que passa o SPI é de pessoal, qualitativa e quantitativamente. Tais afirmações, proferidas por um homem que há 15 meses dirige êsse Serviço e publicadas em março de 1963 bastariam como objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, possibilitando ao órgão que vota os orçamentos para êsse Serviço saber até que ponto essas 23 comissões de sindicância e inquérito estão funcionando ou apurando. Pelo que sabemos, é de verdadeira calamidade o estado não do Serviço propriamente, mas do índio, a quem o Serviço se destina servir. Além disso, é praxe no SPI, talvez até por força de regulamento, não ser a renda indígena devidamente escriturada. Creio que assim sucedendo não constitui propriamente renda nacional, não tendo, por isso, o destino das demais arrecadações, ou seja, o próprio Tesouro Nacional. Mas o Governo, ao se constituir em protetor dos índios e seu tutor, assume com eles uma série de compromissos, dos quais, acredito, o maior é a boa aplicação da renda do índio. Da aplicação dessa renda o Governo lhe deve contas, aos detentores ou donos dessa renda, e ao próprio Congresso Nacional como órgão fiscalizador da boa aplicação dos dinheiros públicos, em que o dinheiro do índio se converte. Sem indagar da boa ou má aplicação da renda indígena, seria também objeto de uma CPI saber os motivos pelos quais a renda indígena não se escritura devidamente, nem se dá conta de como é aplicada, embora se eleve a muitos milhões de cruzeiros. Em terceiro lugar: vez por outra temos visto pelos jornais abaixo-assinados de inúmeros funcionários, há muitos anos no SPI, que acusam essa ou aquela administração pelos desmandos que apontam naquele órgão. Muitos desses abaixo-assinados são endereçados ao Sr. Ministro da Agricultura, outros até ao Sr. Presidente da República e publicados nos jornais. Vemos, como resposta a essas acusações, outras acusações feitas pelo Diretor do Serviço a êsses funcionários, na época em que eram funcionários ou diretores do Serviço. Penso que não é a melhor maneira de responder a acusações ou denúncias pela apresentação de outras denúncias. Uma não explicam as outras. Essa uma das razões que também me levaram a requerer a CPI. Ouvindo o Diretor-Geral do Serviço e aquelas pessoas que, membros do Serviço, acusam êsse órgão, creio que a Comissão poderá - diante das acusações e dos fatos que vai apreciar - dizer afinal com quem está a razão, se com aqueles que atualmente dirigem o Serviço, se com os que outrora o dirigiram, acusados, por aqueles, de uma série de desmandos na administração do SPI. Há, Sr. Presidente, agora já particularizando, outro fato que igualmente me levou a pedir à Casa a criação de uma CPI. Não é o único caso em que o SPI promove o arrendamento das reservas indígenas.

III 104
J. B.

Assim procede no Rio Grande do Sul, Paraná, em Santa Catarina, São Paulo e creio que no Estado de V.Ex^a, Sr. Presidente. Em Mato Grosso também. Este é que conheço particularmente. Não me lembro precisamente do ano, mas parece-me que em 1956 uma grande enchente tomou conta do pantanal mais baixo do meu Estado, o Pantanal do Nabileque. Muitos posseiros lá se encontravam. Aquela área pertencia ao Fomento Argentino e era "posseada" por uma série grande de fazendeiros. Muitos deles, fugindo às águas, refugiam-se na reserva indígena, até então habitada apenas por cerca de 200 ou 300 índios, que percorriam a vastidão desse território de mais de 400 mil hectares. Daí surgiu o problema: como regularizar a situação desses posseiros que haviam subido para as reservas indígenas? O SPI, atendendo a numerosos apelos, acabou por fazer contratos de arrendamentos dessas áreas. Pelos contratos que conhecemos, os arrendatários se obrigavam a fazer uma série de benfeitorias, as quais reverteriam, ao final do contrato, em favor do próprio Serviço. O produto desse arrendamento, que seria de 3% do gado criado dentro da área, reverteria em favor do SPI, é claro. Mas, como dizia, esgotados os seis anos do arrendamento, como as benfeitorias passariam para o SPI, naturalmente o arrendamento deveria ser aumentado, já que o novo arrendatário receberia, além da terra, também as benfeitorias deixadas pelo seu antecessor. Com o novo Inspetor, veio a intenção de aumentar o arrendamento para 6%. Como os arrendatários protestassem contra esse aumento que achavam injusto, o SPI tratou de industrializar os índios no combate ao arrendatário. Surge uma série de conflitos, o principal dos quais se deu com alguns posseiros da região do Nabileque que habitam terrenos confrontantes com a reserva do SPI. Sobre esses limites pairam dúvidas, já que os títulos das duas reservas, a do Condomínio do Nabileque e a Reserva do Cadiuéus, não combinam nesse ponto, conforme a Comissão poderá verificar consultando os documentos e uma série de decisões já provocadas pelo SPI e pelo próprio Condomínio do Nabileque, nesta questão. A verdade é que todo esse litígio não teria nenhum cabimento, uma vez que o SPI criasse, entre a Reserva e o Condomínio do Nabileque, um modus vivendi, a fim de solucioná-lo pela maneira mais pacífica possível. Mesmo porque a reserva de 360 mil ha. está hoje destinada a cerca de 200 ou 300 índios, não havendo, por isso, nenhuma razão para que o SPI insufle os índios contra os posseiros do Condomínio do Nabileque, por falta de terra, ou porque estejam habitando parte dela. Aliás, o Inspetor Fernando Cruz, da 5ª Inspeção entende assim, o que não acontece com o Coronel Moacir Ribeiro Coelho. Daí o grande conflito, que abalou toda a região, e de que fala a ata da reunião da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, anexada por mim ao processo e da qual me permito ler um tópico: "A morte do pecuarista Pimentel ... (lê) ..." -- por sinal meu sogro, que possui títulos do Estado, mas se situa

112
18.5
[Handwritten signature]

na linha divisória -- "... enchente do Rio Paraguai." É um fato a notar, êsses índios, cêrca de 50, correm as fazendas vizinhas espalhando o terror, queimando casas, apoderando-se dos bens e do gado dos fazendeiros das redondezas. Estamos seguramente informados de que assimagem industriados por funcionários do SPI, que adquirem grande quantidade de armamentos e os fornecem aos índios. Em novembro do ano passado, cêrca de 1 milhão de cruzeiros foram desviados da verba de assistência aos índios, para aquisição de armamentos na Casa Násser, uma casa de comércio na cidade de Campo Grande, os quais foram levados para os postos indígenas da região do Cadiuêns, no município de Pôrto Murтинho. Veja V.Exa que constitui imprudência do SPI. Os índios, não tão esclarecidos quanto podiam já estar e de posse de grande quantidade de armamento e munição, irresponsáveis como são, causam tremendo desassossêgo entre os fazendeiros que se lhes avizinham. Mas o importante de tudo isso, Sr. Presidente, é o destino do produto dos arrendamentos. Arrenda-se terra indígena, vende-se gado indígena, e essas vendas alcançam somas extraordinárias. Sei que a 5ª Inspeção de Campo Grande arrecadou, no ano passado, cêrca de 48 milhões de cruzeiros. Essas importâncias que deviam reverter em benefício do índio são gastas e a Nação não sabe como. Talvez até sejam bem empregadas, mas a Nação ignora como as gastam, porque dessas despesas não prestam contas. Sr. Presidente, recebi de um funcionário do SPI uma relação de fatos sôbre cuja veracidade não posso falar, porque o funcionário não a assinou. Permito-me, porém, mostrar apenas os itens aos quais o funcionário se refere citando boletins ou documentos. Por exemplo, quanto à aplicação da verba orçamentária, que no Orçamento de 1962 é de Cr\$99.900.000,00 (Assistência aos índios - Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos), diz ele que foi aplicada com devida obediência ao plano aprovado pelo Ministério da Agricultura. É fácil apurar se êsse Ministério fêz realmente um plano, pois êste deve existir documentalmente. A aplicação da verba orçamentária deve ter sido feita através de documentos. Outra denúncia: há uma quantidade grande de processos baixados em diligência pelo Egrégio Tribunal de Contas da União os quais se encontram no SPI há mais de 60 dias, completamente paralisados. Outra: o débito das Inspetorias, no exercício de 1962, ascendia a Cr\$22.595.315,50, conforme Boletim Interno nº 57. Ainda nesta página 12, admitido pessoal temporário sem regularização ou liberação de verba específica. As requisições de passagem ferroviária, conforme processos do SPI de números 1.202/63, 1.081/63, 562/63 e 729/63 foram feitas para pessoas estranhas ao serviço. A expedição da Ordem de Serviço nº 113, de 16 de agosto de 1962, sôbre venda de gado indígena no Estado de Mato Grosso: a ordem de serviço foi aplicada em operação que se realizou, mas até hoje não houve prestação de contas. No posto indígena de Buriti, no Estado de Mato Grosso, fazem-se construções sem que tenham sido orçadas e

113
7m
106
E. J. J.

sem planos para sua realização. As inspetorias de Campo Grande e Cuiabá, inspetorias regionais, até hoje não prestaram contas da aplicação da renda indígena no exercício de 1962. Todas as viagens dos diretores do SPI para Mato Grosso se fazem pelo circuito Brasília-Rio-São Paulo-Campo Grande. Naturalmente é o caminho mais longo, quando temos daqui viagens diretas para Cuiabá e dali para Campo Grande. Através do Processo nº 4.259, de 1961, o Sr. Benedito Pimentel, Chefe Substituto da Seção de Administração, vem sendo responsabilizado por funcionários, por graves irregularidades praticadas no posto indígena de Capitão Iague. Aquêles cidadão continua como Chefe Substituto da Seção de Administração. O Projeto nº 4.163/62 fala da concessão de autorização em favor de missionários americanos no Estado do Amazonas em regiões interditadas pelo Conselho de Segurança Nacional. O SR PRESIDENTE - O nobre depoente acaba de citar um fato, do qual, aliás, tenho pessoalmente conhecimento. Naturalmente êsse documento irá passar às mãos do Relator para que, naquele plano de viagem que estamos tentando realizar, já se veja a necessidade da ida ao Amazonas. Continua com a palavra o depoente. O SR EDISON GARCIA - Por fim, Sr. Presidente, a situação lastimável da maioria dos postos indígenas. É um fato que não admite contestação. No entanto, o que sabemos é que a renda indígena, além de atingir a somas superiores a 200 ou 300 milhões de cruzeiros, o orçamento da União contempla verbas que se fossem devidamente aplicadas acreditamos poriam êsses postos em muito melhores condições. Há ainda a referir a despesa que se faz em postos de índios já quase que completamente civilizados. Não se admite, por exemplo, posto indígena no Estado de São Paulo, porque o contato dos índios com a civilização -- isso acontece em Mato Grosso -- já lhes dá plena capacidade, de maneira a conseguir sua emancipação, devendo por isso o SPI tratar de aproveitar melhor e racionalmente estas reservas em benefício do próprio índio. Conheço lá no meu Estado, na região Aquidauana e Miranda, os postos indígenas Limão Verde, Cachoeirinha, Ipegue e Bananal. Em nenhum deles existe índio que se possa dizer esteja em estado semi-civilizado. São todos índios completamente civilizados, índios que lêem, que escrevem, que são eleitores. E por falar em índios eleitores é interessante que a Comissão indague quais os motivos que levaram o inspetor regional de Campo Grande a reunir, às vésperas das eleições de 3 de outubro, os eleitores do Aldeamento do Ipegue, Bananal e Toné com os candidatos à Prefeitura Municipal de Aquidauana e, através de assembleia, obedecendo a rito indígena, o que torna para os índios coisa sagrada, trocar os seus votos. Saiu vitorioso na oferta o Sr. Aldelino Francisco da Costa, representante candidato à Prefeitura Municipal, que ofereceu em troca dos votos um cheque na importância de 3 milhões e 600 mil cruzeiros, cheque êsse que depois se verificou não tinha fundos. É pena que essa verificação só se tenha dado depois das eleições. Levado o cheque

114
197
[Handwritten signatures and initials]

ao conhecimento do Senador Filinto M^uller, homem íntegro, de reputação ilibada, S.Ex^a, além de repreender o inspetor do Serviço, o seu correligionário que havia participado do leilão, teve oportunidade de inutilizar o cheque, porque se trata de uma coisa que êle classificou de horrosa; que isso não se faz. Pois bem. Não seria só isso, Sr. Presidente, o que já daria bastante matéria para uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O gado das reservas indígenas é o que menos rende e o que mais morre. Nunca vi, Sr. Presidente, tanta peste com gado indígena. Se a Comissão puder verificar a quantidade de baixas havidas no rebanho indígena, acredito que isso vai ser verificado, porque é objeto de um pedido de informações, vai ver que é um despropósito. O SR ANTÔNIO BRISOLIM - Para não perder a oportunidade, permite-me V.Ex^a um aparte? O SR EDISON GARCIA - Pois não. O SR ANTÔNIO BRISOLIM - Gostaria de perguntar se tem V.Ex^a conhecimento, dentro do Estado de Mato Grosso, de fazendas em comum entre os territórios dos índios e os fazendeiros, sem cêrca que separem uma fazenda da outra. O SR EDISON GARCIA - Já fiz referência aqui à reserva dos calduéus no Município de Pôrto Murtinho, de cêrca de 360 mil hectares. O Sr. Fernando Cruz me garantiu -- não vi; por isso não posso declarar com certeza -- que na medição mandada fazer na reserva não é de 360 mas de 800 mil hectares, porque a reserva foi feita assim apenas por decreto, no papel. Mas a reserva Calduéus está quase tôda ela arrendada. Dentro da reserva há cêrca de 60 ou 70 fazendeiros que criam de 70 a 80 mil cabeças, das quais pagam 3% ao SPI. Esse gado é criado pelos índios na área mais próxima aos postos indígenas. Esse gado vive em comum com o dos fazendeiros, e vez por outra os índios aumentam o seu rebanho com o gado que subtram aos fazendeiros vi zinhos, que não dão muita importância ao fato porque essas subtrações não atingem a grande quantidade. Mas a verdade é que esse gado é vendido todos os anos, através da 5^a Inspetoria de Campo Grande, por preços baratos. É verdade que algumas vêzes foram feitas concorrências, mas V.Ex^a sabe como são elas. Tôdas adredemente preparadas, e não atendem ao preço vigente na praça. Acredito que o administrador, mesmo que a venda seja feita por concorrência, não está na obrigação de entregar o gado àquele que ofereceu o melhor preço, quando êste não seja o preço corrente na praça, porque pode haver uma combinação entre os próprios concorrentes. Oferecem preços baixos. O que vencer a concorrência divide depois com os que perderam. Mas seriam essas, Sr. Presidente, as informações das quais me lembro neste instante, e ficaria satisfeito, terminando, se esta Comissão, com tanta boa vontade como está demonstrando, conseguisse afinal, através de um levantamento, que acredito vá fazer, pôr ordem no Serviço de Proteção aos Índios. Não tenho, quero deixar aqui mais uma vez dito, predisposição contra o atual Diretor do Serviço, que nem conheço. Lamento que S.S.^{as} não tenha entendido de início o meu objetivo, que é até o de colaborar com

115
128
287

aquêle Diretor, já que êle foi o primeiro a denunciar a existência das irregularidades no Serviço que dirige. Esta Comissão, composta de elementos todos conhecedores do problema, estará em condições de fornecer a S.Sa e ao govêrno elementos valiosos com subsídios para a regularização dêsse Serviço de Proteção aos Índios. Finalizando, ponho-me à disposição da Comissão sempre que de mim necessitar, e faço votos de que ela chegue a bom têrmo nesse seu trabalho que acredito será um trabalho ingente, porque terá que percorrer desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, portanto, a vastidão do nosso território. Eram essas as informações que tinha a prestar, estando pronto a responder a quaisquer perguntas que os Srs. membros da Comissão julgarem conveniente formular. O SR PRESIDENTE - Nobre colega Edison Garcia, todos nós ouvimos realmente com a devida atenção as declarações prestadas por V.Exa e que vêm confirmar a necessidade da constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Pediria a V.Exa que passasse à Secretaria, se possível, os documentos onde estão sintetizadas as principais irregularidades apontadas pelo ilustre depoente. (O Sr. Edison Garcia passa à Secretaria da Comissão os documentos.) Antes de dar a palavra aos nobres colegas, gostaria de formular algumas perguntas. A primeira seria uma grande colaboração de sua parte se, não digo hoje, mas amanhã ou depois, pudesse entregar ao nosso Relator as suas sugestões quanto ao roteiro de nossa viagem no Estado de Mato Grosso. Claro que a data só mais tarde poderemos fixar. Nessas sugestões, se não houver nenhum embaraço pessoal, gostaríamos que mencionasse as principais pessoas, funcionários ou não, que deveriam ser ouvidas nesta inquirição a que estamos procedendo na Cidade de Campo Grande, se fôr a mais indicada para isso. O SR EDISON GARCIA - Acredito, Sr. Presidente, que se V.Exas. forem a Campo Grande lá conseguirão valiosos subsídios para o trabalho porque, sendo sede da Inspeção e, o que é importante, sede daquela região toda do sul do Estado, quase que uma capital regional, para lá hão de convergir tôdas as pessoas interessadas em fornecer à Comissão os subsídios de que ela carece. E lá estarão também os funcionários que a Comissão deverá ouvir e os documentos que ela deverá compilar. De Campo Grande, com grande facilidade, a Comissão alcançará Aquidauana que fica ali mesmo, Município sede de uma série de postos indígenas, e o Município de Miranda também vizinho, e Buriti, também posto indígena, tudo concentrado naquela área. Apenas a região Caldieus fica mais distante. Mas, se fôr do interêsse da Comissão conhecer in loco êsse problema, a Força Aérea Brasileira, que tem sede em Campo Grande e que atende vez por outro o Serviço, poderá levar V.Exas. até lá nos seus aviões e mesmo sobrevoar a região, a fim de ver como ela se encontra e descer naqueles postos, o que se pode dar com facilidade. A verdade é que Campo Grande poderá dar a V.Exas. melhores perspectivas. O mesmo poderá acontecer em Cuiabá, sede de outra Inspeção, parece que a 6ª, on-

116 109
8.

de V.Ex^{as}. também poderão colhêr bons subsídios. Mas oportunamente reduzirei a escritos estas informações e as transmitirei ao Deputado Celso Amaral, Relator da Comissão. O SR PRESIDENTE - Agradeço a V.Ex^a, nobre Deputado. Gostaria também de perguntar se essa taxa elevada de 3 para 6% a que V.Ex^a se referiu está sendo realmente cobrada presentemente, ou prevalece a taxa anterior em face da recusa dos que estão arrendando estas terras. O SR EDISON GARCIA - Acredito, Sr. Presidente, que eles estejam cobrando daqueles que têm contratos ainda não vencidos 3%, passando a exigir dos novos 6%. Poderia citar dentre estes que sei de memória os Srs. Ivo Mota, Balduino Flôres, Alceu Queirós, que fizeram contrato com o SPI para pagamento de 6%, mas pagando como jóia cerca de 500 mil cruzeiros para terem direito ao arrendamento. Esta importância não seria incluída no arrendamento. Não sei se devia ser escriturada ou se era uma importância por fora. Não estou em condições de informar. Mas sei que ela não faria parte do arrendamento. Era apenas uma jóia para que esses cidadãos tivessem direito ao arrendamento. O SR PRESIDENTE - Qual era, ou é, o Inspetor que cobrava essas taxas, inclusive esta jóia? O SR EDISON GARCIA - Não me lembro do nome do Inspetor que iniciou esta modalidade de contrato, porque só sei -- está, aliás, aqui neste documento da Associação dos Criadores do Sul do Estado -- que os arrendatários, cerca de sessenta e dois, fizeram contratos com o Serviço de Proteção aos Índios, pagando cada um 30 mil cruzeiros ao advogado Dr. Salvador ~~Francisco~~, que conheço, na assinatura desses contratos. Ele de certo redigia os contratos, e o novo Inspetor, o Sr. Fernando Cruz, teve oportunidade de celebrar outros. E estas três pessoas às quais me referi deveriam fazer os arrendamentos ou fizeram-nos com o Sr. Fernando Cruz, então Inspetor da 5^a Inspetoria, com sede em Campo Grande. Atualmente é Inspetor lá o Sr. Alísio de Carvalho. Este Sr. substituiu na chefia da 5^a Inspetoria o Sr. Fernando Cruz. O SR PRESIDENTE - Sabe o depoente se dessas jóias algumas foram pagas ao Sr. Fernando Cruz nesses contratos? O SR EDISON GARCIA - Não sei se foram pagas diretamente a ele. Sei que foram pagas lá na Inspetoria quando ele era Inspetor. E nem sei se essas importâncias se encontram escrituradas ou não. Acredito que estejam. O SR PRESIDENTE - Há invasões às terras dos índios além da que está autorizada mediante este contrato, esta modalidade de arrendamento? Há invasões propriamente com a finalidade de uma colonização forçada, de pessoas que não estejam exatamente criando ou explorando a pecuária, mas com a filiação de elementos estranhos à Inspetoria? O SR EDISON GARCIA - Todos os contratos de arrendamento celebrados o foram depois do fato consumado. O fazendeiro já se encontrava nas terras, quando celebravam os contratos com o SPI, e isso é fácil de explicar por quê. Disse a V.Ex^a, de início, que essa invasão foi a princípio por causa da alagação. Depois, chamadas pelo fato -- as terras são excelentes -- outras pessoas para lá se dirigiram e acabaram por conseguir contratos de

117
118
119

arrendamento ao SPI. O SR PRESIDENTE - Esses arrendatários trabalham também na agricultura? O SR EDISON GARCIA - Não, Sr. Presidente. O SR PRESIDENTE - Sômente na criação de gado? O SR EDISON GARCIA - Sômente na criação de gado. O SR PRESIDENTE - êsses confinantes a que se refere V.Exa com as terras dos índios, todos êles, ao que V.Exa possa precisar, têm devidamente legalizadas suas terras? O SR EDISON GARCIA - Explico a V.Exa essa situação. Todos êsses confinantes são posseiros do antigo Latifúndio Fomento Argentino Sul-Americano. Era uma área de um milhão de hectares. Esta área foi legitimada por esta organização que tinha sede em Buenos Ayres e que nunca tomou posse efetiva da terra, dando margem a que fazendeiros viessem a possuí-la, muitos já com trinta anos de posse. Diante disso uma campanha houve lá em Mato Grosso para conseguir do Govêrno do Estado a legalização dessa posse. E coube ao governador João Ponce de Arruda, atual Deputado Federal, atender a essas reivindicações. Isto porque o Estado de Mato Grosso em anos anteriores conseguira, para cobrar-se de impostos, reaver dêste um milhão de hectares cêrca de 454 mil hectares. Êstes 454 mil hectares que volveram ao domínio do Estado foram vendidos aos posseiros por fôrça de uma lei estadual que determinou que assim se fizesse, mediante o pagamento de 100 cruzeiros por hectare. Lá a lei estadual de terras devolutas manda cobrar parece que 9 ou 10. Estas terras particularmente foram vendidas a 100 cruzeiros o hectare, e área nunca superior a 8 mil hectares. Assim foram vendidos êsses 454 mil hectares de terras. Mas o Estado, para não ter despesas de medição, vendeu aos posseiros parte ideal constituindo assim o domínio do NABILC de que fazem parte os detentores de títulos do Estado (área nunca superior a 8 mil hectares, no total de 454 mil); outros que detêm títulos por fôrça de arrematação durante os leilões que a Justiça fêz nos Executivos Fiscais do Estado, e os sucessores do Fomento Argentino, dentre os quais o Sr. Oscar Martinez, que deve ter lá mais de 100 mil hectares. Êstes condôminos possuem titulados devidamente pelo Estado, cêrca de um milhão de hectares vizinhos à reserva dos índios. É justamente numa dessas partes que se estabeleceu o conflito, porque a linha do condomínio do NABILC, título de 1916 ou 1914, não me lembro bem, dá certos limites, limites êsses oriundos de medição prêviamente feita com marcos, enquanto que a reserva dos índios foi feita através de um decreto, sem que se procedesse antes a uma medição. Tanto que não se pode garantir que a área seja realmente de 360 mil hectares ou mais, podendo, inclusive, ser o dôbro porque tem limites em rios e na serra Tal. Por ser assim estabeleceu-se o conflito. Os condôminos do NABILC acham que o Rio Niotaque, que separa as reservas, tem suas cabeceiras no ponto tal. O Serviço de Proteção aos Índios, para aumentar a área da reserva, acha que o Rio Niotaque nasce mais a leste, portanto dando ao SPI, à reserva um aumento de área

Mas a verdade é que esta área está habitada por posseiros do NABILEC, detentores de títulos do Estado, e que estão em condições de, judicialmente, ou através de ação demarcatória, disputar esses limites com o Serviço de Proteção aos Índios. O SR PRESIDENTE - Esse Sr. Martinez, argentino, tem propriedades devidamente instaladas? O SR EDISON GARCIA - Não é argentino. É brasileiro, homem de negócios em São Paulo. Ele adquiriu esses direitos dêsse Fomento Argentino Sul-Americano. O SR PRESIDENTE - A maior área é dele? O SR EDISON GARCIA - Sim. E parece que ele não tem nenhuma fazenda, se bem que possua a maior área dentro do Condomínio. Ele deve ter mais de 100 mil hectares e os posseiros estão ocupando toda a área. O SR PRESIDENTE - Gostaria de dar a palavra aos nobres Deputados. Se me permitem, ouviríamos os membros da Comissão, deixando para o final a inquirição do Relator, pois a S.Ex^a cabe a maior responsabilidade de esclarecimento sobre as irregularidades, a fim de que se possa dar ao Serviço de Proteção aos Índios diretrizes no sentido de assistir, não só sobre bases morais, mas de efetiva e real eficiência, ao elemento indígena. Dou a palavra ao Deputado ANTÔNIO BRISOLIM. O SR ANTÔNIO BRISOLIM - Agradeço a deferência de V.Ex^a, Sr. Presidente. Quero formular algumas poucas perguntas ao eminente colega que nos honra com a sua presença. São essas áreas que estão sendo ocupadas cobertas de mato ou de campo, essas áreas indígenas? O SR EDISON GARCIA - A maioria dessas áreas é de campo. Campo alto, mas campo. Se bem que ela tenha uma área enorme de mato, que são as fraldas da Serra Boroquema, matas da melhor qualidade. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRIZOLIN - Nessas áreas de mato -- e digo mato porque no Sul chamamos assim; não sei se podemos usar indiferentemente as duas palavras "mato" e "mata" -- está sendo feita extração de madeira? Existem serrarias de particulares operando nessas áreas? O SR DEPOENTE - Acredito que não. A área já é um pouco distante, e os fazendeiros que atingem essa região o fazem mais de avião. Não há estradas, é zona de serra; para descer, tem-se de descer toda a batoguera. Coisa difícil. Se bem não o possa afirmar convictamente, acredito que não haja nenhum trabalho aí, não só de agricultura, como de exploração de mata. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRIZOLIN - Tem conhecimento do afastamento de algum chefe de seção dos elementos mais destacados do SPI, na administração do atual Diretor? O SR DEPOENTE - Certeza não tenho. Sei que há luta muito grande, posso dizer, entre os funcionários do SPI. Estão divididos, uns acusando a direção do SPI, outros defendendo-a; uns subscrevem memoriais de apoio, outros atacam-na pela imprensa. Não sei, afinal de contas, qual dos dois grupos tem razão. Sei que há luta entre eles. Ignoro como procede a direção do SPI na distribuição das funções de confiança. Acredito que con- temple os que a aplaudem. O SR DEPUTADO ANTÔNIO BRIZOLIN - Não tem conhecimento de que os responsáveis por esse Serviço tenham recebido importâncias de aluguel de terras ou plantações sem dar qualquer documento ou

119
112
17

recibo? O SR DEPOENTE - Não sei se recebem dinheiro sem fornecer recibo. Sei que os encarregados do Serviço arrendam as propriedades indígenas e recebem por esses arrendamentos. Se dão recibo, escritura particular, não sei. Acredito que o SPI o esclareça. O SR ANTÔNIO BREZOLIN - V.Exa falou em Bananal. Referia-se à Ilha do Bananal? O SR DEPOENTE - Não, é posto indígena de Mato Grosso, no município de Aquidauana. Tem esse nome. O SR ANTÔNIO BREZOLIN - Gostaria de ouvir a opinião do illustre colega, que conhece o problema indígena de Mato Grosso, com referência a essas imensas áreas de terra. Não acha que seria oportuno, -- não para, digamos, prejudicar propriamente o indígena -- já que estamos diante de um problema que se agrava cada dia, que se desse parte dessas terras àqueles que trabalham e produzem e usar o dinheiro proveniente da venda dessas terras em benefício do índio? O SR DEPOENTE - Nobre Deputado Antônio Brezolin, sou contra o sistema até então vigente no SPI de considerar o índio um espécime da nossa fauna. O índio é homem como outro qualquer, adaptável à civilização como qualquer um. Haja vista o fato de, nas reservas indígenas do Sul do Estado, eu não encontrar um só que não produza como qualquer outro trabalhador. No município de Aquidauana, todas as fazendas se abastecem entre os índios, que prestam serviços como outro brasileiro qualquer. Praticam a agricultura nas reservas mais próximas e nos centros urbanos, a que aprenderam com os civilizados, é claro, mas a praticam. Há mesmo filhos de pai e mãe indígenas que exercem função pública, como o caso do Sr. Raulfo Cândido, do meu município, agente de estação, que faz discurso em língua terrena, como um índio qualquer. Por isso, respondendo a sua pergunta acho que a melhor política a adotar pelo SPI seria a de aproveitar, e já, racionalmente, as reservas, com os índios, ou mesclá-los com os civilizados. Uma boa oportunidade de melhorar o índice de civilização do índio, através desse trabalho ordenado, racional, de aproveitamento das terras e não deixando que o índio continue pescando e caçando, como na época do descobrimento do Brasil. O SR. ANTÔNIO BREZOLIN - Sr. Presidente, estou satisfeito com as respostas. Pedindo permissão para afastar-me, porque resido um pouco longe da Câmara, desejo externar pessoalmente meus agradecimentos ao eminente colega Edison Garcia pela brilhante colaboração que traz aos nossos trabalhos. O SR DEPOENTE. Muito Obrigado. O SR PRESIDENTE - Lem a palavra o nobre Relator. O SR RELATOR - Minhas perguntas são em número reduzido, em face das indagações anteriores. O nobre Depoente informa que o SPI induziu os índios a atacarem os arrendatários ou posseiros. Eram arrendatários ou posseiros os desalojados pelos índios? O SR DEPOENTE - O SPI, disse-o de início, atualmente está num trabalho de aumento ou ampliação da reserva, e todos quantos estavam em regiões que o Serviço considera como parte da reserva -- discutível, é verdade, mas para eles parte da reserva -- foram objeto de ata -

120
113
12

que dos índios. Estes chegavam dizendo assim -- e são informações que constam do processo à disposição da Delegacia Especial de Campo Grande: "Ou vocês abandonam estas terras, ou vão morrer todos, porque os índios estão dispostos a botar para fora os portugueses que se apoderam de suas terras." Se os índios não defendem o que é seu, como irão fazê-lo em seu nome?" O SR RELATOR - Razão pela qual o SPI armou os índios, segundo suas informações? O SR DEPOENTE - Inclusive com fuzis. O SR RELATOR - Bastante grave essa afirmação. O SR PRESIDENTE - Arma militar? O SR DEPOENTE - Sim. Dizem que é desde o tempo do General Horta Barbosa. As pessoas abordadas por eles contam vários casos. Uma delas, o Sr. Alceu, que estava a caminho, na reserva, para verificar a área que lhe seria arrendada, encontrou 10 índios, com 10 fuzis novos. Encostaram-lhe os fuzis no pescoço e exigiram que entregasse tudo que tinha, dinheiro, mantimentos, cavalo, faca, etc. Ele lá fôra tomar posse de uma área arrendada ao SPI. E encontrou índios com armas novas. O SR RELATOR - Militares? O SR DEPOENTE - Sim. O SR RELATOR - Conforme consta desse Relatório da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, muitos têm pago arrendamento sem contrato escrito. Atualmente estão prontos a fazê-lo. Por que não os fizeram antes? Tem conhecimento disso? O SR DEPOENTE - Não sei dizer a razão. O SR RELATOR - Houve venda de gado na 5ª Inspeção? Tem V.Exª conhecimento de alguma venda de gado? O SR DEPOENTE - É comum. Todos os anos se fazem vendas, duas a três vezes por ano, de gado indígena, gado adulto. Dá renda, porque esta é paga em tourinhos. O SR PRESIDENTE - Com permissão do nobre Relator: os compradores são sempre os mesmos? O SR DEPOENTE - Não posso informar, mas há muita procura, porque o preço é bem em conta. V.Exª chamou-me a atenção para uma coisa. Há denúncia, não sei bem se é isso, de que os arrendatários teriam sido solicitados a pagar a renda em dinheiro, ficando com o gado que deviam entregar ao SPI. O SR PRESIDENTE - Aumentando sua fazenda, conseqüentemente, por preço muito abaixo daquele que o mercado comum podia oferecer. O SR DEPOENTE - Exatamente. O SR PRESIDENTE - Particularidade interessante. O SR RELATOR - Eram as perguntas que desejava fazer Sr. Presidente, embora não saiba se é regimental solicitar o testemunho do Senador Filinto Müller, diante da exposição do nome colega Edson Garcia a respeito do cheque, na ocasião da campanha eleitoral. O SR PRESIDENTE - É perfeitamente regimental. O SR DEPOENTE - Sr. Presidente, acredito que V.Exª terá oportunidade de dispensar o Senador, uma vez que o Sr. Fernando Cruz não está disposto a negar o fato à Comissão. O SR RELATOR - Poderíamos chamar primeiro o Sr. Fernando Cruz e depois, talvez, abrir mão do testemunho do Sr. Senador Filinto Müller. O SR DEPOENTE - Aliás, o Senador não se encontra no País, atualmente. O SR PRESIDENTE - Há uma citação do nobre informante ligada ao nome do Deputado Ponce de Arruda, no que respeita a certa lei

121
114
13

galização de parte dessas terras. O SR DEPOENTE - Parece-me que não foi claro nesse ponto. Há aí dois problemas: o primeiro, o da legalização das terras do Condomínio do Nabileque, feito pelo Governador Ponce de Arruda. A área não pertence à reserva. Foi um processo normal, que obedeceu à decisão da Assembléia. Há também uma denúncia, ou não propriamente denúncia, mas luta entre o SPI e a Assembléia de Mato Grosso, por que em dezembro de 1958 a Assembléia aprovou lei que diminuía a reserva para 100 mil ha., autorizando o Governo a vender os restantes 200 e tantos mil em lotes de 200 ha. cada um. O S.I. impetrou mandado de segurança, a questão foi ao Supremo Tribunal Federal, e a lei afinal foi anulada. O SR PRESIDENTE - Claro. A reserva é federal. O SR DEPOENTE - Mas aí os 200 e tantos mil ha. já haviam sido vendidos pelo Estado às pessoas que o haviam requerido. O SR PRESIDENTE - Continuam de posse deles? O SR DEPOENTE - Continuam titulados, mas nenhum deles tem a posse por força desses títulos. É o que queria esclarecer. Há duas espécies de título. Há os do condomínio do Nabileque, legais, contra os quais ninguém recorre. O SR RELATOR - Que têm origem no Fomento Argentino? O SR DEPOENTE - Sim, E há os títulos originários dessa diminuição de área resultante da lei da Assembléia. O SR PRESIDENTE - Julgada inconstitucional. O SR DEPOENTE - Exato. Parece que o SPI inclusive já está promovendo a ação de anulação desses títulos. Mas, ao que me consta, nenhum dos titulados tem a posse por esses títulos, e os arrendatários que detêm as terras indígenas, fazem-no por força de contrato de arrendamento, e não por força de títulos expedidos pelo Estado. O SR PRESIDENTE - O nobre Relator tem alguma indagação a formular? O SR RELATOR - Só uma. Quais as sedes das 5ª e 6ª Inspetorias? O SR DEPOENTE - Respectivamente Campo Grande e Cuiabá. O SR RELATOR - Conhece um cidadão chamado Zildo Meireles? O SR DEPOENTE - Apenas de nome. Já ouvi falar muito nesse cidadão. Parece que foi demitido por inquérito administrativo e hoje exerce função de relêvo na administração do SPI. O SR RELATOR - Era o que desejava saber. O SR PRESIDENTE - Tem o nobre Depoente o que acrescentar ao seu depoimento? O SR DEPOENTE - Queria explicar sobre este documento que V.Exª pediu-me entregasse. O SR PRESIDENTE - Tiraremos cópia. O SR DEPOENTE - Eu tinha cortes a fazer, pois não o li todo. Disse que só afirmaria o que se referisse a documentos, para que a Comissão pudesse constatar. O SR PRESIDENTE - Poderíamos tirar uma cópia e devolvê-lo. Serviria para o roteiro do Relator e para os nossos trabalhos. O SR DEPOENTE - Entrego os documentos a V.Exª, mas pediria que aproveitasse apenas as referências feitas a documentos, para que não passasse como endossada por mil qualquer referência aqui feita a funcionários ou pessoas, sem que houvesse o devido comprovante. O SR PRESIDENTE - A ressalva de V.Exª está devidamente anotada, e o nobre Relator, naturalmente, irá servir-se do documento naquilo que esteja condizente

115
[Signature]

[Faint, mostly illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text appears to be organized into several paragraphs.]

116

123

me

15

V.Exa? O SR RELATOR - Realmente. O SR PRESIDENTE - Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião, mais uma vez agradecendo a presença do ilustre depoente.

Elmbr 7-i

117
125
Fm

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR
O CAUSAL DO DESPRESTÍGIO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Ata da 1ª Sessão, realizada em 8 de Maio de 1963

Às quinze horas e cinco minutos do dia oito de maio de 1963, reuniram-se, à tarde e às três, no Palácio do Congresso, em Brasília, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Wilson Martins, Vice-Presidente, Celso Amador, Relator, e Deputados Wilson e Archid Nogueira, reuniram-se, sob a presidência do Senador Archid Nogueira, a Comissão Parlamentar de Inquérito, para a 1ª Sessão do Serviço de Proteção aos Índios, a fim de discutir o trabalho do Coronel Noacyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Compareceu a CPI, ainda, com a presença do Senador Archid Nogueira. Ata: Lida, aprovada e assinada a ata da reunião anterior. Ordem do Dia: 1º - O Ofício nº 5, desta data, remetido à Comissão Parlamentar de Inquérito, devida dos silvicultores, informando que a Comissão Parlamentar de Inquérito, a proposta formulada no sentido de se realizar uma reunião conjunta com aquela CPI. Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente deu a palavra ao Relator que, por sua vez, passou a tratar do Relatório do Coronel Noacyr Ribeiro Coelho sobre o funcionamento dos postos indígenas do Serviço de Proteção aos Índios. Em seguida, perguntou daquele Deputado, quanto a arrendamento de terras em áreas indígenas, respondeu o Depoente nunca ter conhecido tal caso, nem quer que seja, desde que está na direção do S.P.I. Interrogado sobre a retirada de madeira na região de Cuaçama, declarou o Depoente desconhecer o caso. O Senhor Presidente falou sobre a situação da região de Cuaçama, principalmente as dificuldades, no sentido da exploração, chamando a atenção do Coronel Noacyr Ribeiro Coelho, para o S.P.I. ter sido criado e criado quanto a civilização e educação dos indígenas; não tendo mesmo até o momento, apresentado nenhum elemento de nível cultural e exemplo do que têm feito as Missões. Interrogado, o Coronel Noacyr Ribeiro Coelho frisou que apesar disso o S.P.I. é indispensável para a assistência ao índio, e se mais não tem obtido êxito, a favor do índio, a culpa é da própria atrofiação em que se encontra o Serviço, no sentido de não o seu progresso e a assistência ao índio. Para de suas respostas e habilidades. Defendendo o S.P.I. e sua finalidade, o Coronel Noacyr Ribeiro Coelho frisou a necessidade de uma reestruturação imediata do Serviço de Proteção aos Índios, a fim de contar com pessoal eficiente para fiscalizar os diversos setores do Serviço. Por motivos de força maior o Senhor Presidente pediu desculpas por ter que se ausentar e passou a presidência ao Deputado Wilson Martins, Vice-Presidente. Com a palavra o

118
124
-2-

Deputado Edison Garcia, indagou do Depoente em que documentos se baseou para fazer afirmações sobre os "Garcia", como se fossem seus parentes, e ainda sobre a área de terras que estaria ocupada por seu sogro. Disse o Deputado Garcia que a impressão colhida até o momento, pelo depoimento do Diretor do S.P.I. é que as Inspetorias têm completa autonomia, não dando à Diretoria do S.P.I. nenhuma participação ou conhecimento do que ali se realiza; que o S.P.I. está desorganizado, pois as verbas arrecadadas nos postos indígenas quer seja com a retirada de madeiras ou com a venda de gado, são aplicadas pelos próprios postos sem o mínimo conhecimento da direção do S.P.I., conforme suas respostas, pois muitas dessas irregularidades trazidas ao conhecimento dos Senhores Deputados são ignoradas pela direção do S.P.I. Concluindo, solicitou o Deputado Garcia ao depoente, que trouxesse à Comissão, nomes e fatos concretos, explicando o que é quais os funcionários que tolhem ou atrapalham a sua administração. O Depoente foi, ainda, inquirido pelo Senhor Relator, pelo Senhor Rachid Mamed e por último pelo Deputado Wilson Martins, no exercício da presidência, que perguntou sobre o preenchimento de cargos na 6ª Inspetoria Regional em Curitiba; sobre aplicação de verba orçamentária ao índio e como está sendo aplicada de acordo com os planos do Ministério da Agricultura. Dando-se todos por satisfeitos com a inquirição procedida, o Senhor Presidente agradeceu ao Depoente pela sua presença e pelo testemunho prestado. Atribuiu o Coronel Moacyr Libeiro Coelho os agradecimentos, dizendo de sua satisfação em ter comparecido a este órgão, colocando-se à disposição da C.R.I. para qualquer outro informe, pois jamais hesitará em apontar falhas ou pessoas que vêm ou venham contrariar sua atuação à frente do S.P.I. Durante o seu depoimento, o Coronel Moacyr Libeiro Coelho entregou os documentos referentes aos relacionamentos e que por ordem do Senhor Presidente são anexados aos autos, nesta data: Cópia dos Ofícios Reservados sobre os Missionários na Amazonia, assim discriminados: Nº 27-E2-32, de 25/6/62, da 8ª Região Militar do Grupoamento de Elementos de Fronteira ao Senhor Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República; Nº 04-23/1100/62, de 9/7/62, do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional ao Senhor Diretor do SPI; Nº 1426/62, de 24/1/62, do Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, ao Senhor General C.A. 8ª 13; Nº 94-Gab/1158/62, de 10/10/62, do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional ao Diretor do S.P.I.; e cópia do Ofício Nº 2, Reservado, de 25/1/63, do Diretor do S.P.I. ao Diretor da Seção de Segurança Nacional, apresentando esclarecimentos relativamente ao Ofício Reservado nº 27 retro citado; Cópia do modelo de ficha a ser preenchida pelas Organizações Religiosas e Científicas que operam entre os

119
127
34

folhas; 2 cópias de cada uma, legítimas, e providas pelos
folhas e cópias; 1 cópia de Portaria nº 450, de 24/1/56, do
Ministro da Agricultura, sobre a exploração de madeiras e outras
matérias minerais em terras pertencentes ao "Patrimônio indígena". O
texto das impugnações feitas foram gravados, taquigrafados e, se
necessário, datilografados, datilografados e assinados, anexados aos au-
tos do processo. Pelo Senhor Presidente foi mandado juntar aos autos
o depoimento do Senhor Edison Gar-
cia, datado de 22/1/56. O processo sendo a tratar, foi encerrada a
sessão, e o Senhor Presidente, em caráter, cu, Luís Teixeira
Secretário, servindo como Secretária la-
vada, de 1.º de 1.º, depois de lida e provida, será assinada pe-
lo Senhor Presidente.

Luís Teixeira

C Ó P I A

8. Região Militar

GRUPAMENTO DE ELEMENTOS DE FRONTEIRA

Documento entregue pelo

Sr. bel. Moacyr RibeiroEm reunião de 8/5/1963

O F Í C I O

Nº 27-E2-62

RESERVADO

Manaus (Am) Em 25 de junho de 1962

Do Comandante do GEF

Ao Sr. Chefe do Gabinete Militar
da Presidência da RepúblicaAssunto: "New Tribus Mission"
(presta informação sobre)Referência: a)-Rad 291/Cmdo, de 7/
Jun 62, do CMAb)-Rad 147/Ch, de 6 Jun,
CSN.

1 - No arquivo do QG/GEF não existe documento oficial, que defina as razões que motivaram a suspensão dos trabalhos da "New Tribus Mission of Brazil", no Vale do Rio Içana. Há cópia das principais peças do Inquérito Policial Militar mandado instaurar pelo Cmt GEF, Gen. VASCO KROPF DE CARVALHO, em Fevereiro de 1961.

2 - O exame dos referidos documentos, confrontado com a arguição, por mim pessoalmente feita, dos senhores LUIZ MONTEIRO da Cruz representante das "Missões" perante o governo e HENRI ROLAND LOWEN, Chefe dos Missionários em Manaus, permite estabelecer as seguintes conclusões:

2.01 - A causa primeira, que se não existisse, todas as demais não teriam sido alegadas - foi a intolerância religiosa, o conflito secular entre a Igreja Católica, de um lado, e as Igrejas Protestantes do outro. A presença de representantes dos dois cultos, em uma mesma região (Vale do Rio Içana), teria de provocar, como realmente desencadeou, atritos que, de início, se desenvolveram no campo subjetivo para, em seguida, se transferirem à esfera da ação mediante prática de provocações e revide, de uma e outra parte. Esta razão, que no momento desapareceu, voltará a existir se fôr permitido o retorno dos catequistas da "New Tribus Mission" ao vale do Rio Içana, onde operam, há quarenta anos, os padres Salesianos.

2.02 - As conclusões, contidas no relatório do inquérito instaurado para apurar acusações, de duvidoso valor, de um padre católico contra os doutrinadores evangélicos, estão eivados desse erro original. Todo o processo está impregnado de grosseria e violenta parcialidade.

Os enganos e omissões dos agentes federais são atribuídos aos missionários. A estes imputa-se a incapacidade do S. SPI.

Tudo é conjectural, baseado em informações de terceiros e em fatos circunstanciais. Configuram o vício de discriminação, entre muitas outras, as seguintes deduções:

- "A ação dos agentes da NEW TRIBUS MISSION contribue fortemente para a desnacionalização dos selvícolas", como se fôsse possível desfazer aquilo que não está, nem foi feito.

- "A finalidade da sociedade, conforme os artigos 3º e 5º dos Estatutos das MISSÕES NOVAS TRIBUS NO BRASIL, preceitua: - "e realizar catequese e outros trabalhos missionários -, donde se conclue que a referida catequese devia ser realizada num meio civilizado e não entre os índios, que não possuem personalidade jurídica, isto tendo em vista que os Estatutos das MISSÕES NOVAS TRIBUS NO BRASIL não especificam que a finalidade da Sociedade seja de catequisar índios." (Sic)

- "O indiciado KLINER declara às folhas 14: - "ensinou aos índios que eles não podiam ser soldados nos Estados Unidos e nem o depoente podia ser soldado no Brasil, porque os estrangeiros não podem ser soldados nestas condições. "Conclusão, percebe-se claramente a intenção - não de catequese, mas de mistificação e confusão do gentio, com gravíssimas repercussões em comparação com o que aprendem os doutrinados pelos padres católicos, gerando conflitos e inquietações (agressões padres JOSÉ e CARLOS na área da fronteira), com evidente prejuízo para a Segurança Nacional." (Sic.)

2.03 - Em síntese, as conclusões do encarregado do inquérito, além de eivadas de parcialidade, não tem consistência jurídica que justifique as providências tomadas, - inclusive a prisão de seis cidadãos americanos, dos quais três senhoras, contrariando disposições da Constituição e leis vigentes -, durante e após o inquérito.

3 - Entendo que aquela causa primeira, - sem a qual não existiriam os pretextos alegados no inquérito, é latente. Ressurgirá, se permitida fôr a volta de missionários protestantes, da "NEW TRIBUS MISSION OF BRAZIL" ou, com outro rótulo, MISSÃO DAS NOVAS TRIBUS DO BRASIL, sejam aqueles americanos ou brasileiros.

Assim pôsto, na qualidade de Comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira, opino contra a volta de missionários protestantes, - quer estrangeiros, quer nacionais -, ao vale do RIO IÇANA, ou a qualquer outra região amazônica onde já se tenham instalado missões católicas. A nossa opção advém de direito positivo, decorrente da primasia de chegada.

Gen Bda AUGUSTO CEZAR DE CASTRO MONIZ ARAGÃO
Comandante do G E F

C Ó P I AR E S E R V A D O122
131
Documento entregue pelo
Sr. Cel. Moacyr Ribeiro Buelho
Em reunião de 8 5 1962Carter
8-5-63Ofício RESERVADO
Nº 04-2S/1100/62Rio de Janeiro, GB.,
Em 9 de julho de 1962Do: Secretário-Geral do Conselho de
Segurança Nacional.Ao: Exmº Sr. Diretor do Serviço de
Proteção aos Índios.

Assunto: Missionários na Amazônia

Referência: Ofício nº 150 Reservado do
SPI de 23 de Fev. de 1962.Anexo: A) Quadro de coordenação de fis-
calização das atividades dos
missionários estrangeiros na
Faixa de Fronteiras;B) Estudo sobre "Missionários
na Amazônia".

Desde o ano de 1957, as atividades de missionários estrangeiros junto aos índios da Amazônia, na Faixa de Fronteiras, vêm preocupando esta Secretaria Geral. O povoamento das nossas fronteiras e a mais rápida assimilação das tribos indígenas que a habitam constituem problemas de alto interesse para a segurança nacional. Há toda a vantagem, portanto, em que se aproveite, ao máximo, a cooperação voluntariamente oferecida por missionários de diversas seitas religiosas, desde que, evidentemente, tal cooperação não venha a constituir, ela própria, em problema para a segurança nacional.

2. Com o objetivo de solucionar a questão, esta Secretaria Geral elaborou um Estudo que submeteu à consideração do Sr. Presidente da República. Examinando o aludido Estudo, S.Exª deu o seguinte despacho:

- "1 - aprovo as sugestões contidas no ítem 7 do Estudo sobre "Missionários na Amazônia" anexo à E.M. nº 285-GAB-1 394/61, dessa Secretaria.
- 2 - Remeta, essa Secretaria, cópia do Estudo com este despacho aos órgãos interessados e coordene as medidas de execução propostas".

3. Em cumprimento à determinação do Sr. Presidente da República, no sentido de coordenar as medidas de execução pro-

123
1962
m

Continuação do Ofício RESERVADO Nº 04-2S/1100/62 de 9/7/62, do
Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional.

propostas, esta Secretaria Geral elaborou o Quadro que remeto, a
nexo, a V.Ex^a juntamente com uma cópia do Estudo sobre "Missioná
rios na Amazônia", a que se refere o Despacho de S.Ex^a.

4. O Comando do Grupamento de Elementos de Fronteira,
em consequência do Inquérito Policial Militar que mandou instau-
rar, determinou o afastamento da região da Faixa de Fronteiras
dos seguintes missionários, pertencentes à "A Missão das Novas
Tribos no Brasil": WAINIE FRANK KIEWER, HENRY LOEWEN, MYRTLE
VIOLET REMN, ELIZABETH KOOP e JAMES EDWARD CURTISS. O Sr. Presi-
dente da República aprovou sugestão desta Secretaria Geral no
sentido de que os referidos missionários continuassem afastados
daquela região, até que o Serviço de Proteção aos Índios resol-
vesse, em definitivo, a situação daquela entidade religiosa, na
forma das sugestões aprovadas e constantes do Estudo anexo.

5. Entretanto, tendo êsse Serviço resolvido reconsi-
derar ato que suspendeu as credenciais dos missionários da "A
Missão das Novas Tribos no Brasil", e feito uma consulta a êsse
respeito, informo a V.Ex^a, que esta Secretaria nenhuma objeção
tem a fazer relativamente à essa decisão.

6. Tendo em vista, por outro lado, que, dentro de
seis meses, deverão estar resolvidos, em definitivo, os casos de
concessão de licença para atuar junto aos selvícolas da Faixa de
Fronteiras, na Amazônia (letra a, número (1), das sugestões apro-
vadas pelo Sr. Presidente da República), não é conveniente, no mo
mento, a adoção de qualquer medida para o afastamento de outros
missionários que estejam em atividades naquela região, a não ser
que surja algum problema que exija tal providência.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex^a
meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gen. Div. AMAURY KRUEL
Secretário-Geral

R E S E R V A D O

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CÓPIA

C Ó P I A

R E S E R V A D O

124
Documento entregue pelo
Sr. *bel. Moacyr Ribeiro Coelho*
Em reunião de 8 / 5 / 63
Junta - de
Manoel 9/5/63

OFÍCIO
Nº 1474/D2C

Rio de Janeiro-GB, 24 Set 62

,Do Chefe do Gabinete

Ao Exmº Sr Gen CMA/8ª RM

Assunto:- Missionários na Amazônia

Anexo:- Cópia do Ofício Res nº 10-2S/1.
1.106/62, de 9 Jul 62, da Sec-Geral do
CSN.

1. A documentação anexa trata da coordenação de me
didas fiscalizadoras de missionários na Amazônia.
2. A fim de que êsse Comando cumpra o que está na
esfera de suas atribuições, incumbiu-me o Senhor Ministro de enca
minhar a Vossa Excelência a documentação em aprêço, solicitando
informações sôbre as providências tomadas.

(a) Gen Bda ALBERTO RIBEIRO PAZ
Chefe do Gabinete

C Ó P I A

R E S E R V A D O

OF RESERVADO

Nº 94 - Gab/1158/62

125 134
Documento entregue pelo
Sr. Cel. Moacyr Ribeiro
Em reunião de 8 / 5 / 1963

Monte - de
Moacyr Ribeiro
8/5/63

Rio de Janeiro-GB

Em 10 de outubro de 1962

Do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral
do Conselho de Segurança Nacional

Ao Senhor Diretor do Serviço de Proteção
aos Índios

Assunto: - Missionários na Amazônia

Anexo:- Cópia do Of nº 1474/D2C, do M da
Guerra

Incubiu-me o Exmº Sr Gen Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional de informar a V Sa que já foram tomadas tôdas as providências necessárias, relativas à situação de Missionários na Amazônia, de acôrdo com parecer favorável da Secretaria Geral dêste Conselno.

2. Outrossim, participo-lhe também, que o Comando Militar da Amazônia já foi cientificado das medidas acima citadas, conforme documentação a êle remetida e cuja cópia do ofício de remessa é a êste anexada.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Sa meus protestos de estima e distinta consideração.-

ALMÉRIO DE CASTRO NEVES

Coronel Chefe do Gabinete

RESERVADO

Of. nº 2

25 de janeiro de 1963

Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Sr. Diretor da Secção de Segurança Nacional
: presta esclarecimentos

Conte - de G. A. 12
8. 5. 63

Senhor Diretor:

Relativamente ao ofício Reservado nº 27, de 24 de dezembro do ano p. findo, esta Direção tomou as devidas providências, em designando o funcionário Josias Ferreira de Macedo para, em sindicância, ordenada pela Ordem de Serviço Interna nº 159, de 22-11-62, verificar a procedência do que vem ocorrendo na Inspetoria de Manaus, Estado do Amazonas.

Sobre o assunto, ficou positivado que o atual Chefe / daquela dependência, Sr. Manoel Moreira de Araújo, vem usando do cargo para fins eleitoreiros, sem prestar nenhuma assistência aos índios, conforme declara em relatório o Sr. Josias Ferreira de Macedo.

Outrossim, o servidor Erotildes Ferreira Costa, designado por esta Direção para colaborar com uma Turma de Geólogos / da Petrobrás, que foram atuar no Estado do Acre, em relatório apresentado ao Sr. Chefe da 2ª Inspetoria Regional, corrobora o estado de abandono em que se encontram os índios da 1ª Inspetoria / Regional.

Anexo cópia de ambos os relatórios.

Em consequência do que ficou apurado, adianto que esta Direção está providenciando a próxima transferência do atual Chefe da 1ª Inspetoria, uma vez que não inspira mais confiança à atual administração, para chefiar aquela dependência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Sa os protestos de estima e consideração.

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

Diretor

127

136

Documento entregue pelo
Sr. Ed. Moacyr Ribeiro
Em reunião de 8 / 6 / 1963
Inte. [illegible]
8-5-63

NOME DA ORGANIZAÇÃO

MISSIONÁRIO:
.....
NACIONALIDADE:
ENDEREÇO: COLAR, AQUI, FOTOGRAFIA DO(S)
..... MISSIONÁRIO(S).-
.....
IDADE:
ESTADO CIVIL:
DATA DE CHEGADA NO BRASIL:
.....
CARTEIRA MODELO 19:
EXPEDIDA EM:
FILHOS:
.....
CAMPO DE TRABALHO (especificar local, benfeitorias, campos de pouso)
.....
TIPO DE ÍNDIOS:
OBSERVAÇÕES:
.....
DOCUMENTOS Necessários PARA FUNCIONAMENTO:

MODELO DE FICHA, QUE DEVERÁ SER PREENCHIDA E REENTREGIDA
A ESTE SERVIÇO, PELAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E CIENTÍFICAS, QUE O-
PERAM ENTRE OS ÍNDIOS.-

128 137
bel. Moacyr R. Coelho
nº 815/563
11/5/63

Portaria nº 450, de 24 de abril de 1956

Proíbe a exploração de madeiras e outras riquezas naturais em terras pertencentes ao "patrimônio indígena".

O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e,

Considerando que constitui dever do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), como órgão tutelar do índio, nos termos da legislação específica que rege o assunto, prestar-lhe proteção e assistência, resguardando-o da opressão e espoliação da sua propriedade;

Considerando que, de acordo com o que dispõe o art. 1º, alínea m do Regimento baixado com o decreto nº 10.652, de 16-10-42, alterado pelos de nºs 12.318/43 e 17.684-45, a exploração das riquezas naturais existentes nas áreas indígenas, das indústrias extrativas, inclusive madeiras, ou de quaisquer outras fontes de rendimento relacionadas com o "patrimônio indígena", constitui atribuição do próprio Serviço, em colaboração com os órgãos técnicos do Ministério;

Considerando que, em face do dispositivo citado, não se justifica que o Serviço contrate com terceiros a exploração dessas riquezas, em detrimento do índio seu legítimo proprietário e que, por isso mesmo, deve ele mesmo, com a assistência direta dos órgãos competentes deste Ministério, se encarregar dessa exploração, para que as rendas apuradas possam reverter em seu próprio benefício;

Considerando, enfim, os graves inconvenientes decorrentes do regime de contratos com estranhos para exploração dessas riquezas, não só no que diz respeito aos prejuízos de ordem material, mas, sobretudo, de ordem moral, em consequência dos abusos praticados contra o índio indefeso,

RESOLVE:

a) Proibir terminantemente a celebração de novos contratos para exploração de madeiras e outras riquezas naturais por ventura existentes nas áreas que integram o "patrimônio indígena", respeitados os celebrados até a presente data, que se-

129 138
serão considerados caducos, desde que os concessionários respectivos deixem de cumprir quaisquer das suas cláusulas;

b) determinar que o próprio Serviço, em colaboração com os órgãos técnicos do Ministério, se encarregue dessa exploração, na qual serão utilizado preferentemente o elemento indígena, em cujo benefício deverá reverter a renda decorrente dessa exploração.

Em, 20 de abril de 1956

Ass. Ernesto Dornelas

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios

130
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

Senhor Diretor:

O encerramento definitivo, em cada exercício, das operações pertencentes ao Patrimônio Indígena, ocorre, invariavelmente, com vários meses de atraso, face à tardia chegada, na Diretoria, dos expedientes respectivos, pertencentes à maioria das unidades administrativas, localizadas no interior. Como se sabe, existe uma quantidade considerável de Postos Indígenas, situada nos sertões brasileiros, onde é muito difícil o intercâmbio administrativo, provocando, assim, o retardamento das operações de balanço.

Em consequência, não foi possível, até aqui, promover o encerramento das contas de resultado, no exercício de 1962, o que está dependendo da contabilização dos últimos meses do referido exercício.

Em 9 de maio de 1963.

Walter Velloso

WALTER VELLOSO
RESP. P/ EXPEDIENTE -SOA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.960 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

R E S U M O

DIRETORIA

Juros Cr\$ 564,90

PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	45.630,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	92.000,00	
Pecuária	Cr\$	1.804.550,00	
Eventuais	Cr\$	20.000,00	1.962.180,00

SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$	265.865,00	
Produtos Agrícolas	Cr\$	19.820,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	443.938,60	
Pecuária	Cr\$	157.120,00	
Eventuais	Cr\$	200.000,00	1.086.743,60

TERCEIRA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	13.721,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	4.937,00	
Produtos Origem Animal	Cr\$	150,00	
Produtos Industriais	Cr\$	2.400,00	
Pecuária	Cr\$	130.000,00	
Eventuais	Cr\$	14.961,00	166.169,00

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	30.100,00	
Produtos Industriais	Cr\$	15.000,00	
Arrendamentos	Cr\$	340.257,50	
Eventuais	Cr\$	6.000,00	391.357,50

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$	74.685,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	292.494,00	
Produtos Industriais	Cr\$	21.150,00	
Pecuária	Cr\$	3.084.000,00	3.472.329,00

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Pecuária	Cr\$	3.044.000,00	
Eventuais	Cr\$	580.000,00	3.624.000,00

Continua Cr\$ 10.703.344,00

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

EXERCÍCIO DE 1.960 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 10.703.344,00

SETIMA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Agrícolas	Cr\$ 1.504.340,00	
Pecuária	Cr\$ 325.000,00	
Arrendamentos	Cr\$ 325.847,50	
Eventuais	Cr\$ 115.050,00	2.270.237,50

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

Caça e Pesca	Cr\$ 6.000,00	
Produtos Agrícolas	Cr\$ 27.440,00	
Produtos Extrativos	Cr\$ 141.775,00	
Produtos Industriais	Cr\$ 2.550,00	
Pecuária	Cr\$ 35.785,00	
Arrendamentos	Cr\$ 9.155,00	
Eventuais	Cr\$ 11.680,00	234.385,00

NONA INSPETORIA REGIONAL

Produtos Extrativos	Cr\$ 132.005,00
- Total da Receita	Cr\$ 13.339.971,50

133
144
me
208

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.961 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDIGENA

PRIMEIRA INSPETORIA REGIONAL

Sede

Arrendamentos Cr\$ 22.000,00

Pôsto Indígena São Marcos

Pecuária Cr\$ 6.000,00

Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues

Pecuária Cr\$ 206.700,00

Pôsto Indígena Lobo d'Almada

Caça e Pesca Cr\$ 17.900,00
Produtos Industriais Cr\$ 2.100,00 20.000,00

Pôsto Indígena Waupés

Produtos Extrativos Cr\$ 20.000,00

Pôsto Indígena Jatapu

Caça e Pesca Cr\$ 19.000,00
Produtos Extrativos Cr\$ 90.000,00 109.000,00

Pôsto Indígena Ajuricaba

Caça e Pesca Cr\$ 25.000,00

SEGUNDA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Pucuruí

Produtos Agrícolas Cr\$ 10.000,00
Produtos Extrativos Cr\$ 22.000,00
Produtos Industriais Cr\$ 35.260,00 67.260,00

Pôsto Indígena Pedro Dantas

Caça e Pesca Cr\$ 113.670,00
Produtos Extrativos Cr\$ 9.500,00 123.170,00

Pôsto Indígena Trocará

Caça e Pesca Cr\$ 1.420,00
Produtos Extrativos Cr\$ 25.500,00
Produtos Industriais Cr\$ 15.120,00 42.040,00

Pôsto Indígena Gavião

Produtos Agrícolas Cr\$ 9.000,00
Produtos Extrativos Cr\$ 20.000,00
Pecuária Cr\$ 9.350,00 38.350,00

Pôsto Indígena Kokraimôro

Produtos Extrativos Cr\$ 193.360,00

Continua Cr\$ 872.880,00

139 145
me

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.961 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$ 872.880,00

TERCEIRA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Barra do Corda

Produtos Agrícolas	Cr\$ 62.472,00	
Pecuária	Cr\$ 4.080,00	66.552,00

Pôsto Indígena Gonçalves Dias

Produtos Agrícolas	Cr\$ 10.105,00	
Produtos Extrativos	Cr\$ 115.208,00	
Pecuária	Cr\$ 11.200,00	136.513,00

Pôsto Indígena Manoel Rabelo

Produtos Agrícolas	Cr\$	13.000,00
--------------------------	------	-----------

Pôsto Indígena Arariboia

Produtos Agrícolas	Cr\$	15.500,00
--------------------------	------	-----------

QUARTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena General Dantas Barreto

Arrendamentos	Cr\$	372.099,70
---------------------	------	------------

Pôsto Indígena Nísia Brasileira

Produtos Agrícolas	Cr\$ 140.800,00	
Arrendamentos	Cr\$ 600,00	
Eventuais	Cr\$ 1.800,00	143.200,00

Pôsto Indígena Xucuru

Produtos Agrícolas	Cr\$	12.600,00
--------------------------	------	-----------

Pôsto Indígena Caramuru-Paraguaçu

Arrendamentos	Cr\$	635.147,50
---------------------	------	------------

Pôsto Indígena Engº Mariano de Oliveira

Arrendamentos	Cr\$	43.040,00
---------------------	------	-----------

QUINTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Kenkrá

Produtos Agrícolas	Cr\$	119.180,00
--------------------------	------	------------

Pôsto Indígena Vanuire

Produtos Agrícolas	Cr\$	427.300,00
--------------------------	------	------------

Continua	Cr\$	2.857.012,20
----------------	------	--------------

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.961 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação Cr\$

2.857.012,20

SEXTA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Fraternidade Indígena

Produtos Agrícolas	Cr\$	34.450,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	51.915,00	
Eventuais	Cr\$	54.600,00	140.965,00

SÉTIMA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Paulino de Almeida

Produtos Agrícolas	Cr\$		826.024,00
--------------------------	------	--	------------

Pôsto Indígena Nonoai

Produtos Agrícolas	Cr\$	62.240,00	
Pecuária	Cr\$	30.000,00	92.240,00

Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos

Produtos Agrícolas	Cr\$		113.890,00
--------------------------	------	--	------------

Pôsto Indígena Dr. Xavier da Silva

Arrendamentos	Cr\$		36.000,00
---------------------	------	--	-----------

Pôsto Indígena José Maria de Paula

Arrendamentos	Cr\$		185.770,00
---------------------	------	--	------------

Pôsto Indígena Duque de Caxias

Produtos Agrícolas	Cr\$	65.900,00	
Arrendamentos	Cr\$	48.000,00	113.900,00

Pôsto Indígena Guariata

Produtos Agrícolas	Cr\$	1.135.565,00	
Arrendamentos	Cr\$	30.000,00	1.165.565,00

OITAVA INSPETORIA REGIONAL

Pôsto Indígena Getúlio Vargas

Pecuária	Cr\$		741.370,00
----------------	------	--	------------

Pôsto Indígena Apinajé

Produtos Agrícolas	Cr\$	6.000,00	
Produtos Extrativos	Cr\$	143.867,00	
Produtos Industriais	Cr\$	5.800,00	155.667,00

Pôsto Indígena Antônio Estigarribia

Pecuária	Cr\$	24.500,00	
Arrendamentos	Cr\$	26.900,00	51.400,00

Continua Cr\$

6.479.803,20

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

EXERCÍCIO DE 1.961 - RENDAS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Continuação	Cr\$		6.479.803,20
<u>Pôsto Indígena Pedro Ludovico</u>			
Produtos Agrícolas	Cr\$		1.530,00
<u>Pôsto Indígena Pimentel Barbosa</u>			
Pecuária	Cr\$		333.000,00
<u>NONA INSPETORIA REGIONAL</u>			
<u>Pôsto Indígena Major Amarante</u>			
Produtos Agrícolas	Cr\$	-----	
Produtos Extrativos	Cr\$		282.995,00
<u>Pôsto Indígena Dr. Tanajura</u>			
Produtos Extrativos	Cr\$		92.510,00
<u>Pôsto Indígena Cleardo Franco</u>			
Produtos Extrativos,	Cr\$	263.600,00	
Pecuária	Cr\$	2.400,00	266.000,00
- Total da Receita	Cr\$		7.455.803,20



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of.nº 336

LIDO EM ATA DA 6.ª REUNIÃO
REALIZADA EM 14/5/63

Em 9 de maio de 1963

Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

AO Exmº Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Assunto : Informações (presta)

Senhor Presidente:

Em atenção ao pedido formulado pelo Exmº Sennor Deputa do Relator, inquirido sôbre passagens que teriam sido requisitadas por pessoas extranhas ao SPI, tenno a honra de esclarecer a V.Exª:

a). As requisições são assinadas pelo Diretor, que subscreve êste documento;

b). destinam-se a alunos do Instituto Evangélico de Jacutinga os quais, aproveitando férias escolares, e mediante solicitação legal, obtiveram autorização desta Direção para visitar os Postos Indígenas sediados nas 5ª e 7ª Inspetorias Regionais;

c). Importa esclarecer a V.Exª que êsse Instituto forma Missionários para o trabalho entre os silvícolas, contribuindo dessa forma com inapreciável parcela de laborioso desvêlo em proveito de nossos aborígenes; Fizeram parte da expedição que visitou os Postos, além de dentista, diversos outros especialistas e assistentes sociais, cujo trabalho muito ajudou ao índio;

d). constam das requisições os seguintes nomes: Nair Minetoma, Laudicina A. Oliveira, Luiz Puccio, Assis Militão, Maria Eli Militão, Silvio Monteiro, Hazel Bathke, Paulo dos Santos, Maria da Penha, Neli de Oliveira e Friedrich Karl Scharf;

e). as passagens foram requisitadas às seguintes emprêsas e seus custos são os seguintes:

Estrada de Ferro Sorocabana, Cr\$ 16.863,00 - Estrada de Ferro Central do Brasil, Cr\$ 11.984,00 - Rede Ferroviária Federal SA, Cr\$ 3.776,00 - Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Cr\$ 27.166,00;

f). Finalmente devo esclarecer a V.Exª que, embora não se trate de funcionários - e nas requisições consta, expressamente que se trata de alunos do Instituto Evangélico de Jacutinga, em viagem de estudos - esta Direção, pelas razões acima referidas, julga-se credenciada, como Diretor do Serviço, a formular tal requisi-ção.

136
Cite B. 2 -
g). Se incorremos em falha administrativa, fique claro
~~que tal deveu-se à ignorância da lei específica e não a pronósi-~~
~~tos jurídicos.~~

Valno-me da oportunidade para apresentar a V.Ex^a os
protestos de estima e distinta consideração.

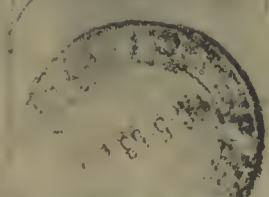
Moacyr Ribeiro Coelho
Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor
Justo

DEPARTAMENTO DOS TELEGRAMAS

TELEGRAMA

OF DEPUTADO VALERIO CALDAS MAGALHAES
CAM DOS DEP PCA DOS TRES PODERES BRASILIADF

152
fm



< G274 DE R10085834 138 7 NIL <

14/5/63
Rup
Wieg
Muy

INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE
COM ESSA PROVIDENCIA AUXILIARA O DEPARTAMENTO NA
ENTREGA DOS TELEGRAMAS. LIDO EM ATA DA REUNIAO
REALIZADA EM 14/5/63

< N 9 CIENTE DE QUE VOSSA EXCELENCIA PRESIDE COMISSAO PARLAMENTAR
INQUERITO FIM APURAR IRREGULARIDADES SERVICO PROTECAO INDIOS VG PERMITA
SUGERIR LHE SEJA REQUISITADO PELA COMISSAO VG DA DIRETORIA EXPEDIENTE
PROVIDENCIA REPUBLICA VG PROCESSO NUMERO PR VINTE E DOIS MIL VG SETECENTOS
E CINQUENTA E CINCO VG BARRA SESSENTA E UM VG QUE ENCONTRA SE ARQUIVADO
DESDE VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E UM PT ESSE
PROCESSO CONTEM DOCUMENTACAO QUE DEVERIA SER EXAMINADA PT CASO CONCORDE PECO
SEU ENDERECO PARA REMETER MATERIAL RELACIONADO ASSUNTO VG UMA VEZ MEU ESTADO
SAUDE NAO PERMITE IR BRASILIA COMO MEU DESEJO E NO INTERESSE MAIOR DO DESGRACADO
PT CDS SDS JOSE MARIA GAMA MALCHER SECRETARIO CONSELHO NACIONAL PROTECAO
INDIOS < < PT <

134
OK

140 157
mi

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURE-
R E ELIMINAR O ABUSO DE PODERES, EM ESPECIAL AOS IN-
DIOS

SESSÃO Nº 136, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1963.

No quinze corrente do dia quatozo de maio de mil novecentos e ses-
enta e três, a Comissão de Saúde, com a presença dos Senho-
res Celso de Alencar, Relator, Antonio Presolin e Acadir Mamed, reuniu-se,
sob a presidência do Senhor Valério Aguiar, a Comissão Parlamen-
tar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos
Índios, para ouvir o depoimento de Sr. José Fernando da Cruz, ex-
chefe da 1ª Inspeção de Campo Grande, Mato Grosso, e
da 1ª Inspeção de Manaus, Amazonas. Estêve presente o Sr.
José Maria Lima Salcher, Secretário do Conselho Nacional de
Proteção aos Índios. Ata: Lida, aprovada e assinada a
ata da sessão anterior. Examinados: Foi lido o anexo aos autos: em 9/5/
63, o Senhor Celso de Alencar, Relator, em 7/5/63, do Ser-
vício de Proteção aos Índios; e o Ofício nº 336, de 2/5/63, encaminhado
por aquele Serviço, informando sobre passagens que teriam sido requisi-
tadas por bases estrangeiras ao S.P.I.; e nesta data: telegrama do Sr.
José Fernando da Cruz, solicitando ao Senhor Presidente deste órgão pa-
ra ser ouvido; telegrama do Sr. José Maria Lima Salcher, Secretário do
Conselho Nacional de Proteção aos Índios, sugerindo à presidência des-
ta Comissão Parlamentar de Inquérito seja requisitado da Diretoria do
Expediente da Presidência da República, o Processo nº 22.755/61, por
constar documento que deveria ser examinado por esta Comissão; Ofí-
cio nº 336, de 2/5/63, remetido ao Sr. Diretor do Expediente da Presi-
dência da República, solicitando seja encaminhado à CRI, para exame e
posterior devolução, o Processo nº 22.755/61; e telegrama enviado nes-
te dia, ao Sr. José Maria Lima Salcher, Secretário do Conselho Naci-
onal de Proteção aos Índios, informando ter sido requisitado o pro-
cesso sendo referido. O Senhor Relator informou aos Senhores Mem-
bros, que o Senhor Celso de Alencar, Relator, será convocado em época próxima,
no dia seguinte, para se apresentar em Brasília, aproveitou pa-
ra avisá-lo o Senhor Celso de Alencar, Relator, o motivo da reunião de hoje. Informou, ain-
da, o Senhor Presidente, que na próxima quinta-feira, às quinze horas,
será levada a efeito outra reunião, a fim de ser traçado o roteiro pa-
ra a Comissão deslocar-se às várias regiões, onde se fizer necessária a
verificação "in loco" das irregularidades trazidas ao conhecimento da
CRI, encarecendo, por esse motivo, a seus membros, que preparem os subsí-
dios necessários. Com a palavra o Senhor Relator informou que o Ofí-
cio nº 336, enviado pelo S.P.I. não satisfaz quanto as respostas dadas

14/ 15/

COMISSÃO PARLAMENTAR DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

REUNIÃO Nº 10, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1963.

Às quinze horas de quatorze de maio de mil novecentos e sessenta e três, a Comissão de Saúde, com a presença dos Senhores Celso Amorim, Relator, Antônio Bresolin e Jacid Mamed, reuniu-se, sob a presidência do Senador Valério Magalhães, a Comissão Parlamentar de Proteção aos Índios para ouvir o depoimento do Sr. José Fernando de Cruz, na qualidade de ex-chefe da 5ª Inspeção de Campo Grande, Mato Grosso, e atual chefe da 14ª Inspeção em Manaus, Amazonas. Estêve presente aos trabalhos o Senador Cláudio Garcia. ATA: Lida, aprovada e assinada a ata da reunião anterior. EXPOSIÇÃO: Foi mandado anexar aos autos: em 9/5/63, as informações complementares ao Ofício nº 311, de 7/5/63, do Serviço de Proteção aos Índios; e o Ofício nº 336, de 9/5/63, encaminhado por aquele Serviço, informando sobre passagens que teriam sido requisitadas por esse Serviço ao S.P.I.; e nesta data: telefonema do Sr. José Fernando de Cruz, solicitando ao Senhor Presidente deste Órgão par ser ouvido; telefonema do Sr. José Maria Gama Malcher, Secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, sugerindo à presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito seja requisitado da Diretoria do Expediente da Presidência da República, o Processo nº 22.755/61, por conter documentação que deveria ser examinada por esta Comissão; Ofício nº 6, desta data, remetido ao Sr. Diretor do Expediente da Presidência da República, solicitando seja encaminhado à CPI, para exame e posterior devolução, o Processo nº 22.755/61; e telegrama enviado nesta data, ao Sr. José Maria Gama Malcher, Secretário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, informando ter sido remissado o processo supra referido. O Senhor Presidente informou aos Senhores Membros, que o Senador Garcia deveria ser convocado em época próxima, no momento em que se achava de passagem por Brasília, aproveitou para ouvi-lo de imediato, daí o motivo da reunião de hoje. Informou, ainda, o Senhor Presidente, que na próxima quinta-feira, às quinze horas, será levada a efeito outra reunião, a fim de ser traçado o roteiro para a Comissão deslocar-se às várias regiões, onde se fizer necessária a verificação "in loco" das irregularidades trazidas ao conhecimento da CPI, encerrando, por esse motivo, a sessão, que preparem os subsídios para o trabalho. Com a palavra o Senhor Relator informou que o Ofício nº 336, enviado pelo S.P.I. não satisfaz quanto as respostas dadas

145
162
Fu

caso se torne necessário, convocá-lo novamente. O depoente agradecendo a atenção que lhe foi dispensada, obteve licença do Sr. Presidente para ler a "Carta" do Sr. II do Regimento do S.P.I., quanto às competências das Inspetorias, por se tratar de matéria relevante como complemento de seus depoimentos, e aproveitando a oportunidade para entregar à C.I.I., não só o referido artigo do Regimento, como, ainda, recortes de jornais, com reportagens sobre a Inspeção Regional do S.P.I., que serão anexadas ao processo. Deixando o Depoente feito menção e lido o artigo da "Carta" dirigido ao Presidente da República pelo Sr. Cel. Celso de Almeida, de São Paulo, sobre projeto de reorganização do S.P.I., ficou deliberada a requisição desse documento ao S.P.I., para que este o libere, uma vez que é um documento referente ao seu serviço. Será junto, também, nesta data, por ordem do Sr. Presidente, o artigo do jornal "Folha de São Paulo", sem data, com notícia sobre o depoimento prestado nest. GPI, pelo Cel. Oscar de Almeida, também pelo Sr. Relator. O depoimento e as indicações feitas por este Relator, gravados em parte e, serão, deois de traduzidos, juntados aos autos do processo. Ainda durante a sessão, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 13 horas, deixando os Relatores de fora para a reunião de amanhã, às 15 horas, para se tratar de o roteiro da C.I. na visita que fará às regiões fronteiriças. E, para constar, eu Spaura Teixeira LAURA Spaura Teixeira presente at. do, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Valério Aguiar

FUEL. DOU DE 187 5 163
2451 4: COL.



Documento entregue pelo

Sr. João Fernando da Cruz
Em reunião de 15/5/1933

146
164
15/5/63
Moacir Coelho

Ação moralizadora do Diretor do Serviço Na- cional de Proteção aos Índios, põe em pulverosa corrup- tos e corruptores da 5.a I.R. em nossa cidade

O reinado da irrespon-
sabilidade funcional no S.P.I.
chegou ao seu término. Os
enriquecimentos fáceis a
custa do aviltamento de
nossos indígenas, do pecu-
lato, são hoje impraticáveis
no S.P.I. Tudo isto deve-
se a orientação corajoso e

patriótica que vem impondo
nesse setor de atividade
pública, o Sr. Cel. Moacir
Ribeiro Coelho, seu atual
Diretor. Entretanto, as co-
nhecidas «forças ocultas»
da corrupção, lutam por

[Conclui na 6.a página]



197
165
Juntado aos autos
Brasília, 15/11/63
Presidente
BGF

ção moralizadora do Diretor . . .

(Conclusão da 1.ª página)

Intervenção de seus representantes, deputados e demais pessoas influentes, para afastarem do cargo o Sr. Cel. Moacir Ribeiro Coelho e seus auxiliares inescrupulosos que se uniram na defesa da decência e da moral.

A expropriação

O S.P.I. foi até bem pouco, um avanço para o civilizado. Com a desgraça dos indígenas, protegiam-se os máus servidores públicos da repartição. Nenhuma assistência, prática emprestada às tribus. Viviam os selvagens abandonados à sua própria sorte, roubando em seus direitos. Suas terras, em parcelas, de magias eram arrendadas aos pecuaristas e em toda a reserva da caça proibida a entrada dos índios. Quando vazão aos seus instintos bastiais, os lombrosos do S.P.I. e outros, infelicitavam os pobres das índias, sem que qualquer autoridade tomasse uma providência. O trabalho escravo, a exploração desumana

e mesmo atrocidades eram cometidas por vários Encarregados de Postos contra os indígenas que se rebelavam diante das arbitrariedades cometidas por seus pretensos protetores.

Mas, não era somente isso que se praticavam na 5.ª I.R. O desvio de verbas, os funcionários «fantasmas», a venda da produção agrícola e pecuária, tudo era feito em benefício da meia dúzia de funcionários e peculatórios.

Fim do Reinado da corrupção

Campo Grande, por indicação do sr. Cel. Moacir Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, foi nomeado o Sr. José Fernando Cruz, disposto a moralizar o Serviço e a realizar o efetivo trabalho da Repartição.

A ação serena porém enérgica do I.R. José Fernando Cruz não foi recebida com agrado pelos funcionários falto-

so que passaram agitados nos bastidores políticos para a retirada do Chefe excessivamente enérgico, como o denominaram.

Acontece que o I.R. Fernando Cruz, dinamizando seu setor, visitou todas as aldeias inteirando-se do que ali realmente existia, o que vinha ocorrendo, para em Relatório, comunicou a Direção Nacional do S.P.I.

Para termos uma vaga idéia do que ocorria nessa Repartição, em menos de um ano, o I.R. Fernando Cruz já arrecadou para mais de DEZ MILHÕES de cruzeiros, empregando-os em benefício da comunidade indígena, enquanto seus antecessores não registraram a décima parte da Receita ora obtida. Entretanto, muita gente está rica, bem de vida, possuindo patrimônio cujo valor ascende a centenas de vezes os salários anuais que recebiam

Os Principais implicados

Em um esforço de reportagem, conseguimos apurar que estão envolvidos como principais acusados os seguintes funcionários: Erico Sampalo, José Mangenot (pai e filho), Pantaleão Barbosa de Oliveira, Alcebades Martins Ferreira e seus filhos Arinos, Alberto e Armindo, Leonardo Corrêa da Rocha.

Segundo conseguimos apurar aliada, os implicados que estão respondendo ao Inquerito Administrativo, diante das provas irrefutáveis de acusação, tentam intimidar não somente índios, como funcionários honestos, com ameaças de morte, como se tratasse de homens pusilânimes e são conscientes de suas obrigações.

1948
178
m

Documento entregue pelo

Sr. _____

Em reunião de _____ / _____ / 193 _____

Ministério da Agricultura

REGIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

* * *

Aprovado pelo Decreto nº 10.652,
de 16-10-42 e modificado pe-
los Decretos nº 12.318, de
27-4-43 e nº 17.684, de
26-1-45.

*Paulo de
Fonseca
5-1-63*

* * *

- 1 9 4 7 -



149 172
m

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Artº 1º - O Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), reorganizado no Ministério da Agricultura, pelos Decretos-leis Nos. 1.736, de 3 de novembro de 1939 e 1.886, de 15 de dezembro de 1939, tem a sua sede na Capital Federal, é diretamente subordinado ao Ministro da Agricultura e tem por fim:

- a) - prestar ao índio proteção e assistência, amparando-lhe a vida, a liberdade e propriedade, defendendo-o do extermínio, resguardando-o da opressão e da espoliação, bem como abrigando-o da miséria, educando-o e instruindo-o, quer viva aldeado, em tribos, ou promiscuamente, com civilizados;
- b) - garantir a efetividade da posse das terras ocupadas pelo índio;

- c) - utilizar os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam as terras do índio;
- d) - conservar e fazer respeitar a organização interna das tribos, sua independência, seus hábitos, línguas e instituições, não intervindo para alterá-los, a não ser que ofendam a moral ou prejudiquem os interesses do índio ou de terceiros;
- e) - promover a punição dos crimes que se cometerem contra o índio;
- f) - garantir o respeito à família indígena, promovendo a punição dos que as violarem ou tentarem violar;
- g) - procurar estabelecer a paz entre as tribos, impedindo hostilidades entre as mesmas;
- h) - dar ao índio ensinamentos úteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, inculcar-lhe a ideia de que faz parte da nação brasileira e,

150
180
fm

ao mesmo tempo, prestigiar as suas próprias tradições e manter nêle, bem vivo, o orgulho de sua raça e de sua tribo;

- i) - criar um ambiente de respeito recíproco entre o índio e o civilizado;
- j) - exercer sobre o índio, de qualquer categoria, na forma da legislação vigente, a tutela que lhe deve ser prestada pelo Estado, zelando pela preservação, conservação e desenvolvimento do seu patrimônio;
- l) - envidar esforços por melhorar as condições materiais da vida indígena, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais;
- m) - promover, em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou quaisquer outras fontes de rendimento, relacionadas com o patrimônio indígena ou dêle provenientes no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribos;

- n) - efetuar o levantamento da estatística geral das populações indígenas e dar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios cooperação no estudo e investigação das origens, ritos, tradições, hábitos, línguas e costumes do índio brasileiro;
- o) - estudar as regiões onde houver tribos, do ponto de vista geográfico e econômico e fazer a demarcação das terras pertencentes ao índio, conforme determina o artigo 154 da Constituição;
- p) - criar postos, visando atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias.

Parágrafo único - Para pleno desempenho de suas finalidades poderá o S.P.I. requisitar das autoridades federais, estaduais e municipais auxílios que se tornarem necessários, inclusive forças militares, para manutenção da ordem ou captura de quem cometerem delitos contra o índio ou sua propriedade.

151
181
[Handwritten signatures and initials]

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Artº 2º - O S.P.I. compreende, na sede:

Seção de Estudos (S.E.)

Seção de Orientação e Assistência
(S.O.A.)

Seção de Administração (S.A.)

e no território nacional:

Inspetorias Regionais (I.R.)

Postos Indígenas (P.I.)

Artº 3º - As I.R. serão em número de 9 assim discriminadas:

- 1ª Inspeção Regional (I.R. 1) com sede em Manaus (Amazonas) e jurisdição sobre o Estado do Amazonas e Territórios do Acre e do Rio Branco;
- 2ª Inspeção Regional (I.R. 2), com sede em Belém (Pará) e jurisdição sobre o Estado do Pará e parte do Estado do Maranhão e Território Federal do Amapá;
- 3ª Inspeção Regional (I.R. 3), com sede em São Luiz (Maranhão) e jurisdição sobre parte do Estado do Maranhão;
- 4ª Inspeção Regional (I.R. 4), com sede em Recife (Pernambuco) e jurisdição sobre os Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais;
- 5ª Inspeção Regional (I.R. 5), com sede em Campo Grande (Mato Grosso) e jurisdição sobre o Estado de São Paulo e Sul de Mato Grosso;

- 6ª Inspeção Regional (I.R. 6), com sede em Cuiabá (Mato Grosso) e jurisdição sobre o centro e norte do Estado de Mato Grosso e Território Federal de Ponta Porã;
- 7ª Inspeção Regional (I.R. 7), com sede em Curitiba (Paraná) e jurisdição sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Território Federal do Iguaçu;
- 8ª Inspeção Regional (I.R. 8), com sede em Goiânia (Goiás) e jurisdição sobre o Estado de Goiás e sudeste do Estado do Pará;
- 9ª Inspeção Regional (I.R. 9), com sede em Porto Velho (Território Federal do Guaporé) e jurisdição sobre o Território Federal do Guaporé.

Artº 4º - Além dos Postos Indígenas já existentes, o diretor do S. I. poderá instituir outros em zonas onde se faça sentir a necessidade de assistência ao índio.

Parágrafo único - Os Postos Indígenas existentes e os que vierem a ser instituídos poderão deslocar-se de um ponto para outro, por determinação do diretor do S.P.I.

Artº 5º - O diretor do S.P.I. terá um secretário por êle designado.

Artº 6º - As Seções serão chefiadas por funcionários designados pelo diretor do S.P.I. ou por extranumerários especialmente admitidos para tais funções.

Artº 7º - As Inspetorias Regionais serão chefiadas, mediante designação do diretor do S.P.I., por funcionários ou extranumerários especialmente admitidos para tais funções e os Postos Indígenas terão encarregados, também designados pelo diretor.

153 183
m

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Artº 8º - À S.E. compete:

- a) - estudar, sob o ponto de vista geográfico e econômico, as regiões habitadas por índios e fazer levantamento estatísticos das populações indígenas, classificando-as por agrupamentos linguísticos ou culturais, bem como pela respectiva distribuição pelos Postos;
- b) - realizar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos;

- c) - realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, não só para documentação como para estudos etnográficos;
- d) - cooperar com o Museu Nacional nos estudos etnográficos;
- e) - estudar e solucionar questões relativas a terras do índio;
- f) - estudar, permanentemente o processo de assistência ao índio;
- g) - estudar e projetar o tipo de habitação a ser construída para o índio;
- h) - manter um museu na sede e mostruários nas Inspetorias com artefatos, filmes cinematográficos, gravações sonoras e documentação fotográfica sobre o índio e sobre as realizações que em seu benefício sejam levadas a efeito pelo I.P.I.;
- i) - promover a divulgação de filmes as-

aspectos da vida indígena através de conferências ilustradas e exposições, despertando o interesse do público pelo índio;

- j) - cooperar com as universidades e colégios, fornecendo documentação e material ilustrativo para ensino;
- l) - guardar e conservar livros, mapas e publicações, mantendo os registros e catálogos necessários;
- m) - manter arquivo de projetos ou plantas de construção de casas para índios, estradas, pontes e outras obras executadas.

Artº 9º - À S.O.A. compete:

- a) - orientar, coordenar e fiscalizar todos os trabalhos de assistência ao índio, a cargo das Inspetorias, bem como os serviços especiais, extraordinários e obras que se levarem a efeito em benefício dele;

154
184
mu

- b) - elaborar, anualmente, o programa de trabalhos da Seção;
- c) - estudar e justificar medidas tendentes à criação de Inspetorias e Postos, bem como a respectiva mudança de séde;
- d) - promover a construção de estradas ligando as tribos aos centros de consumo e a outros de interesse econômico;
- e) - propor ao diretor, mediante requisição do Chefe de Inspetoria competente, o recolhimento a colônia disciplinar ou, na sua falta ao Posto Indígena designado pelo diretor, e pelo tempo que este determinar nunca excedente a 5 anos, de índio que, por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, fôr considerado prejudicial à comunidade indígena a que pertencer, ou, mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas;
- f) - organizar os inventários do patrimônio indígena e efetuar a escrituração dos bens que o constituem;

- g) - fiscalizar o emprêgo das rendas do patrimônio indígena;
- h) - efetuar o levantamento e registro de todos os Postos que produzem renda proveniente de lavoura, criação, indústria extrativa ou exploração do subsolo, bem como o de outros proventos oriundos de fontes diversas a que constituem o patrimônio do índio, a fim, de que seja efetuada a respectiva contabilização e contrôle de sua aplicação;
- i) - promover, em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimentos relacionadas com o patrimônio indígena ou d'ele provenientes no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribos;
- j) - publicar o Boletim do S.P.I.

Artº.10 - À S.A. compete:

- a) - receber, registrar, distribuir e arquivar papéis recebidos e expedir a correspondência da Repartição;
- b) - prestar informações sobre o andamento de papéis;
- c) - zelar pela guarda, conservação e asseio do edifício;
- d) - promover a aquisição do material especializado, necessário a sede do S. P.I., bem como a do que fôr destinado ao Serviço nos Estados que deva ser adquirido nesta Capital;
- e) - manter um registro e controle do material adquirido na sede do S.P.I. e destinado às Inspetorias e Postos;
- f) - manter um registro e controle de todo o material adquirido pelas Inspetorias e Postos, tendo em vista os documentos de despesas efetuadas à conta

dos sub-adiantamentos feitos aos chefes de Inspetorias e encarregados de Postos;

- g) - estipular os períodos em que as Inspetorias e Postos deverão remeter, para o devido controle, os mapas demonstrativos de carga e descarga do material e semoventes, para o registro de que trata a alínea f;
- h) - zelar pela guarda e conservação do material;
- i) - organizar os inventários e efetuar a escrituração dos bens do patrimônio nacional;
- j) - fiscalizar, nos Estados, a gestão do patrimônio nacional, a cargo do S.P.I.;
- l) - atender as despesas miúdas de pronto pagamento;
- m) - manter a escrituração dos adiantamentos recebidos que forem efetuadas por conta dos créditos distribuídos ao S. P.I.;

- n) - controlar a aplicação dos suprimentos distribuídos às dependências do S.P.I. nos Estados exigindo as respectivas prestações de contas, nos prazos fixados pelo responsável pelos adiantamentos, propondo ao diretor a apuração de responsabilidades e aplicação, em cada caso, das penalidades cominadas pela legislação em vigor, quando a apresentação de tais prestações, à Seção, não fôr feita nos prazos determinados;
- o) - organizar o fichário do pessoal;
- p) - remeter à Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, todos os dados que digam respeito aos servidores do S.P.I.;
- q) - organizar a proposta orçamentária do S.P.I., tendo em vista o programa anual de trabalho;

Parágrafo único - A S.A. observará as normas e métodos de trabalho prescritos pelo Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Artº 11 - Às I.R. compete:

- a) - executar ou fazer executar, por intermédio dos Postos, as medidas de proteção, assistência e educação do índio, amparando-lhe a vida, a liberdade e propriedade, defendendo-o do extermínio, na conformidade das instruções que forem expedidas pelo diretor;
- b) - atrair e pacificar, por intermédio dos postos, o índio que viver em estado selvagem;
- c) - fazer exercer vigilância sobre os sertões ou terras fronteiras habitadas por índio;
- d) - zelar pelo rigoroso cumprimento das medidas de assistência a cargo dos Postos sob sua jurisdição;

- e) - superintender os serviços dos Postos;
- f) - manter em dia a escrituração dos suprimientos de numerário recebido, despesas e pagamentos efetuados;
- g) - proceder ao inventário, registo e escrituração dos bens pertencentes ao patrimônio nacional e do índio, existentes nas respectivas sédes, e zelar para que igual escrituração seja feita e se mantenha em dia nos Postos Indígenas sob sua jurisdição;
- h) - fazer à S.O.A. quando fôr necessário a requisição de que trata a alínea e do artigo 9º.

Artº 12 - Aos Postos Indígenas compete:

- a) - atrair as tribos arredias ou hostís, impedindo hostilidades entre as mesmas e estabelecendo entre elas relações amistosas;

- b) - conservar e fazer respeitar a organização interna das tribos, sua independência, seus hábitos, línguas e instituições, não intervindo para alterá-los, a não ser que ofendam a moral ou prejudiquem os interesses do índio ou de terceiro;
- c) - exercer sobre o índio, de qualquer categoria, na forma da legislação vigente, a tutela que lhe deve ser prestada pelo Estado, resguardando-o da opressão e da espoliação;
- d) - criar um ambiente de respeito recíproco entre o índio e o civilizado;
- e) - não permitir violência contra o índio, promovendo a punição dos crimes que se cometerem contra ele, garantindo o respeito à família indígena e promovendo a punição dos que violarem ou tentarem violar;

- f) - garantir a efetividade da posse das terras ocupadas pelo índio, impedindo, pelos meios legais e policiais ao seu alcance, que as populações civilizadas ataquem-no ou invadam suas terras, e comunicando às autoridades os fatos dessa natureza que ocorrerem;
- g) - fiscalizar a entrada, para o sertão, de pessoas estranhas ao serviço e velar pela fronteira próxima, de acordo com as instruções que lhes forem expedidas;
- h) - informar à I.R. das ocorrências extraordinárias ou imprevistas;
- i) - executar, rigorosamente, as instruções baixadas pela I.R. ou diretamente pelo diretor;
- j) - zelar pela preservação e conservação do material e demais bens do patrimônio nacional e do índio, con-

159 189
4/10/00
confiados à sua guarda, mantendo em dia a sua escrituração e prestando contas ao Chefe da Inspetoria, da respectiva gestão e dos suprimentos recebidos, ou ao diretor, quando pelo mesmo tenham sido feitos os aludidos suprimentos;

- l) - proceder a demarcação das terras pertencentes ao índio, conforme determina o artigo 154 da Constituição;
- m) - manter escolas para o índio;
- n) - dar ao índio ensinamentos úteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, incutir-lhe a idéia de que faz parte da nação brasileira e, ao mesmo tempo prestigiar as suas próprias tradições e manter nele, bem vivo, o orgulho de sua raça e de sua tribo;
- o) - prestar ao índio assistência sanitária, fazendo-lhe observar práticas higiênicas;

- p) - conduzir o índio ao trabalho por meios persuasivos;
- q) - combater o nomadismo e fixar as tribos, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais e assegurando, pelo incremento das mesmas e da pecuária, uma base sólida à vida econômica do índio;
- r) - manter trabalho e instituições de lavoura e pecuária em grau condizente com o nível do índio, aperfeiçoando a técnica, à medida que o índio fôr evoluindo socialmente;
- s) - envidar esforços para melhorar as condições materiais da vida indígena, fornecendo ao índio, quando fôr necessário, roupas, alimentação, instrumentos de trabalho, sementes, animais e outros recursos;

- t) - incentivar a construção de casas para o índio, empregando-o. persuasivamente, nesse mistér;
- u) - manter o índio da fronteira dentro do nosso território.

Parágrafo único - As atividades enumeradas neste artigo serão atribuídas aos Postos Indígenas, conforme sua importância, mediante instruções expedidas pelo diretor do S.P.I.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E EXTRANUMERÁRIOS

Artº 13 - Ao Diretor incumbe:

- a) - coordenar os órgãos do S.P.I., estabelecendo entre êles a mais estreita colaboração, orientando e fiscalizando os trabalhos, tanto na séde como nos Estados;
- b) - propor ao Ministro de Estado as medidas que julgar convenientes à eficiência dos serviços;
- c) - opinar em assuntos que, ligados as atividades do S.P.I., devam ser despachados pelo Ministro de Estado;

161 191
m

- d) - resolver todos os assuntos, questões e papéis que digam respeito às atividades do S.P.I. e que não dependam de aprovação do Ministro de Estado;
- e) - organizar e submeter, anualmente, à aprovação do Ministro de Estado, o plano de trabalho do S.P.I.;
- f) - apresentar, anualmente, ao Ministro de Estado, o relatório do S.P.I.;
- g) - designar o seu secretário e os chefes de Seção, das Inspetorias, bem como os encarregados de Postos, mediante proposta dos chefes de Inspetorias;
- h) - movimentar o pessoal, de acôrdo com as necessidades do serviço, respeitada a lotação;
- i) - arbitrar ajudas de custo, diárias e gratificações, na fórmula da legislação;

- j) - aprovar a escala de férias anuais;
- l) - impor penas disciplinares de sua competência, representando ao Ministro de Estado quando a penalidade não fôr da sua alçada;
- m) - determinar a instauração de processo administrativo;
- n) - expedir instruções e ordens de serviço;
- o) - exigir prestações de contas de seus subordinados;
- p) - prestar, ao Ministro de Estado, contas da gestão do patrimônio indígena;
- q) - inspecionar os trabalhos do S.P.. em todo o país;
- r) - determinar horários de trabalho.

162 192
A. B. P.

Artº 14 - Aos chefes de Seção incumbe:

- a) - dirigir a Seção e executar os trabalhos afetos à mesma;
- b) - manter estreita colaboração entre as seções;
- c) - inspecionar as dependências do S.P. I. nos Estados;
- d) - organizar escalas de férias do pessoal, submetendo-as à aprovação do diretor;
- e) - impor ao pessoal que lhe fôr subordinado as penas de advertência e repreensão, recorrendo ao diretor quando fôr caso de penalidade maior;
- f) - cumprir as instruções do diretor;
- g) - apresentar ao diretor, mensalmente, um boletim dos trabalhos realizados

e, anualmente, um relatório circunstanciado dos serviços executados pela Seção.

Artº 15 - Aos Chefes de Inspetoria incumbem:

- a) - superintender os serviços a cargo das Inspetorias;
- b) - fiscalizar os Postos sob sua jurisdição;
- c) - seguir instruções baixadas pelo diretor e pelas Seções do S.P.I.;
- d) - prestar contas ao responsável pelos adiantamentos, sobre os suprimentos recebidos e despesas efetuadas;
- e) - prestar contas à S.A., referentes ao material e demais bens do patrimônio nacional sob sua guarda; e à S.O.A., relativamente aos bens do patrimônio indígena, que se acharem, igualmente,

sob sua responsabilidade;

- f) - prestar contas, diretamente ao diretor, quando por este tenham sido feitos suprimentos;
- g) - admitir, pagar e dispensar o pessoal assalariado, mediante autorização expressa do diretor;
- h) - exigir prestação de contas dos encarregados de Postos.

Artº 16 - Aos encarregados de Postos incumbe dirigir os serviços respectivos, seguindo, rigorosamente as ordens que forem baixadas pelas Inspetorias ou diretamente pelo diretor.

Artº 17 - O servidor responsável pelos adiantamentos fará a distribuição dos suprimentos, mediante ordens de serviço baixadas pelo diretor e publicadas no Boletim do S.P.I.

Artº 18 - Ao servidor responsável por a-

adiantamentos compete o preparo da respectiva prestação de contas.

Parágrafo único - Quando pelos adiantamentos fôr responsável o diretor, êste designará um servidor para organizar a respectiva prestação de contas.

Artº 19 - Ao Secretário do diretor incumbe:

- a) - atender as pessoas que procurarem o diretor, encaminhando-as ou dando a êste conhecimento do assunto a tratar;
- b) - representar o diretor, quando para isso designado;
- c) - redigir a correspondência pessoal do diretor.

Artº 20 - Aos funcionários, extranumerários e servidores, em geral, incumbe desempenhar tôdas as atribuições que lhes foram determinadas por seus superiores hierárquicos.

164 124
B980

CAPÍTULO V

DA LOTAÇÃO

Artº 21 - O S.P.I. terá a lotação que fôr oportunamente aprovada em decreto.

Parágrafo único - A lotação do pessoal admitido para os serviços nas Inspetorias e Postos Indígenas, nos Estados, constará das respectivas tabelas numéricas.

CAPÍTULO VI

DO HORÁRIO

Artº 22 - O horário do S.P.I., na sede, será, no mínimo de seis horas diárias, exceto aos sábados, quando poderá ser de três horas.

§ 1º - Na séde e nas Inspetorias, em trabalhos de limpeza, o horário atenderá às conveniências dos serviços, obedecendo instruções especiais que serão baixadas, sendo no mínimo, de quarenta e quatro horas semanais.

§ 2º - Nos Postos Indígenas, em viagens, expedições e determinados trabalhos especiais, o horário ficará condicionado à natureza desses serviços e será marcado pelos responsáveis pelos mesmos.

Artº 23 - Não fica sujeito a ponto o diretor do Serviço.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES

Artº 24 - Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais:

165. 195
A. J. M.
B. J. M.
- a) - o diretor, por um chefe de Seção de sua indicação, designado pelo Ministro de Estado;
 - b) - os chefes de Seção e os chefes de Inspetoria, por funcionários designados pelo diretor ou extranumerários especialmente admitidos;
 - c) - os encarregados de Postos por servidores designados pelo chefe da Inspetoria.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 25 - Os encargos e atribuições do S. P.I. só serão exercidos pelos seus servidores, competindo exclusivamente, aos órgãos deste Serviço, a

iniciativa e deliberação, sobre quaisquer assuntos ou questões que se relacionem com a pessoa do índio brasileiro ou com a organização e administração da sua economia, inclusive dos seus bens enquanto estiver sob o regime de tutela estabelecido em lei.

Artº 26 - A gestão do patrimônio indígena compete ao S.P.I. por intermédio do seu diretor, diretamente responsável pela mesma e que a fiscalizará, através da S.O.A., pela forma estabelecida em lei e neste regimento.

Artº 27 - Os funcionários e extranumerários que receberem suprimentos de numerário por conta de adiantamentos ficam obrigados a apresentar ao servidor responsável pelos adiantamentos, e dentro dos prazos por ele fixados, a comprovação dos pagamentos e das despesas feitas à conta dos citados suprimentos.

Parágrafo único - A falta de cumprimento da obrigação estabelecida neste artigo importará,

para os servidores do S.P.I., nas penalidades cominadas pela legislação em vigor.

Artº 28 - Para que possam ser atendidos os interesses dos índios em lugares onde não esteja sistematizada a ação do S.P.I., poderão os chefes de Inspetorias autorizar pessoas idôneas de sua confiança a representá-los, gratuitamente, dando-lhes as necessárias instruções e comunicando essa providência ao diretor do S.P.I.

Artº 29 - Os chefes de Inspetorias e encarregados de postos indígenas terão residência obrigatória nas respectivas sedes.

Artº 30 - Os servidores do S.P.I. não poderão fazer publicações de assuntos que se relacionem com a orientação técnica ou administrativa deste Serviço, sem o visto do diretor.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1945.

Apolônio Sales.

166 196
[Handwritten signature]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

167
199
m

[Handwritten signature]

Documento entregue pelo
Sr. Relator - *[Handwritten]*
Em reunião de 15/5/1953

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
15/5/63

O diretor do SPI denuncia desvio de Cr\$ 300 milhões

BRASILIA, 7 (FOLHA) — O cel. Moacir Ribeiro Coelho, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, declarou hoje, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara, não ter encontrado naquele órgão do Executivo condições para seu perfeito funcionamento. Além de outras irregularidades, que mencionou no curso do seu depoimento, disse o cel. Moacir Coelho não existir no SPI contabilidade da renda indígena, ocorrendo desvio de verbas que orçam em cerca de trezentos milhões de cruzelros. Foram recolhidos ao Serviço menos de cinquenta milhões.

Diante dessa situação, diz o cel. Coelho que solicitou abertura de inquérito ao ministro da Agricultura, para apurar irregularidades praticadas por funcionários e fazendeiros temerosos de perder seus arrendamentos. Há 61 fazendeiros em Mato Grosso com contratos e outros tantos são invasores, afirmou o depoente, que foi longamente inquirido pelo presidente e diversos membros da Comissão. Incluiu pelo autor do requerimento de sua constituição, sr. Edison Garcia.

168
212
4/2

autos

163

298

152012

Dec 1891

Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Tte. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

Sr. Diretor

Em cumprimento a V. Ordem de Serviço Interna, de 22-4-63, que determina;

1) syndicar às razões pelas quais o Agente Japhet Chaves Neves, designado para Encarregado do PI Cap. Iakri, deixou de receber às referidas funções e recolheu-se para Campo Grande.

O Agente JAPHET CHAVES NEVES, chegou ao P.I. IAKRI, no dia 14 de Março, onde permaneceu durante 33 dias aguardando que o Sr. Sebastião Lucena passasse o Posto.

O Sr. Lucena entrou em dois periodos de ferias, e por ultimo foi acidentado, informando ao Sr. Japhet que somente depois de restabelecido (o medico concedeu 31 dias) procederia a passagem do P.I., assim sendo a permanencia do Sr. Japhet tornou-se difficil, o que já vinha sendo, resolveu então aguardar na I.R. 5 novas ordens, que recebidas foram imediatamente cumpridas.

2) Syndicar às divergencias existentes entre o numero de arrendatários, constantes da relação fornecida pelo Posto, (9) nove, e os de fato existentes em terras dos índios, cêrca de 27(vinte e sete), conforme relação anexa;

- 1) Benedito Marques
- 2) Sebastião Bargas
- 3) Nelson Pilastre
- 4) Jovino
- 5) Francisco
- 6) Paulo Brosque
- 7) Arlindo
- 8) Luiz de Aprigio
- 9) Silvano
- 10) Manoel Cunha
- 11) Emilio Garcia
- 12) Anita Nicolino
- 13) Euclides Fausto da Mata
- 14) Isaias Corrêa
- 15) Atacino de Freitas
- 16) Avelino Elias
- 17) Jesuino
- 18) Antonio Machado
- 19) José Bezerra
- 20) Joaquim Ferreira

170
- 2 - 13.
116
DGA
mu

- 21) José Ferreira
- 22) Antonio da Silva
- 23) Salomão Sabagg
- 24) Mario Perreira
- 25) Prefeito de Duartina (Nacib Carlos)
- 26) Manoel Moraes
- 27) Pedro (de Arialva)

Realmente podemos constatar que na área indígena além dos arrendatarios; Benedito Marques de Freitas, Sebastião Bargas de Freitas, Paulo Brôsko, Nelson Pilastre, Ana Conceição de Souza, Manoel Silvano Gomes, Mário Reis Pereira, Fuad Carlos & Irmão, Manoel Moraes, (9), constantes da relação apresentada pelo Encarregado do P.I. Iakri, Sr. Sebastião Lucena, para o exercício de 62/63, e que recebeu o numero S.P.I. 5183/62, constam 18 (dezoito), entre arrendatários e plantadores a 20% não relacionados.

Existe no P.I. Iakri, um livro Caixa com 50 paginas devidamente rubricadas em que constam o recebimento das seguintes importâncias relativas a arrendamentos e percentagens de (16) dezesseis, civilizados, conforme relação abaixo:

23/11/62 José Praxedes e Manoel Moraes	60.000,00
5/10/62 Asaias Corrêia	12.000,00
15/2/62 Manoel Silvano Gomes	32.800,00
30/1/63 Antonio Prestes	125.000,00
30/1/63 Mario dos Reis Pereira	60.000,00
1/3/63 José Praxedes e Manoel Moraes	80.000,00
31/3/63 José Praxedes e Manoel Moraes	60.000,00
14/8/62 Benedito Margues de Freitas	40.000,00
22/8/62 Sebastião Bargas de Freitas	22.800,00
27/8/62 Paulo Brosco	8.000,00
1/9/62 Nelson Pilastre	32.000,00
15/9/62 Ana Conceição de Souza	60.800,00
15/9/62 Manoel Silvano Gomes	32.800,00
13/11/63 Antonio da Silva	30.000,00
13/11/62 Arlindo Pereira da Silva	20.000,00
13/11/62 Tacino Pereira Barbosa	20.000,00
Total	636.200,00

Revendendo às 2ª vias de recibos existentes no arquivo do P.I. Iakri relativas ao periodo de 62/63, encontramos o seguinte:

Recibo nº 1 de 14 de agosto de 62	40.000,00
" 2 de 22 de agosto de 62	22.800,00
" 3 de 27 de agosto de 62	8.000,00
" 4 de Nelson Pilastre 62	32.000,00
" 6 de 15 de setembro de 62	32.800,00

171
157211
3
fm

Recibo nº 7 de 5 de outubro de 62	12.000,00
" 8 de Antonio da Silva/62	30.000,00
" 9 de 13 de novembro de 62	20.000,00
" 10 de 13 de novembro de 62	20.000,00

PASTOS =====

Recibo s/n Praxedes e Moraes 31/12/62	60.000,00
" s/n de Praxedes e Moraes /62	60.000,00
" Nº 1 de Praxedes e Moraes 1/3/63	80.000,00
30/6/62 " nº 2 de Mario dos Reis Pereira	60.000,00
30/1/63 " nº 3 de Antonio Prestes	125.000,00
31/3/62 " nº 4 de Praxedes e Moraes	60.000,00
" nº 5 de Ana Conceição de Souza	60.800,00
" nº 9 de Arlindo Perreira da Silva	20.000,00
" nº 10 de Tacino Pereira Barbosa	20.000,00
Total	763.400,00

O ex-Encarregado Sr. Sebastião Lucena da Silva, apresentou COPIA do M/m nº 5 de 5 de Fevereiro de 62, enviado ao Sr. Chefe da S.O.A., como esclarecimento quanto a existencia de outros arrendatarios além dos relacionados no documento SPI 5183/62 e período de 63, cujo teor transcrevo;

Senhor Chefe da S.O.A.

Atendendo determinação contida no M/m (circular) nº 39 de 16 de janeiro ultimo, dessa Seção, junto ao presente estou remetendo uma relação contendo os dados solicitados.

A titulo de esclarecimento, devo informar que além das invernadas constantes da presente relação, existem mais duas que são para uso dos animais do posto e dos indios, existindo tambem reduzido numero de alqueires de terra, onde trabalham alguns civilizados, muitos dos quais com mais de 20 anos que residem nesta área, sendo que contribuem com 20% da colheita de suas roças, às quais são empregadas nas despesas do Posto e distribuidas entre os indios velhos e doentes.

ass. =====

3) ----- Sindicar às divergências de pagamento devidas pelos arrendatários;

Todo o arrendamento foi reajustado a partir de 1962, após a assunção do Sr. LUCENA, passando o alqueire de Cr\$ 6.000,00 para 8.000,00, somente a invernada arrendada ao Sr. Manoel Moraes foi aumentada de 180 para Cr\$ 240.000,00.

4) ----- Apurar se os índios Bartolomeu Lulu e Henrique Lulu, foram de fato desalojados das terras que cultivavam, visto haver

172
215
B. G. M.
B. G. M.

o ex-encarregado Sr. Sebastião Lucena da Silva, cercado essas terras para invernadas que teria alugado a Antonio Prestes.

A invernada arrendada pelo Sr. Antonio Prestes ao aproximar-se da casa do índio Henrique Lulu, modifica sua cerca que vem em reta e coloca fóra da invernada a casa do índio, mas cerca as terras a esquerda onde eles plantavam, em menos de um alqueire, ao lado direito os índios teem mais de cinco alqueires onde já estão colhendo roças, restando ainda terras por plantar.

Mesmo assim o Encarregado Sr. Japhet Chaves Neves, ficou autorizado a restabelecer a antiga situação em entendimento com o indio caso esta assim o deseje.

5) ----- Relacionar e cadastrar devidamente todos os arrendamentos (criatorios e agricultura), fazendo o levantamento dos pagamentos efetuados ao Posto em 1962 e no corrente ano;

Nas paginas 2 e 3 encontra-se a relação dos arrendamentos e das importancias recebidas pelo P.I. no ano 62 e no corrente ano.

6) ----- Relacionar a Carga, o Ativo e o Passivo do Posto e transmitir ao Encarregado Sr. Japhet Chaves Neves, às respectivas funções.

Anexo cópia do ARROLAMENTO do P.I. IAKRI, bem assim cópia do telegrama comunicando a passagem daquele P.I. ao Agente Nivel 6, Sr. Japhet Chaves Neves, pelo ex-Encarregado Sebastião Lucena da Silva.

A seguir relação de recibos existentes no P.I. , de pagamentos efetuados no periodo de 15-12-61 a 30-4-63, pelo ex-Encarregado Sr. Sebastião Lucena da Silva.

Viagens em carro, em proveito do P.I. Iakri, IDA E VOLTA de Bauru ao P.I. a razão de Cr \$ 3.500	98.000,00
Pagamento de diversos fornecimentos de combustiveis e lubrificantes, pelo negociante Joaquim de Matos Guimarães & Filhos	33.990,00
Pagamento efetuado na casa Darcy Garcia, por fornecimentos a índios no ano de 1962	170.266,00
Pagamento a firma Darcy Garcia, de contas da gestão anterior	109.411,00
Pagamento de trinta e oito dias de serviços prestados pelo índio Luiz Lulu ao posto	7.600,00
Pagamento efetuado a João da Silva, por serviços prestados na perfuração de um poço com 18 metros de profundidade e um reservatório para agua com capacidade para 1.200 litros	35.000,00

173
216
Ab - 5/11
BPA

Pagamento a Vicente Paulo por serviços prestados, (9 metros a Cr\$ 800,00, em terra mole e 2,50 em pissara à razão de 1.500 o metro	10.950,00
Pagamento de compra de 112 balaaios de milho ao índio Francisco Camargo a razão de 175,00	19.600,00
Pagamento efetuado a Avelino Elias na aparelhagem e substituição de 1500 moirões	45.000,00
Pagamento efetuado a Joaquim Soares por serviços prestados na construção e reformas de cercas	25.915,00
Pagamento pela compra de 109 balaaios de milho a 175 cruzeiros a Albino Sebastião	19.175,00
Pagamento a Luiz Fausto da Mata, de um carro e meio de milho	9.750,00
Pagamento a João Moreira por trabalhos prestados na construção de 7.830 metros de cerca a razão de 17,500	137.025,00
Pagamento a José Domingos Parente, proveniente de reparos nas cercas durante 42 dias de serviço a 200 cruzeiros	8.400,00
Pagamento a Vitorino Pio, por trabalhos prestados durante 48 dias de serviço nos reparos de invernadas e mangueirões	9.600,00
Pagamento de despesas com viagem a São Paulo para internar o índio Sérgio Lipur no Hospital	8.000,00
Pagamento a Nocolino Fitipaldi Filho, por transporte de moveis do Rio de Janeiro ao P.I. Iakri ...	35.000,00
Pagamento efetuado ao Sr. Alcides de Tal, por fornecimento de medicamento durante o ano de 1962	63.400,00
Pago ao Dr. Orlando Sabage, por tratamentos e consultas de índios em DUARTINA	49.600,00
Total	895.672,00

Alguns esclarecimentos relacionados com a lista de arrendatários do P.I. Iakri=

ANTONIO PRESTES é socio de Pedro de Tal, que figura com o nome de Pedro de Arealva. Arealva Cidade onde mora.

CÓPIA DE RECIBO

Armas da Republica
Ministério da Agricultura
Serviço de Proteção aos Índios
Nº 3 = 2ª VIA

Recebi do Sr. ANTONIO PRESTES a quantia de Cr\$ 125.000,00 proveniente de ALUGUEL DE PASTO para 100 cabeças de gado por 1(um) a-

174 - 24
12/98

ano a partir de 8/8/62 a 18/8/63 cujo total é de Cr\$ 250.000,00, ficando o restante de Cr\$ 125.000,00 para amortisar os gastos com a feitura da cerca (material e mão de obra), executada por conta do aludido arrendatário.

Capitão Iakri, 30/1/63.

ass. Sebastião Lucena -

=====

Ana Conceição de Souza, também é conhecida pelo nome de Anita Nicolino, nome que figura na lista que foi anexada a Ordem de Serviço e consta da segunda página.

=====

Sr. JOVINO, trabalha nas terras arrendadas a Ana Conceição de Souza.

=====

LUIZ DE APRIGIO trabalha nas terras do P.I. desde 1959 pagando percentagem.

=====

ARLINDO PEREIRA DA SILVA, arrendatário desde 62/63, seu primeiro recibo data de 13 de Novembro de 62.

=====

MANOEL CUNHA, ocupa 6 alqueires aproximadamente a partir de 1963, plantando a percentagem de 20%.

=====

TACINO PEREIRA BARBOSA (Atacino de Freitas), seu primeiro recibo de Cr\$ 20.000,00 data de 13/11/62.

=====

FRANCISCO DA SILVA, arrendatário, 62/63.

=====

EMILIO GARCIA, lavoura, que atualmente planta para descontar débitos de gestões anteriores.

=====

EUCLIDES FAUSTO, pequena lavoura, pagando 20%.

=====

AVELINO ELIAS, arrendatário de terras para lavoura a 20% desde 60.

=====

ANTONIO MACHADO, lavoura, pagamento a 20%.

=====

JOSÉ BEZERRA, lavoura, a 20%.

=====

JOAQUIM FERREIRA, casado com índia, não paga arrendamento. 6 filhos

=====

JOSÉ FERREIRA, casado com índia, 4 filhos, não paga arrendamento.

=====

NACIB CARLOS, figura na relação SPI 5183/62/63, com o nome de FU

175 218
1217-444
B240

FUAD CARLOS & IRMÃO, firma do Prefeito de DUARTINA.

=====

SALOMÃO SABAGG, figura na lista da pagina 2, como detentor de 8.000 pés de café. A primeira informação que recebi foi do Encarregado do P.I. Iakri, Sr. Lucena, que o referido Sennor não pagava e não atendia aos chamados do Encarregado, e que ali estava antes mesmo da medição do Posto, que veio colocalo dentro da area, não existindo portanto documento autorizando ou não aquela situação.

Procurei então em Duartina, o referido Sennor, no seu Escritorio, de firma caféeira, recebendo do mesmo todas as explicações, inclusive fazendo-me entrega de recibos e Contratos, para que fosse possivel fazer-mos Cópias, não só para este relatorio, mas para o proprio P.I. Iakri, que não tinha em seus arquivos documentos algum a este respeito. Efetuou o pagamento da safra 62/63, cujo recibo foi por mim passado em 3 (tres vias), ficando uma no P.I. Iakri, e outra neste relatorio, sendo a importancia recebida entregue ao Sr. JAPHET CHAVES NEVES, Encarregado do P.I.

=====0000=====

===== C O N C L U S Ã O =====

O POSTO INDIGENA CAPITÃO IAKRI, esta divorciado do contato com o ÍNDIO, sómente em casos de doença aqueles procuram a Séde do Posto, alguns a mais de um ano ali não comparesem.

Não exista programa algum para manter o intercambio daquela unidade do S.P.I. com seus tutelados.

A area do P.I. esta totalmente devastada, de sua antiga floresta nada mais resta, só a Serraria ali está parada, não levou o progresso e o conforto ao Indio, levou a destruição de suas matas e consequentemente da caça, fonte de alimentação daquela gente.

O S.P.I. deve retirar a Serraria afim de que a ferrugem não destrua totalmente aquele precioso material, mas, onde, irá ela levar a destruição e a miseria, ainda maior ao Índio? quem irá desfrutar dos bens que proporciona a maquina.

Só mesmo com extrema fiscalização poderá e deverá ser montada uma Serraria em terras indígenas.

=====

Impoe-se como medida urgente a deminuição de arrendamento de invernadas, para salvar os pastos, que estão ficando exauridos, e em breve, se esta medida não fôr executada nem o rebanho do S.P.I. terá onde se alimentar.

176 219
B92

A recondução da Professora e medida urgente e reclamada pelos índios. A sala de aulas de costura, é outra reivindicação dos índios, e de fácil realização uma vez que existe no Posto, 3 maquinas ainda por montar, encaixotadas, como foram remetidas.

=====

Revisão de todos os arrendamentos, salvaguardando os interesses dos índios.

=====

Fiscalização da area indigena por intermedio dos proprios índios para evitar entrada de estranhos.

=====

Plantar em grande escala para o índio, e não só para o Posto, ou seu Encarregado.

=====

A assistencia medica foi efetiva por parte do ex-Encarregado Sr. Sebastião Lucena, tendo no D. ORLANDO SABAG, medico residente em Quatima um apoio e dedicação digno de aplausos, aquele facultativo não poupo esforços e atendeu os índios a qualquer dia ou hora, cobrando menos da metade do preço usual de sua clientela.

POSTO INDIGENA "CAPITÃO LENKLA" 2 de Maio de 1963

NILIO OLIVEIRA VELLOZO
Chefe da Seção de Estudos.

NILSON DE ASSIS CASTRO
Escrevente Dat. nivel 7

REQUISIÇÃO DE PASSAGEM

AGENTE DA ESTRADA DE FERRO SANTOS-JUNDIAÍ

Requisito-vos, por conta da Repartição acima Indcada, 8 passagens de ida e volta

em 1ª classe, de JUNDIAÍ (origem) até BRAZ (destino)

na 1ª classe, ADRIIS MILITÃO, MARIA ELI MILITÃO, SILVIO MONTEIRO, HAZEL BATHKE, (nome)

PAULO DOS SANTOS, MARIA DA PENHA, NELI DE OLIVEIRA e ~~queixada xxxxxxxxxx~~ (cargo)
FRIEDRICH KARL ECHART

alunos do Inst. Evangélico Missionário de Jacutinga-MG, que viajam em
objeto de estudo

Em 3 de Dezembro de 1962

Em 3 de Dezembro de 1962

João Alves Caldeira

(Assinatura do Diretor da Repartição)

forgo ao de nº 4, de 1-2-61

1. Via

N 41 - 38

REQUISIÇÃO DE PASSAGEM

Sr. ANTONIO DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADA DE FERRO

Requero-vos, por conta da Repartição acima Indicada, 8 passagens de ida e volta

em 14 classe de CAPIBAS até TAURU
(origem) (destino)

para o Sr. AFRANIO SAKETA, ELSON DE CASTRO, JACÓ DE MOURA, ERINKA META ROHRER,
(nome)

ANA CORREIA, FRANCISCO ALVES, PAULO JAVOISKI, RAIMUNDO ROCHA BRAGA

de alunos do Inst. Eclesiástico Missionário de Jacutinga-IG, que viajam em objeto de estudo.

Recibi a passagem a que se refere a
presente requis. 10

Em ... de

22 10

(Assinatura do Diretor da Faculdade)

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor do S.F.I.

M 1416

De 3012 Camolinas A 3012 Camolin C. P.

importância

Abat^o.

passage... de

Cr. S.

passage de

Cr. S.

quilos - tabela

Cr. 8

Ad-valorem Cr S

GOVÊRNO FEDERAL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Verba 1.5.02

Despacho nº 106, de 22-11-62, em re-
forço ao de nº 4, de 1-3-62

1. Via

N. 42 BR

REQUISIÇÃO DE PASSAGEM

UNIDADE DA COMANHIA PAULISTA DE ESTRADA DE FERRO

Requisito-vos, por conta da Repartição acima indicada, 2 passagens de ida e volta

em 1ª classe, de BOITUM até BAURU
(origem) (destino)

para SR. DAVID CARLOS CALMON
(nome)

(cargo) que viajarem com

os alunos do Inst. Paroquial Missionário de Jacutinga-MG, que viajam em objeto de estudo.

Assinatura do requerente

Em 12 de 12 de 1962

Francisco Pereira Baizota

10.000.49137

(Assinatura do Diretor da Repartição)

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor do S.F.I.

Moacyr

M 106

De

XX Campinas

A

XX São Paulo

passagem de

Cr \$ 2

Importância

Abatº

passagem de

Cr \$

quilos-tabela

Cr \$

Ad-valorem Cr \$

GOVERNO FEDERAL

P 49128 3/12 Campinas a S Paulo



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Verba 1.5.03

Empenho nº 106, de 22-11-62, em reforço ao de nº 4, de 1-3-62

N 33 BR

1.ª Via

REQUISIÇÃO DE PASSAGEM

Para a COMPANHIA PAULISTA DE FERRADA D. FERRO

Requisito-vos, por conta da Repartição acima indicada, 8 passageiros de ida e volta

de Campinas até Jundiaí

para os Srs. LACI, AIA, ZILV, LINDA, JOSE ASSUNÇÃO, WALKIRIA DE SOUZA, ANOACY A. REIS,

MARA CLIVIA IRADO, PAULO CARLOS MARTINS, EDITE DE SOUZA que viaja ~~acompanhada~~

de alunas do Inst. Venerável Missionário de Jacutinga-MG, que viajam em objeto de estudo.

Requisição de passagem a que se refere a
proxima requisição

Em 13 de 62

Mara Clivira Irado

(Assinatura do Diretor do S.P.I.)

Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho
Diretor do S.P.I.

San cp



M 106

De 3006 Campinas		A	3001-Jundiaí		
				Importância	Abatº
passage	de	Cr \$ 344,00	319,12,50		
passage	de	Cr \$			
quilos - tabela		Cr \$			
Ad-valorem Cr \$					

GOVÊRO FEDERAL

181



262

MINISTERO DA AGRICOLTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

1. Via

N. 47 B'X

REQUISICÃO DE PASSAGEM

POSTO DI COLLETTA DELLE ANIME DI CADAVERI DI FERRO

Quantidade em Conta da Repartição acima Indicação, 8 passagens de ida e volta*Trachium, Elms Caldwicrete*

1200 4420

3. december 62

Manoel de Aguiar
Moacyr Ribeiro Coelho

De

... ..

201-Juncial

Importance

Albat^o

message de

17. §

message de

142

questo - nulla

175

Ad-valorem Cr \$

GOVERNO FEDERAL